

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**  
**SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS: ECONOMIA  
SOLIDÁRIA E EMPRESA PRIVADA**

CURITIBA  
2004

MARIA TEREZA FERRABULE RIBEIRO

**EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS: ECONOMIA  
SOLIDÁRIA E EMPRESA PRIVADA**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre, pelo curso de  
Pós Graduação em Direito, Setor de Ciências  
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Márcia Carla Pereira  
Ribeiro.

Co-Orientador: Prof. Dr. José Antonio Peres  
Gediel.

CURITIBA  
2004

## TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA TEREZA FERRABULE RIBEIRO


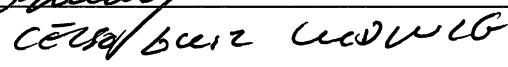
### EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS: ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPRESA PRIVADA

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pelo Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:  Professora Dra. Márcia Carla Pereira Ribeiro

Co-Orientador: Professor Dr. José Antonio Peres Gediel.

EXAMINADORES:

- 1)    
 
- 2) \_\_\_\_\_

CURITIBA  
2004

Ao Carlos Henrique, por seu amor.

Ao garoto Caíque Walter, pela  
paciência adulta.

À minha mãe Mathilde, pela  
dedicação.



## **AGRADECIMENTOS**

**À Professora Dra. Márcia Carla Pereira Ribeiro, pela atenção e compreensão no desenvolvimento do trabalho.**

**Ao Professor Dr. José Antonio Peres Gediél, pela amizade e apoio intelectual.**

## SUMÁRIO

|                 |      |
|-----------------|------|
| RESUMO.....     | vii  |
| RÉSUMÉ.....     | viii |
| INTRODUÇÃO..... | 1    |

## CAPÍTULO 1

### A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NAS RELAÇÕES SOCIAIS

|  |    |
|--|----|
| 1.1. A ANTIGUIDADE E OS MITOS.....                                       | 6  |
| 1.1.1 A Fase Pré-Histórica.....  | 6  |
| 1.1.2 O Culto dos Povos Antigos no Ocidente Europeu.....                 | 8  |
| 1.2 O CRISTIANISMO.....  | 11 |
| 1.2.1 O Cristianismo Pós-Morte de Jesus Cristo.....                      | 11 |
| 1.2.2 As Classes Sociais da Idade Média e o Poder da Igreja.....         | 15 |
| 1.3 A ÉTICA SOCIAL DA FÉ DIVINA E A CRISE RELIGIOSA.....                 | 20 |
| 1.3.1 A Ética Cristã.....  | 20 |
| 1.3.2 Os Primeiros Movimentos pelo Restabelecimento da Ética Cristã..... | 22 |

## CAPÍTULO 2

### A MODERNIDADE

|   |    |
|---|----|
| 2.1 TEMPOS MODERNOS.....                                | 25 |
| 2.1.1 O Renascimento Intelectual e Cultural.....        | 25 |
| 2.1.2 Os Movimentos Religiosos.....                     | 28 |
| 2.2 O LIBERALISMO.....                                  | 33 |
| 2.2.1 O Estado Liberal.....                             | 33 |
| 2.2.2 As Novas Classes Sociais dos Tempos Modernos..... | 36 |
| 2.2.3 O Liberalismo Econômico.....                      | 41 |

## **CAPÍTULO 3**

### **A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS LUTAS ARMADAS**

|                                       |    |
|---------------------------------------|----|
| 3.1 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....       | 47 |
| 3.1.1 A Transformação Industrial..... | 47 |
| 3.1.2 As Comunidades Industriais..... | 52 |
| 3.2 AS LUTAS ARMADAS.....             | 60 |
| 3.2.1 As Duas Grandes Guerras.....    | 60 |
| 3.2.2 As Sociedades Pós Guerra.....   | 67 |

## **CAPÍTULO 4**

### **O BRASIL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

|  |     |
|--|-----|
| 4.1 O BRASIL.....  | 76  |
| 4.1.1 Colonização e Sistema de Governo.....                | 76  |
| 4.1.2 As Relações Trabalhistas.....                        | 85  |
| 4.2 FUNÇÃO ESTATAL E FUNÇÃO SOCIAL DAS EMPRESAS PRIVADAS.. | 94  |
| 4.2.1 A Função Estatal.....                                | 94  |
| 4.2.1 Função Social da Empresa Privada.....                | 98  |
| 4.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....                              | 102 |
| 4.3.1 O Cooperativismo.....                                | 102 |
| 4.3.2 A Economia Solidária no Brasil.....                  | 108 |

|                |     |
|----------------|-----|
| CONCLUSÃO..... | 116 |
|----------------|-----|

### **REFERÊNCIAS**

|                     |     |
|---------------------|-----|
| BIBLIOGRÁFICAS..... | 123 |
|---------------------|-----|

## RESUMO

Este estudo tem como proposta analisar o processo de evolução da sociedade e das relações econômicas: economia solidária e empresa privada. Para tanto verifica-se o percurso histórico a partir fase pré-histórica quando o homem, para responder as dúvidas sobre o desconhecido, justifica o que não pode dominar pelas forças ocultas espirituais místicas, com a propagação de diversas religiões. Seguindo-se nesta linha evolutiva delimita-se o campo do estudo para a Europa com a pretensão de mostrar a relevante cultura religiosa e econômica que influenciou a construção do pensamento humano nos países que fazem parte desse continente durante o período medieval. Num segundo momento, aborda-se o rompimento teológico e a busca do reino terrestre. O homem coloca em dúvida a existência da divindade, a necessidade de aprovação das condutas e criações mundanas, e o pedido de perdão para qualquer ato julgado pelo clero como heresia. Enfatizam-se as contribuições relevantes de pensadores sobre a questão da racionalidade e liberdade. Na sequência passa-se a tratar da revolução industrial e das lutas armadas, com a intenção de demonstrar a transformação pelas quais a sociedade européia se confronta nas relações econômicas e de trabalho. Em seguida, faz-se o relato histórico das duas grandes guerras mundiais, objetivando evidenciar os efeitos na sociedade e a degradação ética e moral nas relações econômicas estabelecidas pelos países rotulados como potências mundiais no Século XX. Parte-se para a contextualização do panorama histórico brasileiro, o legado deixado pelos países europeus, mais distintamente por Portugal, devido ao processo colonizador. Apresenta-se por quadros o cenário histórico, político, econômico e cultural do Brasil. Destaca-se a função estatal e das empresas privadas, focando o objetivo de cada uma. E, finalmente, analisa-se o cooperativismo, desde as suas primeiras manifestações na Inglaterra. Verifica-se a Economia solidária instalada no atual governo brasileiro. Constata-se a necessidade da busca do equilíbrio e interação dos principais entes sociais: Estado, sociedade, cooperativas e empresas privadas, para o enfrentamento das crises instaladas nas relações econômicas e sociais.

**Palavras-chave: evolução; sociedade; relações econômicas; equilíbrio; interação social; Economia Solidária.**

## RESUMÉE

Cet étude se propose à analyser le processus d'évolution de la société des relations économiques : l'économie solidaire et l'entreprise privée. Pour cela, on part d'avant du parcours historique où l'homme, pour répondre aux doutes à propos de l'inconnu justifie ce qu'il ne peut pas dominer à travers de forces occultes spirituelles mystiques, avec la propagation des nombreuses religions. Continuant dans cette ligne évolutive on delimite le champs d'étude en l'Europe, avec la pretension de montrer l'éclatante culture religieuse et économique qui a influencé la constrution de la pensée humaine des pays qui sont part de ce continent pendant la période medieval. Dans un second moment, la rupture téologique et la recherche du royame terrain . L'homme met en doute l'existence de la divinité, la nécessité d'approbation des conduites et créations mundaines et la demande du pardon à quelque acte jugé par l'Eglise Catholique comme hérésie. On parle avec enthousiasme des contributions éclatantes des penseurs à propos de la racionalité et liberté. Ensuite, on s'occupe de la révolution industrielle et des lutes armées, avec l'intention de démontrer la transformation avec laquelle la société européenne se confronte dans les relations économiques et du travail. Ensuite, le rapport historique des deux Grandes Guerres, objectivant mettre en évidence les effets dans la société et la dégradation éthique et morale dans les relations économiques établies pour les pays dénommés puissances mondiales au 20ème siècle. On contextualise le panorama historique brésilien, le légat laissé par les pays européens, plus distinctement par Portugal dû au processus colonisateur On presente par cadres, le scenario historique, politique, économique et culturel du Brésil. On détache la fonction de l'État et des entreprises privées focalisant l'objectif de chaque une. Finalement, on analyse le coopérativisme depuis ses premières manifestations en Angleterre. L'économie solidaire installée dans le gouvernement brésilien actuel. La constatation de la besoin de la recherche de l'équilibre et interaction entre les principaux êtres sociaux : État, société, coopératives et entreprises privées, pour le affrontement des crises instalées dans les relations économiques et sociales.

Mots-clé: Évolution, société, relations économiques, équilibre, interaction social, l'économie solidaire.

## INTRODUÇÃO

O tema objeto de exame nesta dissertação é demonstrar a necessidade da busca do equilíbrio, fortalecimento e interação dos seguintes entes sociais: Estado, sociedade, empresas privadas e economia solidária para o enfrentamento de algumas crises instaladas nas relações econômicas e sociais brasileiras.

Como justificativa da relevância da pesquisa destacam-se alguns fatos do cenário econômico brasileiro: a falência do Estado que não atende mais as demandas sociais da população em decorrência da baixa qualidade de serviços e altos custos operacionais que aumentam a legião dos excluídos; a globalização desencadeada pela expansão do capitalismo acelerado pelo intenso fluxo de capitais, produtos e informações que intensifica a competitividade e o desemprego; o desenvolvimento cooperativista comunitário com a configuração de “economia popular solidária, ou cooperativismo popular”, como definiu Noelle LECHAT.<sup>1</sup>

Para alcançar o objetivo proposto, pretende-se pelo método histórico hermenêutico, investigar determinados fatos e acontecimentos no processo evolutivo da sociedade e das relações econômicas, economia solidária e empresa privada.

Também será utilizada uma abordagem dialética nos movimentos e rupturas ocorridas durante a evolução econômica e social européia e brasileira.

Este contexto histórico será realizado no continente europeu na época medieval, moderna e contemporânea, identificando possíveis projeções nas relações econômicas e sociais, que influenciaram o desencadeamento de algumas crises sociais brasileiras.

---

<sup>1</sup> LECHAT, Noelle Marie Paule. As raízes históricas da Economia Solidária. Palestra proferida na Unicamp.

No primeiro capítulo discorre-se a respeito da relação do homem com o transcendente, porque pelas relações com o invisível o homem procura responder o que não pode dominar<sup>2</sup>.

Erich FROMM em sua obra “Análise do Homem”, esclarece que o homem se diferencia dos animais porque não vive no mundo terreno pelo seu instinto, mas sim pela capacidade de racionalidade e de transformação.<sup>3</sup>

Em seguida a formação de algumas sociedades motivadas pela fé, a partir da fase primitiva, manifestando-se nas primeiras civilizações no Egito situadas no baixo Nilo.<sup>4</sup>

Essas manifestações desencadearam uma parte da estruturação do pensamento humano e influenciaram a sociedade, inclusive econômica. Izrael ROTENBERG, ressalta que:

A força das tradições e hábitos arraigados, capaz de trazer até os nossos dias o costume dos devotos cristãos, no ocidente, de nomear santos padroeiros de cada cidade de cada país. Por extensão, nomeiam também os santos padroeiros de cada profissão. Mencionando isso, não faço a menor idéia do que possa ocorrer na mente desses devotos quando, devido ao progresso material ou por interesse político, desaparecem certas profissões – como, por exemplo, ocorreu na Revolução Industrial e ora está ocorrendo com o advento da era da informática.<sup>5</sup>

Izrael ROTENBERG, ainda afirma, que a maior Sociedade de Fé formou-se com o cristianismo. Influenciou o mundo mais intensificado nos países europeus.<sup>6</sup>

Mas é somente depois da morte do seu idealizador, Jesus Cristo, que o Cristianismo se estrutura influenciando os nobres e a sociedade.<sup>7</sup>

A influência cristã é uma das características do período medieval, na construção das relações sociais e econômicas.<sup>8</sup>

A Igreja Católica, fundamentada na idéia cristã de solidariedade, deixa suas marcas de cooperativismo na sociedade.

No contexto religioso trata-se de uma solidariedade caritativa onde as pessoas necessitadas recebem de forma gratuita ajuda para sobreviverem.<sup>9</sup>

<sup>2</sup> COTRIM, Gilberto; PARISI, Mario, Fundamentos da Educação, p.32.

<sup>3</sup> FROMM, Erich. Análise do Homem, p.43.

<sup>4</sup> LINS, Ivan. A Idade Média, p.81.

<sup>5</sup> ROTENBERG, Izrael. Insensatez Humana, p.102.

<sup>6</sup> ROTENBERG, Idem, p. 189.

<sup>7</sup> BOWKER, John Westerdale. O Livro de Ouro das Religiões, p.334-335.

<sup>8</sup> WHITE, Ellen G. O Grande Conflito, p.52.

<sup>9</sup> CASTEL, Robert. As Metamorfoses da questão social, p.62.

No curso histórico das civilizações da Europa, no segundo capítulo, discorre-se sobre os tempos modernos, a passagem da idade média para a moderna.

Com o início da era da racionalidade, o homem passa a perceber que tem o poder de transformar as sociedades e entender o mundo terreno que o cerca. Essa consciência faz surgir novas relações sociais e econômicas.

Márcia RIBEIRO esclarece o rompimento entre o divino e a racionalidade afirmando que:

Afastado o feudalismo, os privilégios e o poder voltaram ao príncipe e o direito se dissocia da Igreja, promovendo, sob este prisma, a unificação do poder político e a formulação do conceito de soberania. Os dogmas do mundo medieval foram substituídos pela razão e liberdade do homem.<sup>10</sup>

Esse “afastamento” do regime feudal abre espaço para as inovações no campo social econômico e político: “o capitalismo”<sup>11</sup>, onde o marco divisor entre os dois sistemas é a forma de retribuição em dinheiro pelo serviço prestado, inexistente no sistema servil estabelecido no feudalismo.

O terceiro capítulo retrata as conseqüências geradas nas sociedades com o advento da Revolução Industrial e as duas grandes guerras.

Izrael ROTEMBERG expõe o inconformismo em relação às lutas armadas que persistem durante a história da humanidade:

Desde a antiguidade até o final deste segundo milênio, com diferenças de forma, mas não de conteúdo, as mesmas situações vêm se repetindo. Tanto que, no século XIV, portanto há 600 anos, um célebre historiador já chamava atenção da intelectualidade: “O futuro é mais parecido com o passado do que água com a água mesma”. Esse historiador, também notável político e diplomata de seu tempo, foi Ibn Khaldun (1332-1406), o mais destacado historiador medieval islâmico e precursor da filosofia de sua *História Universal* em seis volumes, expôs uma filosofia histórica e uma teoria social sem precedentes, onde aparecem surpreendentemente traços da moderna sociologia.

Outros grandes historiadores, desde então, vêm chamando a atenção sobre esse círculo vicioso em que vive a humanidade, à mercê de um progresso material extraordinário. Cabe aos intelectuais uma parcela de responsabilidade a respeito: orientar os menos dotados intelectualmente para que digam, com todas as suas forças: “Não às guerras! Basta de inútil sangue derramado!”. Cabe, principalmente aos historiadores enaltecerem menos as vitórias obtidas nas guerras.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Sociedade de Economia Mista & Empresa Privada: Estrutura e Função, p.43.

<sup>11</sup> O início do sistema capitalista para José Jobson de A. Arruda: “O capitalismo nasce da crise do sistema feudal e cresce com o desenvolvimento comercial, depois das Primeiras Cruzadas. Foi se formando aos poucos durante o período final da Idade Média, para finalmente dominar toda a Europa Ocidental a partir do Século XVI. Mas foi somente depois da Revolução Industrial, iniciada no século XVIII na Inglaterra, que se estabeleceu o verdadeiro capitalismo. (História Moderna e Contemporânea, p.11).

<sup>12</sup> ROTENBERG, Izrael, Ob. Citada, p.106.



Todos os fatos analisados são importantes para identificar o desencadeamento das relações sociais e econômicas européias e suas influências na sociedade brasileira.

Assim, o capítulo quarto contextualiza o panorama histórico brasileiro desde a colonização pela Coroa Portuguesa até o Século XXI. Analisam-se as mazelas pelas quais a sociedade ficou exposta, o que desencadeou o enfraquecimento do Estado. Francisco NETO sustenta:

Esta nova ordem social surgiu em decorrência da falência do Estado do bem-estar social, principal provedor de serviços sociais aos cidadãos. A falência do Estado e o apogeu do liberalismo, com a concepção do Estado Mínimo, paralisaram o Primeiro Setor, que é o próprio Estado.<sup>13</sup>

Ainda Francisco NETO diz que essa derrocada estatal impulsionou os diferentes núcleos da sociedade a buscarem alternativas nas relações econômicas e sociais.

Agora o que fazer? Os movimentos sociais, as ONGs, as igrejas e os cidadãos mobilizaram-se para criar uma nova ordem social. É o advento de uma mudança radical nas relações entre o Estado, as empresas e a sociedade civil.<sup>14</sup>

Inclusive o próprio sistema capitalista procura quebrar paradigmas tentando modificar sua figura individualista na busca de uma Empresa cidadã corporativa.<sup>15</sup>

Segundo João Eduardo:

O progresso econômico e a emergência das grandes empresas -, empresas transnacionais, públicas, estatais, negócios industriais ou comerciais, associações de entidades financeiras – são a origem de uma restauração no que tange à finalidade da atividade humana. A desumanização que resultava de forma crescente em certas estruturas organizacionais provocaram insatisfação, que conduziu à contestação, muitas vezes violenta, contra alguns grandes grupos multinacionais. A partir dos anos 50, especialmente nos EUA e na Europa, uma mutação ocorre no sistema de valores. Nesses países, os cidadãos no contexto da nação, os assalariados na empresa, adotam uma posição prioritária, que consistia no fato de a repartição do bem-estar-social aparecer doravante mais importante do que a segregação da riqueza, segundo Danziger (1983). No plano nacional, a injustiça nacional é considerada um mal; nas empresas, a inadaptação ao trabalho e as expectativas dos indivíduos

<sup>13</sup> NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, César. Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial, p.2.

<sup>14</sup> NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, César. Ob. Citada, p.98.

<sup>15</sup> NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, César. Idem.

provocam reivindicações, que desembocam no novo estado de coisas. É a responsabilidade social e pública da empresa aflorando”<sup>16</sup>

Finaliza-se a dissertação abordando o histórico cooperativista e a Economia Solidária no Brasil que completou, em julho de 2004, um ano, fazendo parte do Ministério do Trabalho e Emprego, seguindo a trajetória dos novos paradigmas econômicos.

Euclides MANCE interpreta que o “Governo Lula” segue um novo modelo econômico, e demonstra a importância da Economia Solidária nesse novo cenário brasileiro:

...em seu primeiro ano, iniciou um processo de transição de um modelo econômico neoliberal para um modelo sustentável. Essa transição, entretanto, apenas começou, pois dada a situação de vulnerabilidade encontrada na economia nacional, foi necessária uma ênfase nas exportações e redução de gastos, visando respectivamente a entrada de divisas e maior capacidade do Estado na administração da dívida pública. Assim, veio sendo praticada uma transição do modelo neoliberal para um misto desenvolvimentista e sustentável. A perspectiva é a de que as ações de desenvolvimento social no país, integrando iniciativas governamentais e civis, devem articular, entre outros aspectos, tanto a constituição de fundos públicos que assegurem um sistema de transferências direta de renda cidadã à população empobrecida quanto ações estruturantes de desenvolvimento sustentável, com base na economia solidária.<sup>17</sup>

Assim pelo processo de investigação histórica revelam-se as inúmeras oportunidades no enfrentamento das crises sociais brasileiras, sendo que uma das alternativas poderá ser pelo fortalecimento, interação e o equilíbrio das funções sociais do Estado, Economia Solidária e empresas privadas.

---

<sup>16</sup> TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social, p.22.

<sup>17</sup> MANCE, Euclides André. Fome Zero e Economia Solidária, p. 57-58.

## CAPÍTULO 1

### A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NAS RELAÇÕES SOCIAIS

#### 1.1 A ANTIGUIDADE E OS MITOS

##### 1.1.1 A Fase Pré-Histórica<sup>18</sup>

Antes de se iniciar o estudo a respeito da evolução das relações econômicas e sociais, apresenta-se uma breve retrospectiva a respeito da raça humana, na fase primitiva, conceituada pela antropologia como “idade pré-literária”, ou seja, antes do homem dominar a escrita, que findou por volta de 3.500 a.C.

Nessa fase primitiva apresenta-se o homem e as relações com as primeiras manifestações com o transcendente.

De acordo com Edward BURNS, pouco se sabe a respeito da origem humana, e explica:

Há indícios, porém, de que isso possa ter acontecido no sul da África Central, ou talvez na Ásia Central, ou ainda na parte sul desta. As condições climáticas dessas regiões eram de molde a favorecer a evolução de vários tipos humanos a partir de ancestrais primatas. De seu local ou locais de origem, membros de espécie humana migraram para o sudeste e leste da Ásia para o norte da África, para a Europa e, finalmente, para a África. Durante centenas de séculos permaneceram em estado primitivo, levando uma existência que a princípio era pouco melhor que a dos animais superiores.<sup>19</sup>

Na perspectiva religiosa primitiva verificam-se inúmeras imprecisões a respeito dos reais fatos ocorridos nessas civilizações, que acabam sendo revelados pelo descobrimento de indícios arqueológicos como argumenta John Bowker:

Em todas as sociedades conhecidas, a religião desempenhou algum papel, frequentemente um papel controlador e criativo. Isso parece ter sido verdadeiro nas sociedades mais

---

<sup>18</sup>Edward Mcnall Burns, define a pré-história da seguinte forma: É costume em geral, entre os historiadores, estabelecer distinção entre o período histórico e pré-histórico na evolução da sociedade humana. Com o primeiro referem-se à história baseada em registros escritos; com o segundo, à crônica das realizações humanas antes da invenção da escrita. No entanto, tal distinção não é de todo satisfatório. Deixa a impressão de que os efeitos do homem, antes de serem registrados em caracteres ou símbolos que representassem palavras ou conceitos, não tiveram importância. Nada mais inverídico. Pelo menos os fundamentos das façanhas da moderna tecnologia, e até mesmo dos sistemas políticos e sociais, foram lançados antes que os seres humanos fosse capazes de grafar uma única palavra”. (História da Civilização Ocidental, v.1 p.5).

<sup>19</sup>BURNS, Edward Macnall; LERNER, Robert.; MEACHAN, Standisch. História da Civilização Ocidental, v.1, p.1.

primitivas, embora em relação a estas não seja fácil escrever uma história das religiões. Basicamente porque antes da invenção da escrita as pessoas transmitiam verbalmente (tradição oral) e por meio de pinturas e entalhes o registro dos acontecimentos que ocorriam durante as suas vidas, bem como o seu entendimento das suas próprias crenças e práticas. Os arqueólogos descobrem os vestígios de construções e recuperam artefatos de muitos tipos diferentes, mas é preciso inferir – ou muitas vezes simplesmente adivinhar – o uso e o significado de tudo isso. A essência dessas religiões primitivas pode ser vislumbrada, ou talvez até percebida, como um sussurro distantes, através dos mitos que sobrevivem pelo mundo afora, mas não pode ser recuperada com segurança.<sup>20</sup>

Por esses indícios arqueológicos, percebe-se que o homem primitivo reconhecia a divisão entre o real e o desconhecido. O real transmitia a possibilidade de dominar e transformar como as técnicas de caçar, o uso de armas que passa a construir, o domínio tanto dos animais mais fracos como dos mais ferozes. O desconhecido, a capacidade de prever eventos futuros, se seria bem sucedido na caçada, se poderia vir a ficar ferido ou até mesmo morrer, ou se iria encontrar alimento ou caça suficiente para sua sobrevivência, assim procura criar possibilidades de dominar o desconhecido uma delas seria através dos mitos.<sup>21</sup>

Para Marcondes DANILO, a realidade mítica pode ser esclarecida da seguinte forma:

Um dos elementos centrais do pensamento mítico e de sua forma de explicar a realidade é o apelo ao **sobrenatural**, ao **mistério**, ao sagrado, à magia. As causas dos fenômenos naturais, aquilo que acontece aos homens, tudo é governado por uma realidade exterior ao mundo humano e natural, superior, misteriosa, divina, a qual só os sacerdotes, os magos, os iniciados, são capazes de interpretar, ainda que apenas parcialmente. São os deuses, os espíritos, o destino que governam a natureza, o homem, a própria sociedade. Os sacerdotes, os rituais religiosos, os oráculos servem como intermediários, pontes entre o mundo humano e o mundo divino. Os cultos e sacrifícios religiosos encontrados nessas sociedades são, assim, formas de se tentar alcançar os favores divinos, de se agradecer esses favores ou de se aplacar a ira dos deuses. Na Grécia pode-se dar como exemplo a religião do orfismo e os mistérios de Elêusis, cujas influências se estendem à escola de Pitágoras e ao pitagorismo.<sup>22</sup>

Devido às imprecisões dessa fase, apresenta-se apenas um exemplo destacado nos estudos de John BOWKER, das manifestações religiosas na fase primitiva, localizado ao sul do Peru, denominado de Linhas Nazca (200 a.C):

Essas linhas, que cobrem quase 1.000 km<sup>2</sup>, (400 milhas quadradas) de deserto, formam desenhos tão vastos e complexos que só a visão aérea revela o conjunto. [...] Como não existe registro padrão de textos ou inscrições, os arqueólogos só podem inferir-lhes o

<sup>20</sup> BOWKER, John. O Livro de Ouro das Religiões, p. 8-9.

<sup>21</sup> COTRIM, Gilberto; PARISI, Mario. Fundamentos da Educação, p.41-42.

<sup>22</sup> MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia, p. 20-21.

significado. O arqueólogo Anthony Aveni rejeitou as interpretações mais arrebatadas (por exemplo), de que as linhas reproduziriam pistas feitas por visitantes vindos do espaço cósmico) e argumentou, a partir de um conhecimento muito mais amplo de toda área e da respectiva história, que as linhas “eram utilizadas para repartir o terreno, a fim de indicar a distribuição dos direitos à água”. Como os direitos dessa natureza poderiam ter sido causa de conflito construiu-se um cenário ritual em que os deuses seriam superiores aos homens e, portanto, “dariam a última palavra” em qualquer disputa. Esta hipótese é claramente a mais plausível porque as suas premissas confirmam cada etapa. Ainda assim, não se pode usá-la com segurança quando se escreve a primitiva história das religiões; e se, por acaso, esses antigos povos fizeram algumas dessas linhas e figuras por simples prazer?<sup>23</sup>

### 1.1.2 O Culto dos Povos Antigos no Ocidente Europeu

Os estudos sobre os cultos religiosos da antiguidade estarão delimitados para as religiões da Europa, principalmente na parte ocidental, até porque não se pretende analisar todas as manifestações ocorridas em nível mundial.

A análise da primeira seção dá as primeiras pistas, do quanto o homem importava-se em cultuar deuses invisíveis.

Irineu WILGES interpreta que a religião por ser uma das fontes mais antigas das manifestações entre pessoas, propicia interação, pois, quem crê em algo quer compartilhar, conduzindo à formação de comunidades ligadas por uma mesma crença.<sup>24</sup>

Ivan LINS descreve que nas primeiras civilizações, como no Egito, situadas no baixo Nilo, os povos viviam de forma semi-errante, compondo pequenas comunidades que se estabeleciam distante umas das outras, criavam e cultuavam seus próprios deuses ligados a simbologias normalmente relacionados com a cidade e as atividades culturais desenvolvidas. Assim como as cidades, as famílias também possuíam deuses e crenças próprias, essa diversidade de rituais gerava grandes divisões entre os povos.<sup>25</sup>

Estes povos de acordo com Ivan LINS, não entendiam o significado da palavra “humanidade”, existia somente o desejo e a necessidade de sobrevivência, o aniquilamento de um povo em detrimento do outro. Eram regidos pela localidade a que pertenciam, os demais lhe eram indiferentes. Não havia uma unidade, um amor entre a espécie, mas tão-somente entre os seus como se formassem diversas

<sup>23</sup> BOWKER, John. Ob. Citada, p.8.

<sup>24</sup> WILGES, Irineu. Ob. Citada, p.17.

<sup>25</sup> LINS, Ivan. A Idade Média, p.81.

espécies de seres humanos. Define a humanidade dessa época da seguinte forma:<sup>26</sup>

Na antiguidade, não se havia ainda chegado, nitidamente, à concepção de humanidade, isto é, de uma única espécie humana, habitando o mesmo planeta, de modo a poder considerar-se o homem por toda parte, “o cidadão é o cultor da terra inteira”. Era a pátria, entre os antigos, a suprema noção social, e isto fazia com que os cidadãos das diversas pátrias procurassem obter o predomínio seu sobre os demais”.<sup>27</sup>

David BOWKER apresenta uma das formas de manifestação religiosa na Grécia, e ainda explica que o aspecto “essencial da religião grega clássica foi a sua amplitude: embora os gregos não possuíssem uma palavra para “religião”. A “religião” abrangia quase todas as atividades da pólis sendo ambas praticamente inseparáveis, como provam as muitas moedas que representam um Estado através da sua divindade ou do seu herói principal”:

Na sua forma mais simples, a religião grega significava cultuar 12 divindades cujo lar era o monte Olimpo. O líder era Zeus e cada divindade possuía diferentes atributos. Assim, Atena era a deusa da sabedoria, da tecelagem e da guerra, embora também fosse a padroeira da cidade de Atenas. Na realidade, a religião é mais complexa porque também existiam milhares de deuses locais, muitos deles identificados com os 12 deuses olímpicos. Isto foi possível através do sincretismo, ou fusão de cultos. Um indivíduo podia venerar qualquer número de divindades, desde que reconhecesse os deuses do Olimpo.<sup>28</sup>

Raphael MEIRA ensina que na antiga Roma<sup>29</sup>, por volta de 753 a.C, as famílias, em suas residências, cultuavam vários deuses como os deuses *Penates* que protegiam as residências e o Estado. Toda casa possuía um local para a prática dos cultos. Esta tradição provinha dos antepassados e era uma ordenação que não unia as demais pessoas de outras casas ou comunidades, mas um rito que deveria ser praticado pelos entes que pertenciam àquela família. A sua finalidade

<sup>26</sup> LINS, Ivan. Ob. Citada, p.62.

<sup>27</sup> LINS, Ivan. Idem. p. 63-64.

<sup>28</sup> BOWKER, John. Ob. Citada, p. 308

<sup>29</sup> John Bowker apresenta a religião romana da seguinte maneira: “A religião romana no período da República (509-27 a.C) e do primeiro Império (27 a.C – 337 e.C) foi um fenômeno tão diversificado que é impossível afirmar com exatidão quando e onde começou. Englobou muitas tendências diferentes num reflexo das constantes mudanças políticas e sociais que Roma sofreu nesse período. O desenvolvimento da religião foi ajudado por um processo de adaptação ao panteão grego; e assim, o Júpiter romano é Dyaus Pitar dos indo-arianos (deus principal do panteão do vedismo) e o Zeus dos gregos, enquanto Vênus, divindade protetora da horticultura, foi identificada com Afrodite, deusa grega da beleza. Esse processo de empréstimo pode ser localizado até antes do século V a.C, embora divindades nativas permanecessem importantes. O espírito dos bosques, Fauno, foi identificado com Pan, o deus grego dos campos, mas continua visivelmente italiano. De fato, a flexibilidade foi uma característica da religião romana.(O Livro de Ouro das Religiões, p. 312).

também era que o patriarca mantivesse a união do lar e transmitisse às próximas gerações as tradições do culto. Também existiam os cultos de ordem pública nos quais somente as pessoas ligadas às questões do Estado participavam da idolatração.<sup>30</sup>

O evento da morte seguia a tradição dos etruscos originários da Itália antiga, situada na região da Etrúria, de manter aceso o “fogo sagrado nos lares”, acreditando que aqueles que morriam eram seres divinos que deveriam ser cultuados. As tradições de culto aos deuses foram também transmitidas pelos etruscos e gregos e permaneceram até o término do império romano. Chegaram a cultuar “mais ou menos 30 mil deuses”, de origem grega.<sup>31</sup>

Percebe-se que essas manifestações divinas tiveram grande relevância no desenvolvimento das comunidades com a imposição de regras sociais e políticas, pelas inspirações divinas.

Ivan LINS corrobora com essa assertiva, quando argumenta que na antiguidade o sistema apresentava “confusão” fundamental entre os costumes e as leis, ou, melhor, entre as opiniões e as ações”.<sup>32</sup>

Por esta definição conclui-se que uma das características das religiões da antiguidade era a “moral intimamente ligada e subordinada à política”.

Esta confusão era tão arraigada nas relações sociais, continua Ivan LINS que: “os próprios filósofos antigos nunca chegaram a conceber a existência de um poder espiritual plenamente independente do temporal, visto não distinguirem entre a regulamentação das opiniões e das ações”.<sup>33</sup>

A partir desse marco passa-se a estudar a religião que mais influenciou as relações sociais do ocidente europeu o Cristianismo.

Izrael ROTENBERG identifica que dentre todas as religiões que surgiram, a mais difundida mundialmente é o Cristianismo<sup>34</sup>; atualmente congrega mais de 1,7 bilhões de adeptos, espalhados por todos os países.<sup>35</sup> Seu berço situa-se no Oriente Médio, na Galiléia que pertencia ao Império Romano desde 40 a.C, com o

<sup>30</sup> MEIRA, Raphael Corrêa de. Curso de Direito Romano, p.134.

<sup>31</sup> FERREIRA, Olavo Leonel. Idem.Ibidem, p.56.

<sup>32</sup> LINS, Ivan. Ob.Citada, p. 45.

<sup>33</sup> LINS, Ivan, Idem. 51.

<sup>34</sup> Marcel Simon sobre a origem do Cristianismo: “As origens do cristianismo encontram-se na personalidade, no ministério e na pregação de Jesus, a quem desde muito cedo os discípulos designaram como o Cristo, quer dizer, o Messias (grego Christos, hebraico meshiha, o Ungido)” (Judaísmo e Cristianismo antigo, p.85).

<sup>35</sup> ROTENBERG, Izrael. História da Insensatez Humana, p.189.

nascimento de Jesus<sup>36</sup>, que nasceu em Belém de Judá, no período do governo de Otávio Augusto (27 a.C a 14 d.C). Jesus iniciou a sua peregrinação com 30 anos, tendo sido crucificado pelos romanos aos 33 anos, trazia a mensagem de um “reino dos justos e a salvação da humanidade”.<sup>37</sup>

Ariel KOSTMAN sustenta que o cristianismo rompe com os antigos cultos divinos iniciados desde a Pré-história, findando com as adorações do povo grego a Deuses bons e ruins. “Após Jesus, Deus passou a ser o Deus da misericórdia, da compaixão e do perdão”.<sup>38</sup>

Cristo tornou-se uma ameaça às autoridades judaicas e romanas, tendo sido entregue aos soberanos romanos que o crucificaram sob a acusação de ser um “revolucionário”, ainda Ariel KOSTMAN, enfatiza que:

Inicialmente os romanos viam o cristianismo como a religião dos escravos. Descobrimos mais tarde a força revolucionária e perigosa para as instituições do Império (“Vós todos sois irmãos. Não há mais grego nem judeu, nem homem ou mulher. Sois todos iguais. “– Isso valia também para os escravos), os romanos reagiram, perseguindo os cristãos. Mas o Imperador romano Constantino, senhor do Oriente e do Ocidente, concedeu no ano 313, pelo Edito de Milão, a liberdade religiosa ao cristianismo. Em 380, com Teodósio I, o cristianismo torna-se a religião oficial do Império Romano.<sup>39</sup>

O prodígio maior do pregador que viveu na Palestina, cujo fascínio aumenta com a passagem do tempo, é o fato cada vez mais aceito por estudiosos de todas as religiões de que, além de lançar as bases morais e éticas da civilização ocidental, Jesus reinventou a fé. Essa é a chave para entender. Sua permanência e a aceitação de sua doutrina fora da cristandade.<sup>40</sup>

## 1.2 O CRISTIANISMO

### 1.2.1 O Cristianismo Pós-Morte de Jesus Cristo

Como pode se verificar, a mística presente em algumas sociedades do

---

<sup>36</sup> Biografia de Jesus e sua doutrina por David L. Edwards: “Jesus era um judeu devoto, nascido na família de um carpinteiro. Desconhece-se a data do seu nascimento, mas é provável que tenha ocorrido pouco antes do início da “era cristã” ou “era comum”, calculado durante o século VI. Jesus viveu os primeiros anos em Nazaré, uma aldeia da Galiléia, no norte do atual território de Israel. [...] Em meio a conflitos políticos e religiosos, Jesus iniciou a sua missão, mas a ênfase recaía no misericordioso amor de Deus, a quem chamava de *Abba* (“Pai”, em aramaico). Nômade e sem casa, fez promessas de alegria aos pobres, tratou as mulheres com especial sensibilidade, comeu e conversou com párias, tais como prostitutas e coletores de impostos. Garantiu a quem o ouvisse que os pecados lhes seriam perdoados se, arrependidos, recorressem a Deus; não era preciso fazer purificação ritual nem oferecer sacrifícios no Templo. (O Livro de Ouro das Religiões, p. 324).

<sup>37</sup> MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. História das Cavernas ao terceiro milênio, p.54.

<sup>38</sup> KOSTMAN, Ariel. A descendência do homem de Charles Darwin, p.114.

<sup>39</sup> WILGES, Irineu. Ob. Citada, p.67.

<sup>40</sup> KOSTMAN, Ariel. Ob. Citada.



ocidente foi um dos elementos de influência na formação das relações sociais.

Passa-se nesse processo histórico a analisar a Idade Média a partir da queda do Império Romano no Ocidente, em 476 d.C, período que perdura até a conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453. Segundo Carol WATSON uma das marcas do período medieval é o cristianismo que, após a morte de Jesus, é pregado por seus 12 discípulos no Oriente, considerados como os primeiros líderes da Igreja Cristã. Com o passar do tempo foi sendo transmitida para outras pessoas, formando novos líderes, denominados de apóstolos, gerando a “sucessão apostólica”<sup>41</sup>.

De forma rápida<sup>42</sup> e surpreendente o cristianismo atravessou o Mar Mediterrâneo, atingindo diversas regiões, chegando ao Ocidente, em Roma, e todas as regiões que faziam parte do Império Romano<sup>43</sup>.

Para Danilo MARCONDES, a filosofia cristã inicialmente não era bem compreendida chegando a ser confundida com a doutrina judaica, “sendo vista como uma seita ou um movimento renovador ou reformista dentro da religião e da cultura judaicas”.<sup>44</sup>

Fernando VIANNA informa que o primeiro grande propagador do cristianismo foi o apóstolo Paulo<sup>45</sup>, de origem judia, com raízes nas civilizações gregas, levava mensagem de uma vida melhor após a morte que servia de grande consolo e esperança para aqueles que eram menos afortunados.<sup>46</sup>

O Cristianismo foi sendo difundido de forma lenta. No decorrer do Século I,

<sup>41</sup> WATSON, Carol. O que sabemos sobre o cristianismo?, p.34.

<sup>42</sup> A difusão do Cristianismo por Carol Watson: “Os romanos levaram o Cristianismo para o norte da África do Sul no século II d.C. Levando por todo o Império romano, e por todos os países Mediterrâneos até a Europa Pérsia (atual Irã) e Índia. No Século X os monges gregos introduziram o cristianismo na Rússia e a partir do Século XVI Espanha, Portugal e Inglaterra, chegando na América do Norte e do Sul”. (Ob. Citada p. 9).

<sup>43</sup> O “triunfo da Igreja Cristã no Império Romano” contada por David L Edwards: “Em 303 e.C, os cristãos provavelmente representavam menos de um décimo da população do Império e, num esforço para restaurar a unidade através de um governo forte, o imperador Diocleciano (245-313) transformou-os em alvos de perseguição sistemática. No entanto, em 313 a religião foi declarada legal por volta de 325 o imperador Constantino (c. 285-337) anunciou que devia vitória nas recentes guerras civis ao apoio de Cristo; que fortalecera a sua posição tornando-se patrono dos bispos católicos, e que estava presidindo o primeiro dos grandes Concílios da Igreja. O cristianismo então passou a receber grandes privilégios e estava prestes a se tornar a única religião oficial do Império Romano, passo que seria dado por Teodósio, o Grande, imperador de 379 a 395)” (O Grande Livro de Ouro das Religiões, p. 334).

<sup>44</sup> MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia, p.106.

<sup>45</sup> Sobre o apóstolo Paulo por Carol Watson: “Paulo chamava-se Saulo e era o perseguidor dos Cristãos e trabalhava para o império romano, porém teve uma visão de Jesus que o fez converter-se ao Cristianismo em 33 d.C deixou escrito as epístolas aos romanos”. (Ob. Citada, p.10).

<sup>46</sup> VIANA, Fernando. Manual didático de Pesquisas, p.586.

os cristãos foram brutalmente perseguidos pelo imperador romano Nero<sup>47</sup>, no período de 60-65 d.C. Neste mesmo período é escrito o Evangelho<sup>48</sup> e o novo testamento pelos discípulos de Jesus, uma vez que durante a sua curta vida jamais escreveu uma única linha. Os romanos não desistem de sua caçada contra os cristãos e em 70 d.C, invadem Jerusalém destruindo o segundo templo e no ano 100 d.C novamente a ira romana leva a executar 25 mil cristãos.<sup>49</sup>

Conforme observa Eduardo HOORNAERT, o Imperador Constantino, um dos grandes conquistadores do Império Romano, cuja Capital localizava-se na Colônia chamada Bizâncio, fez nascer uma nova cidade a qual passou a ser chamada de Constantinopla (hoje Istambul). Em 313 d.C, concedeu aos Cristãos que propagassem livremente a doutrina cristã. Foi considerado o “protetor do cristianismo”<sup>50</sup> e batizado em 337 d.C.<sup>51</sup> As manifestações em prol dos desafortunados perduraram desde o século I até o século IV. O sucessor de Constantino, o Imperador Justiniano, na intenção de amenizar os movimentos caritativos dos cristãos, aconselhava os governantes de cada localidade que criassem sistemas assistenciais para que ficassem mais próximos das populações.<sup>52</sup>

Por meio dos grupos que continuaram a pregar a mensagem cristã de Paulo, deram início ao processo de formação religiosa ao cristianismo primitivo, constituindo a igreja que se chamava católica, que implicava dizer universal. Os que transmitiam o evangelho eram considerados líderes.<sup>53</sup>

Todavia era necessário que a doutrina cristã fosse sedimentada em uma única mensagem, pois os grupos formados em diferentes regiões e localidades por vezes interpretavam-na de formas diferentes. Diante desta necessidade de uma

---

<sup>47</sup> “Em Roma, os cristãos foram perseguidos pelo imperador Nero, que os transforma em bodes expiatórios para o grande incêndio que consumiu a cidade em 64. É possível, depois disso, a perseguição se tenha estendido às províncias pelo exemplo, porque os governantes romanos se baseavam no precedente de Nero, que dispensava aos cristãos o tratamento previsto para criminosos.” (FOX, Robin Lane. Bíblia; verdade e ficção. p.320 - MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. Ob. Citada, p.54).

<sup>48</sup> O Evangelho por Marcel Simon: “Os quatro evangelhos ditos canônicos, assim chamados porque foram incorporados pela igreja Cânon das Escrituras reveladas, constituem praticamente nossa única fonte de informação sobre esse período capital da história religiosa da humanidade”. (Judaísmo e Cristianismo antigo, p.85).

<sup>49</sup> WATSON, Carol. Ob. Citada, p.10.

<sup>50</sup> VIANA, Fernando. Ob. Citada, p.587.

<sup>51</sup> MARCONDES, Danilo. Ob. Citada, p.107.

<sup>52</sup> HOORNAERT, Eduardo. Ob. Citada, p.92.

<sup>53</sup> “É daí que se origina o termo ‘igreja’, a partir do grego ecclesia (assembléia ou reunião de uma comunidade)”. (MARCONDES, Danilo. Ob. Citada, p.107).

única doutrina, nascem os primeiros representantes da formação de “filosofia cristã verdadeira”, com Clemente de Alexandria (c.150-215) e Orígenes (c.184-254) e Pantaneus, no ano 179 d.C, pertencentes à chamada *escola neoplatônica cristã de Alexandria*.<sup>54</sup>

Foram iniciadas várias reuniões entre os representantes dos líderes religiosos e defensores da filosofia cristã e as mais importantes foram realizadas em Nicéia (325), Constantinopla (381) e Calcedônia (451). Este período ficou conhecido como “Igreja Conciliar” e nestes “concílios” era determinado o que se considerava como a verdadeira mensagem da filosofia cristã que devia ser propagada. Tudo que fosse contrário a esta determinação era considerado heresia.<sup>55</sup>

Eduardo HOORNAERT ainda ensina que enquanto o Império romano do Ocidente criava o regime feudalista, o Império romano do Oriente, após Constantino, teve o seu sucessor Justiniano (527-565) que criou um sistema de expansão, voltando a dominar o norte da África e das penínsulas ibérica e itálica que se encontravam sob o jugo dos bárbaros. Durante seu Império, Justiniano criou um Código reformulando todas as legislações até então escritas em Roma, formando o *Corpus juris Civillis* (Corpo do Direito Civil).<sup>56</sup> Esta situação foi uma das causas que levaram o Oriente e o Ocidente a se distanciarem na parte social e cultural. O oriente mostrou-se mais adepto ao comércio, enquanto o Ocidente à exploração das terras.

Em Roma, uma de suas legislações concedia que aqueles que tinham como veneração um único Deus poderiam se reunir independente de sua condição, podendo ser escravos ou marginalizados. Estes grupos eram denominados de “Confranitas”.<sup>57</sup>

O Cristianismo não tinha como objetivo a luta pela libertação dos escravos, uma vez que nesta época a escravidão era considerada uma situação natural, mas pregava que todos eram iguais perante Deus, o que fazia com que houvesse muitos adeptos.<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> MARCONDES, Danilo. Ob.Citada, p.107.

<sup>55</sup> MARCONDES, Danilo. Idem p.109.

<sup>56</sup> MOTA, Myriam Becho, BRAICK, Patrícia Ramos. Ob.Citada, p. 80.

<sup>57</sup> HOORNAERT, Eduardo. Idem. Ibidem, p. 86-87.

<sup>58</sup> HOORNAERT, Eduardo. Idem. Ibidem p.81-83.

Eduardo HOORNAERT defende que o Cristianismo fez nascer o sentimento de solidariedade e amor ao próximo entre as pessoas, formando verdadeiras cooperativas humanas de ajuda. Os Cristãos que vinham de outras localidades, como do Oriente, encontravam no Ocidente hospitalidade e solidariedade.<sup>59</sup>

Estas manifestações de ajuda aos necessitados têm também registros em Jerusalém, no ano de 49 d.C, onde São Paulo angariava esmolas das Comunidades, como preleciona Robert CASTEL:

A caridade é realmente a virtude cristã por excelência, e a pobreza é efetivamente valorizada em referência a Cristo e aos modelos de *vita apostólica*, santos, eremitas, religiosos que souberam despojar-se dos fardos terrestres a fim de se aproximar de Deus.<sup>60</sup>

### 1.2.2 As Classes Sociais da Idade Média e o poder da Igreja Romana

Devido às diversas invasões deflagradas no Império Romano pelos bárbaros<sup>61</sup> que traziam novos conceitos, associando-se com as culturas locais, provocaram profundas alterações, estabelecendo-se uma nova maneira de formação nas bases sociais e econômicas fazendo surgir o regime “Feudal”.<sup>62</sup> Cultura de subsistência com a utilização das terras, nascendo uma economia agrária.

A Europa Ocidental, no final do Século V, tinha como soberano o rei Clóvis, que se tornou cristão, governando com a adesão do papa da região que atualmente seria a França e parte da Alemanha. Da sua linhagem descendeu Carlos Magno<sup>63</sup>

<sup>59</sup> HOORNAERT, Eduardo. Ob. Citada, p.90.

<sup>60</sup> CASTEL, Robert. Ob. Citada, p.62.

<sup>61</sup> “Bárbaro em grego, tinha inicialmente o sentido de “gago” ou “balbuciante”. Era usado em referência desdenhosa aos não-gregos, que não falavam a língua helênica. Os romanos herdaram dos gregos essa visão e essa palavra preconceituosa, eram os “outros” que não eles. Constituído principalmente pelos povos gauleses (atual França), os bretões (nas Ilhas Britânicas), ao leste e norte do Ocidente estavam os grupos eslavos e germanos”. (MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. Ob. Citada, p.54).

<sup>62</sup> “O termo *feudo* tem origem discutível, pois alguns etimologistas afirmam que provém de um termo latino que significa fidelidade, enquanto outros lhe atribuem origem germânica, como significado de: “terra recebida como recompensa”. (VIANA, Fernando. Ob. Citada. p. 588).

Para LE GOFF, Jacques em sua obra para um novo conceito de Idade Média conceitua o Feudalismo como: “Um sistema de organização econômica e política baseada nos vínculos de homem a homem, no qual uma classe de guerreiros especializados – os senhores-, subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, domina uma massa campesina que explora a terra e lhes oferece com que viver.” (MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. Ob. Citada, p.66).

<sup>63</sup> “Em 800 d.C o papa fez de Carlos Magno o 1º imperador santificado”. (WATSON, Carol. Ob. Citada, p. 10).

criando a sucessão Carolíngia. Em seu governo, Carlos Magno estabeleceu uma forma de divisão nos territórios conquistados onde nestes locais eram conferidos aos duques, condes e marqueses a administração, além de exigir que as comunidades tivessem como religião a Igreja Católica.<sup>64</sup>

As classes sociais eram formadas pela nobreza clero e servos. Myriam MOTA e Patrícia RAMOS observam que esta divisão social desencadeou desigualdades sociais. A nobreza era hierarquizada da seguinte forma: no ápice o rei, depois os arquiduqueses, duques, marqueses, condes, viscondes, barões e ao final desta divisão os cavaleiros que não possuíam terras, realizavam serviços militares para os demais nobres, criando uma relação de “fidelidade e reciprocidade”.<sup>65</sup>

Os cavaleiros tinham ainda como missão proteger os fracos e os injustiçados e devoção à Igreja Católica. Era exigido dos cavaleiros o grau mais alto de conduta; tinham que ser nobres, fiéis, corajosos e destemidos. Para ser cavaleiro tinha que ser sagrado por um rito religioso no qual a sua espada era benzida por um membro do alto clero.

Com o fim do sistema de escravidão, os escravos libertados não tinham para onde ir e acabavam ficando nas terras dos que foram seus donos, criando uma relação de “colonato”. Com o tempo, esta mão-de-obra foi se transformando em servos, gerando uma dependência entre os nobres e servos que viviam e trabalhavam nas terras pertencentes aos nobres, ficando com uma parte do que plantavam para o seus sustento, devendo trabalhar alguns dias da semana para o seu senhor, além de pagar as taxas que eram estabelecidas<sup>66</sup>. Os nobres possuidores de grandes terras ficavam com a maior parte e a outra parte era dividida entre os camponeses, e destes, alguns eram homens livres. Os últimos eram chamados de servos, enquanto que os livres eram chamados de “vilões”, que provêm de vila, que denominava grandes domínios.

O clero inicialmente não realizava disputas de poder político com a nobreza, porém detinha posições que não eram contestadas. O clero era dividido da seguinte forma: o poder central era conferido ao bispo de Roma denominado Papa, em

---

<sup>64</sup> VIANA, Fernando. Ob. Citada, p.587.

<sup>65</sup> MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. Ob. Citada, p.66.

<sup>66</sup> Por Fernando Viana: “Algumas denominações utilizadas na época aos servos: “Talha – Pago “em espécie”, uma porcentagem sobre o uso da terra. Banalidades - pagamento “em espécie” pelo uso do moinho, do forno, do lago etc. Corvéia – Trabalho gratuito na propriedade do senhor, como cultivo do campo, construção de muros, estradas, pontes, etc.” (Ob. Citada, p. 89).

seguida vinham os monges e os padres que ficavam nas comunidades.

Para Gilberto COTRIM o pensador que fez com que a igreja cristã da Idade Média solidificasse suas dogmáticas foi Santo Agostinho, nomeado bispo de Hipona (Annaba, na Argélia).<sup>67</sup>

Hannah ARENDT, também entende que Santo Agostinho a partir da sua obra Cidade de Deus (*De Civitate Dei*), legitima a igreja como a ponte entre a terra e o ser divino.<sup>68</sup>

Seguindo nesta linha de influência da dogmática católica, Gilberto COTRIM e Mario PARISI, ensinam que Tomás de Aquino assim como Santo Agostinho, influenciaram o pensamento da Igreja Católica. Cada um com métodos diferentes: Tomás de Aquino de modos Aristotélicos e Santo Agostinho uma teologia de modos neoplatônico.<sup>69</sup>

As invasões germânicas também influenciaram nos hábitos dos povos conquistados que passaram a ser subjugados por esse novo governo, levando muitas pessoas a buscar um refúgio onde pudessem praticar a sua fé e a preservação de sua cultura, desencadeando a construção de mosteiros. Surgiram várias ordens, como dos dominicanos, agostinianos e carmelitas, “o primeiro organizador da vida monástica foi São Bento de Núrsia em Monte Cassino no Século VI, criando a primeira comunidade de monges que se caracterizava pelo voto de pobreza, trabalho, devoção e obediência ao líder religioso que dirigia a comunidade.”<sup>70</sup>

Estes locais também eram destinados a ministrar cursos para as crianças, desenvolvimento pelas artes e ao ensino religioso. No século XI os próprios eclesiásticos passaram a lecionar as doutrinas, objetivando a formação dos futuros sacerdotes. Todo o conteúdo pragmático era voltado ao ensino religioso. Não havia nenhuma matéria que incitasse ao desenvolvimento criativo e científico, mas tão

---

<sup>67</sup> Pequena biografia de Santo Agostinho por Gilberto Cotrim e Mário Parise: Aurélio Agostinho nasceu em Tagaste em 354 d.C localizada na Numídia, província no norte da África. Sua juventude foi pautada na busca de uma filosofia para satisfazer suas indagações terrenas e cosmológicas. Foi maniqueísta, céptico e por último neoplatônico, levando todo o conhecimento adquirido ao longo dos anos para a escola que ele fundou em Hipona em 387d.C objetivando a formação de bispos e sacerdotes<sup>67</sup>. (Fundamentos da Educação: História e Filosofia da Educação. p. 146).

<sup>68</sup> ARENDT, Hannah, sobre a obra (*De Civitate Dei*) de Santo Agostinho: A igreja guarda as chaves do céu (da cidade de Deus), outorgando a igreja total supremacia necessária para que todos os povos se inclinem diante da única religião universal e verdadeira, o seu principal objetivo era a “Salvação da alma”. (O Conceito de amor em Santo Agostinho, p.173).

<sup>69</sup> COTRIM, Gilberto; PARISI, Mario. Ob. Citada, p. 60-162.

<sup>70</sup> VIANA, Fernando. Ob. Citada, p.586.

somente para a obediência e respeito às regras impostas pela Igreja, com a finalidade de que nada fosse alterado.<sup>71</sup>

No mesmo norte são as lições de J. ISAAC, dizendo que o século XI é palco de grandes abusos da igreja, pois a investidura do clero seguia uma hierarquia. Os bispos eram nomeados pelos reis, os vigários eram designados pelas famílias que haviam construído as igrejas das comunidades. Estas nomeações por vezes eram realizadas devido às amizades e troca de favores. Em consequência destas indicações exercitavam o cargo desprovidos de fé e das exigências dos dogmas, o que levava muitos destes aventureiros a desvirtuarem a fé e a crença do povo realizando vendas de santos, indulgências, que era chamado de *simonia*<sup>72</sup>. Os padres desta época podiam casar e se ocupavam mais de suas famílias do que da Igreja.

De 1073 a 1085 o papa Gregório VII d.C instituiu que os civis que eram leigos não podiam mais interceder na Igreja deixando de participar das nomeações clericais, isto ocasionou uma revolta no rei da Germânia, Henrique IV que não aceitou a imposição. Este ato tirava o poder dos monarcas de indicar os bispos e, por ser a Igreja riquíssima e possuir imensas extensões de terra, era interessante que o bispo fosse controlado pela soberania. O ato de rebeldia contra a autoridade do papa levou Henrique IV a ser excomungado no ano de 1076. O poder da Igreja era tão grande que o imperador, sem poder contar com a ajuda de outros soberanos, se viu forçado a solicitar uma audiência com o papa e lhe pedir perdão, o qual foi concedido. Porém, Henrique IV não aceitou a humilhação e veio a nomear outro papa em Roma, um ano depois. Ele jamais obedeceu “a questão das investiduras” estabelecidas pelo papa.<sup>73</sup>

Mesmo assim, de acordo com Alain DEMURGER o poder papal perdurou até 1122<sup>74</sup>. Neste período, a igreja fez com que diminuíssem os abusos exigindo que os nomeados não fossem casados e nem poderiam se casar, acabando também com a simonia<sup>75</sup>; isto fez com que a fé dos devotos aumentasse, levando no Século XI os

---

<sup>71</sup> COTRIM, Gilberto; PARISI, Mario. Idem, p.148.

<sup>73</sup> ISAAC, J. Ob. Citada, p. 50.

<sup>74</sup> DEMURGER, Alain, Os Cavaleiros de Cristo: Templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens na Idade Média, p. 21.

<sup>75</sup> J. Isaac explica a palavra “Simonia – proveniente do nome de um certo Simão o mágico que, dizia-se, quisera comprar dos Apóstolos o poder de fazer milagres”. ( Curso de História da Idade Média, p.68).

cristãos para a primeira cruzada.<sup>76</sup> A igreja romana deflagrou vários atos violentos em nome de Deus que foram chamados de Guerras Santas<sup>77</sup> e Cruzadas<sup>78</sup>, formando uma ordem militar com os cristãos que acreditavam na luta pela libertação da terra de Deus. Ocorreu a primeira das cruzadas em 1096 com a conquista de Jerusalém em 15 de julho de 1099, abrindo as portas para que todos os peregrinos cristãos pudessem visitar e mostrar a sua fé por onde havia passado o Jesus de Nazaré, fundador do cristianismo. As cruzadas perduraram até 1291.<sup>79</sup>

Na perspectiva de Enrique DUSSEL as cruzadas alcançaram mais do que o seu objetivo primordial que era a proteção dos locais sagrados e a pregação da fé cristã, como também a abertura com os territórios do Mediterrâneo Oriental, separada no período governado por Carlos Magno com a implantação do feudalismo no interior do Ocidente. Esta ligação iniciou o período do “renascimento intelectual helenista italiano”.<sup>80</sup>

Francisco BETHENCOURT faz a alusão de que a Igreja, no intuito de não perder a sua supremacia, criou um verdadeiro código de normas e condutas que deveriam ser utilizadas em todas as regiões onde a Igreja Católica fosse declarada como a religião oficial. No Século XIII foi criado um tribunal chamado de “A Santa Inquisição”, que tinha como objetivo “perseguir, julgar e punir os acusados de heresia”.<sup>81</sup>

No ano de 1252 o Papa Inocêncio IV institui o uso da “tortura como instrumento de fé” para que todos aqueles que eram considerados hereges confessassem os seus pecados.<sup>82</sup>

---

<sup>76</sup> ISAAC, J. Idem.

<sup>77</sup> Guerra Santa é a “Guerra justa por excelência: uma obra meritória, uma obra pia, pois se aplicava aos inimigos da fé e da igreja cristã, valendo a palma do martírio para aquele que nela morria”. (DEMURGER, Alain. Os Cavaleiros de Cristo, p.22).

<sup>78</sup> As Cruzadas podem ser definidas como: “a peregrinação armada rumo a Jerusalém cujo objetivo não era apenas orar e meditar no Santo Sepulcro, mas libertá-lo – e todos os lugares santos da Palestina com ele – da dominação muçulmana, da “mancha” como se dizia na época, do Infel.” (DEMURGER, Alain. idem).

<sup>79</sup> DEMURGER, Alain. Idem. Ibidem, p.25-27.

<sup>80</sup> DUSSEL, Enrique. Ob. Citada, p.42-43.

<sup>81</sup> “Heresias são doutrinas ou práticas contrárias ao que é definido como matéria de fé. Na época inicial da igreja elas eram punidas com a excomunhão. Quando no século IV o cristianismo tornou-se a religião oficial do Império Romano, os heréticos passam a ser perseguidos como inimigos do Estado”. (BETHENCOURT, Francisco. História das Inquisições. Disponível em: <<http://www.planeta.terra.com.br/arte/sarmentocampos/Inquisição.htm>>.

<sup>82</sup> BETHENCOURT, Francisco. Idem.



### 1.3 A ÉTICA SOCIAL DA FÉ DIVINA E A CRISE RELIGIOSA

#### 1.3.1 A Ética Cristã

Antes de seguir-se nas questões éticas religiosas e reflexos na formação social econômica do povo europeu, principalmente na parte ocidental, faz-se necessária a definição do marco temporal entre a antiguidade e a Idade Média como ensina Ivan LINS:

Sendo os fenômenos sociais, como todos os outros, contínuos, as datas só servem para fixar-nos as idéias, impedindo-nos as divagações, sem que, jamais, lhe possamos atribuir valor absoluto.

De acordo com esta premissa, pode a Idade Média, vale dizer, a transição entre a antiguidade e os tempos modernos ser colocada entre os anos 400 e 1300 da era vulgar.

Em 400, já se achavam quase completamente constituídos os elementos da ordem nova ou medieval: de um lado, o *Catolicismo*, cuja vitória sobre o paganismo se acentuara rapidamente a partir de Constantino; e, de outro, o *Feudalismo*, cujo característico essencial – a descentralização do poder, dadas as necessidades, sempre crescentes, de defesa local – se delineara, com nitidez cada vez maior, a partir de Diocleciano, sendo definitivamente consagrada, em 395, com a divisão do Império, entre os filhos do grande Teodásio, Honório e Arcádio.<sup>83</sup>

O Cristianismo conseguiu em pouco tempo milhares de adeptos, o que todas as outras religiões mais antigas não conseguiram. Uma das explicações para este fenômeno segundo Eduardo HOORNAERT é que Roma na antiguidade apresentava uma grande desorganização econômica, logo as cidades estavam apinhadas de pobres e de marginalizados que não faziam parte das castas mais alta, a fé cristã fazia com que as pessoas se unissem na busca de esperança de uma vida melhor. No Cristianismo não havia divisões<sup>84</sup>, todos podiam fazer parte da comunidade, independentemente da sua condição social e desta união nascia: “a formação de uma rede associativa que cobre uma área social totalmente negligenciada pela administração romana, ou seja, a luta organizada pela cidadania”.<sup>85</sup>

Para Gustav REDBRUCH, o Cristianismo primitivo também se depara com os ensinamentos de Jesus que deixava evidente que nas suas peregrinações não

<sup>83</sup> LINS, Ivan. A Idade Média. p. 78.

<sup>84</sup> “Não há judeu, nem grego, nem escravo, nem homem livre, nem homem, nem mulher: todos sois um no Cristo Jesus” – Epístola aos gálatas (3,28) (MARCONDES, Danilo. Ob. Citada, p.106).

<sup>85</sup> HOORNAERT, Eduardo. História da Cidadania, p.81.

estava interessado no poder do Estado, bem como nas questões normativas legais, como se verifica em uma de suas mensagens na qual diz “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, Jesus estava interessado em pregar o amor e não a “ordem jurídica imposta”.<sup>86</sup>

O Cristianismo à luz do evangelho, como se verifica em Mateus 25: 35-36, pregava:

Porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; não tinha teto e me hospedastes; estava nu e me vestistes, enfermo e me curastes...

Trazia a mensagem de ajuda aos necessitados formando uma economia de caridade solidária, como se lê nos Atos dos Apóstolos 2,42-46:

Eram constantes... na comunidade (koinonia), no partir o pão... Os crentes viviam unidos e tinham tudo em comum (apanta koina): vendiam seus bens e os repartiam entre todos, segundo a necessidade de cada um.

No decorrer dos anos surgem instituições, que de acordo com Francisco GOMES, com base no cristianismo uma religião que impunha o “comunitarismo em oposição ao individualismo.”<sup>87</sup> criou uma homogeneização do pensamento e das regras sociais<sup>88</sup>. Essas instituições seguindo, a doutrina cristã de praticar atos caritativos, construíram várias casas de assistências e hospitais.

Nesta linha assistencialista e de soberania religiosa, Alain DEMURGER sustenta que a Igreja Católica estabeleceu para si uma missão na terra em nome de Deus, e era detentora de vários domínios, consagrados como “domínios de Deus”, que necessitavam ser preservados independentemente dos fins a serem utilizados (como o uso de violência que deu origem às Guerras Santas e às Cruzadas que tanto foram repudiados na época do “cristianismo primitivo”). Não se inclinava ao imperador romano que se dizia Deus na terra e recusava-se lutar por ele, pois os cristãos acreditavam em um Deus que se encontrava em uma esfera extraterrestre. Constantino, ao se tornar cristão, conseguiu as primeiras manifestações da guerra em nome da fé e da luta pela proteção e garantia da

<sup>86</sup> RADBRUCH, Gustav. Filosofia do Direito, p.200.

<sup>87</sup> RECCO, Claudio B. História: A ordem da dominação Medieval. Disponível em: <[http://www.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult\\_305u13011.shtml](http://www.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult_305u13011.shtml)>.

<sup>88</sup> GOMES, Francisco José Silva. A Igreja e o poder: Representações e discursos, p. 36-37.

doutrina e dos territórios.<sup>89</sup>

Santo Agostinho também defendia a guerra em nome da fé:

São ditas justas as guerras que vingam injustiças, quando um povo ou um Estado, a quem a guerra deva ser feita, deixou de punir os erros dos seus ou de restituir aquilo que foi saqueado em meio a essas injustiças.<sup>90</sup>

Estas convicções e obsessões em nome de Deus começaram a encontrar resistência por parte de vários movimentos que desejavam buscar a verdadeira ética cristã.

### 1.3.2 Os Primeiros Movimentos pelo Restabelecimento da Ética Cristã

Pode-se dizer que um dos primeiros abalos que a igreja cristã sofreu foi em 1054 d.C, decorrente das diferenças adotadas na economia levando os povos do Oriente e o Ocidente a terem concepções diferentes em relação à religião. Enquanto o Oriente implantou uma economia de expansão gerando o desenvolvimento da população, tornando-a mais participativa, levando-a a questionar a supremacia da Igreja de Roma, o Ocidente seguiu o caminho da exploração da economia agrária de subsistência com sistemas extremamente hierarquizados gerando a escassez da moeda circulante, já que mais da metade da população trabalhava para os senhores donos de terras, analfabetos desprovidos de qualquer cultura que acreditavam integralmente no poder clérigo.

Os líderes religiosos de Constantinopla e Roma, no Século X, no ano de 1054, realizaram a primeira divisão religiosa da história separando as duas igrejas, ocasionando uma ruptura no catolicismo que ficou conhecida como o “Grande Cisma do Oriente”, gerando duas igrejas, a Católica Apostólica Romana, dirigida pelo papa no Ocidente e a Igreja grega ou Ortodoxa, no Oriente dirigida pelo patriarca de Constantinopla ou Basileu.<sup>91</sup>

De acordo com Francisco BETHENCOURT no século XIII, por volta do ano 1208, surgiram vários movimentos contrários aos dogmas estabelecidos pela Igreja, originados do desenvolvimento das cidades e da elevação cultural de algumas

<sup>89</sup> DEMURGER, Alain. Ob. Citada, p.20.

<sup>90</sup> DEMURGER, Alain. Ob. Citada, p.20.

<sup>91</sup> WATSON, Carol. Ob. Citada, p.10.

regiões, como ocorreu em Lyon, na França, pelos valdenses e os albigenses na Itália, que defendiam o restabelecimento do cristianismo primitivo que pregava a generosidade, solidariedade e amor ao próximo, sem nenhuma relação com bens materiais, totalmente contrário ao que a igreja pregava e a sua grande ostentação. Como o papado era detentor de uma ordem militar, aniquilava todos os que se insurgiam contra o poder da igreja.<sup>92</sup>

Outra manifestação lembrada por Ellen WHITE para a volta do cristianismo primitivo é a que surgiu na Boêmia (Tchecoslováquia), por João Huss<sup>93</sup> nos séculos XIV e XV. João Huss teve acesso (por meio de um amigo de Praga chamado Jerônimo, que ao retornar da Inglaterra trouxera consigo) aos escritos de John Wycliffe, que criticava a autoridade do papa, a ostentação em que viviam os clérigos, o culto em latim, as guerras em nome de Deus e a adoração de Santos e imagens.<sup>94</sup> Por meio destes escritos ele começa a conceber a idéia de que a Igreja parecia estar distante do cristianismo verdadeiro. Posteriormente conheceu a obra de dois estrangeiros que sabiam da questão da heresia e passaram a manifestar as suas críticas ao clero nos quadros expostos em local público.

Um representava a entrada de Cristo em Jerusalém, manso, e assentado sobre uma jumenta (S. Mateus 21:5), e seguido de seus discípulos, descalços e com trajes gastos pelas viagens. O outro estampava uma procissão pontifical: o papa adornado com ricas vestes e tríplice coroa, montando cavalo, magnificamente adornado, precedido de trombeteiros, e seguido pelos cardeais e prelados em deslumbrante pompa.<sup>95</sup>

Por estes sinais, Huss passou a ler as escrituras com mais profundidade passando a ensinar o evangelho aos seus alunos em Praga da forma pela qual ela foi escrita e estes alunos por sua vez levaram esta nova mensagem para a Alemanha.

Porém, chegou ao papa a notícia destas mensagens e Huss foi chamado a responder por suas heresias, contudo antes do seu fim, ainda pregou por um longo tempo, deixando suas mensagens serem levadas por outros. Huss apesar de haver conquistado um salvo-conduto do rei da Boêmia e outro do imperador Sigismundo,

<sup>92</sup> BETHENCOURT, Francisco. História das Inquisições. Obra Citada, Documento eletrônico.

<sup>93</sup> "Nasceu em uma família humilde, mas conseguiu estudar na Universidade de Praga, entrou para o sacerdócio, professor e trabalhou na corte com o rei, foi ordenado sacerdote para a capela de Belém". (WHITE, Ellen G. Ob. Citada, p.96).

<sup>94</sup> A História da reforma religiosa na Inglaterra. Disponível em: <<http://www.dasp.org.br/santacruz/história/htm>> (Última atualização em 20/01/2004).

<sup>95</sup> WHITE, Ellen G. Ob. Citada, p.102-107.

que gostavam de suas pregações, foi submetido a um concílio realizado em Constança que tinha como finalidade encontrar um entendimento entre os bispos a respeito dos dogmas religiosos, sendo muito destes bispos considerados antipapas. João Huss foi chamado para explicar a propagação do evangelho contrário ao estabelecido pela igreja universal. Passando a ser, um dos causadores das divergências entre os clérigos, Huss foi excomungado pelo papa Alexandre V e queimado vivo pelo Concílio de Constança.<sup>96</sup> O seu ato causou mal estar aos monarcas da época, uma vez que a Igreja não respeitou os salvos condutos que Huss possuía, desencadeando mais movimentos contra o poder autoritário da Igreja e influenciando futuramente Martinho Lutero na Reforma protestante.

---

<sup>96</sup> WHITE, Ellen G. Ob. Citada, p. 102-107.

## CAPÍTULO 2

### A MODERNIDADE

#### 2.1 Tempos Modernos

##### 2.1.1 O Renascimento Intelectual e Cultural <sup>97</sup>

Na abordagem histórica das civilizações europeias, neste segundo capítulo discorre-se sobre os tempos modernos abordando-se alguns fatos marcantes como a renascença no campo intelectual e cultural, considerado o marco transitório medieval para o moderno, a Reforma ocorrida dentro da Igreja Católica e finalmente a reforma nas relações econômicas.

A fase medieval conforme estudos de vários historiadores terminou por volta de 1500. <sup>98</sup>

José ARRUDA define as características do Renascimento da seguinte forma:

Os homens que viveram durante o renascimento tiveram consciência de que sua época era bem diferente da Idade Média, consideravam a cultura medieval muito inferior à da Antiguidade e opunham uma à outra, como se não houvesse continuidade entre elas. Julgavam viver um período de luzes depois das “trevas” medievais. Houve, por isso, um retorno à cultura greco-romana, tanto no plano artístico como na maneira de pensar. Isso trouxe a redescoberta do valor e das possibilidades do homem, que passou a ser considerado o centro de tudo. Na Idade Média, o centro era Deus. Foi também acentuado a importância do estudo da natureza (em vez dos ensinamentos dos mestres e da tradição), como na Idade Média. A característica mais marcante do Renascimento foi o seu profundo racionalismo, isto é, a convicção de que tudo pode ser explicado pela razão do homem e pela ciência, a recusa de acreditar em qualquer coisa que não tenha sido provada. Os métodos experimentais, a observação científica, o desenvolvimento da contabilidade, a organização política racional, que começaram no Renascimento, são exemplos desse racionalismo. <sup>99</sup>

Seguindo a linha de raciocínio de Danilo MARCONDES, o Renascimento, de acordo com a história, deflagrou-se na Itália, mais precisamente na Cidade de

---

<sup>97</sup> Edward Mcnall Burns define a Renascimento da seguinte forma: “Discordam os historiadores quanto ao fato de ter havido ou não, entre os tempos medievais e os modernos, um período perfeitamente definido que se pode chamar de “Renascença”. A razão disso está em haver dúvidas quanto a se existiu alguma política ou economia verdadeiramente característica desse período. Os especialistas mais recentes acreditam que não, e argumentam que o termo “Renascença” deve ser reservado aos interessantes fatos novos ocorridos no pensamento, na literatura e nas artes entre mais ou menos 1350 a 1600. (História da Civilização Ocidental, p.343).

<sup>98</sup> BURNS, Edward Macnall. Ob. Citada, p. 338.

<sup>99</sup> ARRUDA, José Jobson de A. História Moderna e Contemporânea, p. 31.

Florença nos Séculos XV e XVI, período marcado por grandes revoluções e principalmente pela forma política de governar a cidade. Foi estabelecido um sistema republicano que demarcou a passagem da Idade Média para a modernidade, no qual o homem percebe não só o mundo na sua concepção física, mas “para dentro de si mesmo”. Ao mesmo tempo a Igreja aclamava a formação de ações em comunidade. Na modernidade o homem individualiza-se para dentro de si, propiciando o nascimento do “humanismo renascentista” que pregava a necessidade de uma melhor condição de vida. Suas idéias eram voltadas não para uma condição de melhoria na comunidade, mas uma visão individual no qual cada ser humano deveria ser valorizado em seus direitos e princípios.<sup>100</sup>

Para Hannah ARENDT, o homem nos períodos pré-histórico, Antigüidade e Idade Média, entendia a natureza como algo concebido, acabado e imutável, por ter sido originada de um ser divino. No final da Idade Média e início da Idade Moderna com a abertura às experiências científicas, o seu conhecimento começa a evoluir e iniciam-se as indagações a respeito desta natureza pré-concebida. Assim surgiram na esfera política os pensadores, produzindo criações de um lugar ideal para se viver.<sup>101</sup>

As criações artísticas ou literárias, de acordo com José ARRUDA, passam a receber proteção principalmente dos nobres, como também dos papas e comerciantes, os quais são chamados de “mecenas” que buscavam uma forma de centralização do poder, pois aquele que patrocinasse estas manifestações alcançava boa reputação perante o povo, e acrescenta:

A produção artística foi favorecida pelo equilíbrio existente entre as forças universais representadas pelo Papado e pelo Império, que se empenhavam numa luta para o controle político da Itália.

Além disso tudo, a Itália tinha sempre diante dos olhos os monumentos, construções e obras de arte da Antiguidade greco-romana.

Foi só bem mais tarde, por ocasião das guerras da Itália com outros países, que o Renascimento atingiu o resto da Europa – Em nenhum desses outros países no entanto foi tão “completo” quanto na Itália – se adquiriu características próprias em cada um deles, só um aspecto de movimento (o intelectual ou artístico) mereceu destaque.

Desde o século XIV, a Itália conheceu obras literárias de características já renascentistas, mais ainda mescladas de elementos medievais (A Divina Comédia, de Dante; Decamerão, de Boccaccio; África, de Petrarca); seu período de maior produção artística foi entre 1450 e 1550. No restante da Europa foi principalmente durante o século XVI que o Renascimento produziu suas melhores obras.<sup>102</sup>

<sup>100</sup> MARCONDES, Danilo. Ob. Citada, p. 110.

<sup>101</sup> ARENDT, Hannah. Ob. Citada, p.311-312.

<sup>102</sup> ARRUDA, José Jobson de A. Ob. Citada, p.30.

Nas artes destacou-se Leonardo da Vinci (1452-1519) com as obras clássicas até hoje admiradas como “A Santa Ceia” e a imortal “Mona Lisa”. Leonardo da Vinci, também merece destaque no campo da ciência, onde defendeu a necessidade das pesquisas por métodos de experimentações.<sup>103</sup>

No Século XVI Nicolau Copérnico (1473-1543), polônio-alemão, coloca em dúvida a teoria geocêntrica de Ptolomeu de que o a terra estava no centro do universo e defende que os planetas giram em torno do Sol e que este estaria no centro do universo. Mas foi Galileu Galilei (1564-1642), por métodos experimentais que passam a ser esquematizados cientificamente por meio de instrumentos como os primeiros telescópios, quem escreveu sobre a real posição terrestre. A Igreja ainda nesta época utilizava-se do tribunal da Santa Inquisição, onde a ordem era não colocar em dúvida nenhum fato que fôra concebido por Deus, como era a questão do Universo, obrigando Galileu a voltar atrás nas suas descobertas, senão seria queimado.<sup>104</sup>

Esse contexto estabelece um consenso que é traduzido por Idel BECKER

A principal contribuição de Galileu ao desenvolvimento da ciência moderna está precisamente na combinação do uso da linguagem matemática na construção das teorias, o que lhes dá maior rigor e precisão, com recurso aos experimentos que permitem comprovar empiricamente as hipóteses científicas.<sup>105</sup>

Ivan LINS salienta que na antiguidade, antes do Tribunal da Inquisição, já haviam ocorrido manifestações contrárias aos pensadores e cita um fato ocorrido com Anaxágoras na Grécia:

Ainda entre os gregos sofreu Anaxágoras temível perseguição só por ensinar, como registra Plutarco, que o Sol poderia ser tão grande quanto o Pelopones, tendo carecido, para salvar-se de todo o imenso prestígio político de Péricles, seu antigo discípulo. Não foi, portanto, a Inquisição, como órgão da Contra-Reforma a primeira a perseguir as verdades econômicas.<sup>106</sup>

Danilo MARCONDES ressalta que no campo do pensamento político, um dos grandes idealizadores foi Nicolau Maquiavel (1468-1527) com a sua obra o “Príncipe” publicada em 1532 na Itália, escrita durante seu exílio e oferecida para Lorenzo de Médici com o objetivo de ensinar-lhe o método político de manter o

<sup>103</sup> BECKER, Idel. Ob. Citada, p.319-320.

<sup>104</sup> MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. Ob. Citada, p.100.

<sup>105</sup> JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo, Dicionário básico de filosofia, p.57.

<sup>106</sup> LINS, Ivan. Ob. Citada, p.50.



poder. Exprime bem o novo rumo que se pretendia seguir nas relações políticas. Sua obra serviu de manual para muitos governantes. Este pensador, em seu livro, ensina métodos nada ortodoxos para que seja mantido o poder sobre os súditos, não interessando os meios que deverão ser empregados, pois o que interessa é o objetivo a ser atingido: “o fim justifica os meios”.<sup>107</sup>

Na Holanda, o destaque é para Erasmo Roterdam (1460-1536) que censurou a sociedade e seus dogmas religiosos na obra “O Elogio da Loucura” (1511), e em 1516 escreveu o “Manual a educação de um príncipe cristão”, oferecido ao imperador Carlos V.

Thomas More (1480 a 1535) escreveu o livro *Utopia* no ano de 1518. Nesta obra expõe como deve ser uma sociedade perfeita para se viver e também faz uma crítica à sociedade e ao clero da Europa deste período.<sup>108</sup> Segundo Celso CASTRO:

Não tendo querido reconhecer a autoridade religiosa do rei, Thomas More foi decapitado por ordem de Henrique VIII, o iniciador da Reforma inglesa e fundador do anglicanismo.<sup>109</sup>

Um dos últimos artistas renascentistas foi Michelangelo (1475-1564), de Florença, com a reprodução de figuras humanas, principalmente as masculinas. Sua principal obra pode ser contemplada em Roma na Capela Sistina.<sup>110</sup>

## 2.1.2 Os Movimentos Religiosos

Conforme descrito na seção anterior, no Ocidente os acontecimentos culturais e artísticos marcaram a expansão e democratização da cultura como a invenção da imprensa por João Gutenberg, em 1454. Esta invenção possibilitou a leitura dos acervos até então confinados somente às classes religiosas propiciando a formação de opiniões próprias a partir das leituras dos manuscritos e do próprio evangelho em relação às condutas realizadas pelos eclesiásticos, colocando em dúvida se de fato estavam seguindo a verdadeira religião cristã como Jesus havia pregado em sua época.

Edward BURNS esclarece que a Renascença foi “acompanhada por um

---

<sup>107</sup> MARCONDES, Danilo. Ob. Citada, p.144.

<sup>108</sup> CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. Ob. Citada, p.76.

<sup>109</sup> BECKER, Idel. Ob. Citada, p.314.

<sup>110</sup> BURNS, Edward McNall, Ob. Citada, p. 333.

outro movimento, a Reforma, que de modo um tanto mais nítido, prenunciou a Idade Moderna”.<sup>111</sup>

Danilo MARCONDES assevera que a crença religiosa permanecia intacta, mas havia necessidade de mudança estrutural na conduta dos homens que faziam parte da igreja e que viviam uma vida de luxo e de poder adquirido nos primeiros séculos. No século XIII a igreja era proprietária de “um terço do solo da Europa”<sup>112</sup>, os defensores da reforma queriam que houvesse o retorno do pensamento cristão de simplicidade e, aqueles que queriam seguir os passos de Jesus deveriam realizar as obras em prol dos necessitados sem esperar nada em troca, teria que ocorrer uma ruptura e uma nova organização dentro da Igreja. Por estas novas concepções, o homem passa a perceber o seu poder e centralidade no mundo que até então era dominado pelas forças divinas.<sup>113</sup>

O movimento de maior repercussão foi o Protestante ocorrido na Alemanha, no Século XVI, por Martinho Lutero<sup>114</sup> (1483-1546). Este movimento foi deflagrado de acordo com Edward BURNS por uma série de eventos que já vinham acontecendo dentro da Igreja Católica, dos quais apresenta três que considera os principais:

Pouco antes da Revolução Protestante, a tributação papal assumira uma grande variedade de formas irritantes. Em primeiro lugar vinha o dízimo, que devia representar um décimo da renda de cada cristão, pago para sustentar a igreja paroquial. Havia, além disso, os inumeráveis emolumentos pagos ao tesouro pontifício por indulgências, dispensas, recursos de decisões judiciais etc. Num sentido muito literal, o dinheiro recolhido da venda de cargos eclesiásticos e as anatas, ou comissões arrecadadas sobre a renda do primeiro ano de cada bispo o padre eram também formas de tributação papal, uma vez que os pagantes tratavam de reembolsar-se por meio de um aumento das coletas populares. No entanto, a principal objeção contra esses impostos não estava em serem tão numerosos e pesados. O verdadeiro motivo das queixas contra os tributos papais era o escoamento de grande parte

<sup>111</sup> BURNS, Edward Macnall. Ob. Citada, p. 375.

<sup>112</sup> DURANT, Will. A História da Filosofia, p.116.

<sup>113</sup> MARCONDES, Danilo. Ob. Citada, p.148.

<sup>114</sup> Pequena biografia de Martinho Lutero por Edward Macnall Burns: “Martinho Lutero nasceu na Turingia, em 1483. Sua família era de camponeses, mas o pai, logo depois do casamento, abandonara o campo para trabalhar nas minas de Mansfeld. Nessa nova atividade havia alcançado uma relativa prosperidade e chegou a integrar o conselho da vila. Apesar disso, o ambiente em que Martinho viveu a primeira infância estava longe do ideal. Por motivos banais, era espancado em casa até sangrar; povoavam-lhe o espírito histórias de demônios e feitiçarias. Algumas dessas superstições não o abandonaram até o fim da vida. Os pais desejavam que ele se tornasse advogado, e com esse fim matricularam-no aos 18 anos na Universidade de Erfurt. Durante os primeiros quatro anos, Lutero estudou com afinco, alcançando renome como estudante acima da média. No entanto, em 1505, ao voltar de uma visita à sua casa, foi surpreendido por violenta tempestade e derrubado por um raio, No terror de ser fulminado por um Deus furioso, fez Santa Ana a promessa de tornar-se monge. Pouco depois ingressou no mosteiro agostiniano de Erfurt.” (História da Civilização Ocidental, p. 383).

da riqueza dos países setentrionais em benefício da Itália. Economicamente, a situação era quase a mesma que seria se as nações do norte da Europa tivessem sido subjugadas por um príncipe estrangeiro que lhes impusesse tributos. Alguns alemães e ingleses se escandalizavam também com o fato de ser a maior parte do dinheiro recolhido despendida não para fins religiosos, mas desperdiçada por papas mundanos na manutenção de uma corte suntuosa. Contudo, a razão do ressentimento era, provavelmente, tanto financeira quanto moral. Uma terceira causa econômica importante da Revolução Protestante foi o conflito entre as ambições da nova classe mercantil e os ideais ascéticos do cristianismo medieval. Filósofos escolásticos medievais haviam sustentado que o negócio como visto a grandes lucros é essencialmente imoral. Ninguém tem direito a mais do que uma retribuição razoável pelos serviços prestados à comunidade.<sup>115</sup>

O que levou Martinho Lutero rebelar-se, foi o fato do Papa Leão X, ter enviado o frade dominicano Tetzel para “vender indulgências”<sup>116</sup>, na Alemanha. Lutero ficou indignado com a venda de “bilhetes para o céu” para as pessoas simples e incultas que acreditavam na igreja Católica de forma incondicional.

Em 31 de outubro de 1517, Lutero pregou na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg suas 95 teses que foram condenadas pelo Papa, decretando-se a excomunhão de Lutero, em 1520. A Alemanha nesta época “ainda se achava, tecnicamente sob o governo Sacro Império Romano do Imperador Carlos V”<sup>117</sup>, que se encontrava no poder de forma duvidosa. Carlos V foi favorável ao decreto papal, porém necessitava da aprovação da Dieta Imperial.

Lutero foi convocado a comparecer em 1521 na reunião da Dieta, em Worms. Porém como esta reunião era composta por vários monarcas que também estavam descontentes com os ditames da Igreja, resolveram não tomar nenhum posicionamento contra Lutero. Carlos V inconformado com a posição dos monarcas escreveu um edito dizendo que Lutero era um “violador da Lei”. Lutero esperando pelo pior protegeu-se no castelo do seu amigo Frederico da Saxônia, simpático a sua causa, onde permaneceu até o final da perseguição.<sup>118</sup>

Durante este retiro Lutero procurou ajustar a religião católica ao surgimento do novo cenário econômico, e “colocar de novo cada alma individual numa relação direta com Deus”<sup>119</sup>, surgindo a reforma religiosa na Alemanha. As seguintes mudanças foram oficialmente exibidas em 1530: traduziu-se a Bíblia para o Alemão deixando os cultos de serem proferidos em Latim; o poder do papa seria somente

<sup>115</sup> BURNS, Edward Macnall. Ob. Citada. p.381-382.

<sup>116</sup> Fernando Viana interpreta indulgência como: “Venda do perdão dos pecados”. ( Ob. Citada, p.591).

<sup>117</sup> BURNS, Edward Macnall. Idem. Ibidem, p. 384.

<sup>118</sup> BURNS, Edward Macnall. Idem, Ibidem, p. 385

<sup>119</sup> RADBRCH, Gustav. Ob. Citada, p.202.

adstrito a Roma, concedeu-se aos padres o direito ao casamento, foram extintos os sacramentos, ficando somente o Batismo e o da Eucaristia, e a igreja deixava de comandar o Estado.<sup>120</sup>

Edward BURNS destaca que o sucesso do movimento protestante, veio acompanhado de revolta social:

A derrubada do catolicismo na Alemanha foi também ajudada pela irrupção de uma revolta social. Em 1522-1523 ocorreu uma feroz rebelião de cavaleiros. Esses pequenos nobres estavam sendo empobrecidos pela concorrência das grandes propriedades e pela transição para uma economia capitalista. Consideravam como causa principal de sua miséria a concentração de riqueza territorial nas mãos dos príncipes mais poderosos e da Igreja. Tomados de sentimentos nacionalistas sonhavam com uma Alemanha unida e livre do domínio dos poderosos latifundiários e dos padres cúpidos. Os líderes desse movimento foram Ulrich Von Hutten, que de humanista se transformara em ferrenho adepto de Lutero, e Franz Von Sickingen, célebre barão salteador e soldado da fortuna. A esses homens o evangelho de Lutero parecia oferecer um excelente programa para uma guerra em prol da liberdade da Alemanha.<sup>121</sup>

O movimento protestante não alcançou grande notoriedade fora da Alemanha, tendo sido seguida como “religião oficial na Dinamarca, Noruega e Suécia”. Dentro da Alemanha boa parte da população mais localizada ao sul permaneceram devotos da Igreja Católica.<sup>122</sup>

Edward BURNS, conta que na Suíça o movimento foi liderado por Ulrich Zwinglio em Zurique (1484-1531) e estendeu-se até a cidade de Genebra próxima da fronteira da França e acrescenta:

Dos cantões do norte, a revolta protestante na Suíça estendeu-se a Genebra. Essa cidade, localizada à beira do lago homônimo, perto da fronteira francesa, gozava a duvidosa vantagem de possuir um duplo governo. A população devia lealdade a dois suseranos, o bispo local e o conde de Savóia. Quando esses nobres governantes conspiraram para tornar mais absoluto o seu poder, os cidadãos rebelaram-se contra eles. Resultou disso a expulsão de ambos da cidade, por volta de 1530, e a fundação de uma república livre. Mas o movimento dificilmente teria logrado êxito sem alguma ajuda dos cantões do norte. Não tardou muito, pois, para que pregadores protestantes de Zurique e Berna comesçassem a chegar a Genebra.<sup>123</sup>

Em 1534, João Calvino chegou na cidade de Genebra, logo após a tomada do poder. Calvino passou a doutrinar a todos dentro dos princípios do protestantismo, porém realizou algumas alterações segundo as suas concepções fundamentadas nas idéias de Santo Agostinho e que podem ser encontradas na

<sup>120</sup> VIANA, Fernando. Ob. Citada, p.591.

<sup>121</sup> BURNS, Edward Macnall. Ob. Citada, p. 388.

<sup>122</sup> BURNS, Edward Macnall. Idem.Ibidem.

<sup>123</sup> BURNS, Edward Macnall. Idem. p.389.

*Instituição da Religião Cristã*, publicada em 1536.<sup>124</sup>

Assim pela sua eloquência e determinação em 1541, “tanto o governo como a religião tinham caído completamente sob o seu domínio”. Até a sua morte em 1564, como ensina Edward BURNS, “Calvino governou a cidade com mão-de-ferro. São poucos na história os exemplos de homens de índole mais sombria e mais teimosamente convencidos da verdade de suas idéias”.<sup>125</sup>

Friedrich ENGELS entende que o Calvinismo “triunfou”, enquanto que Lutero “falhou”, e explica:

O dogma calvinista servia aos mais intrépidos burgueses da época. Seu conceito da graça era a expressão religiosa do fato de que no mundo comercial, no mundo da competência, o êxito ou a falência não depende da atividade ou da aptidão do indivíduo, e sim de circunstâncias independentes dele. “Ele não se estriba na vontade ou na fuga de ninguém, senão na misericórdia” das forças econômicas superiores, porém desconhecidas. E isso era mais do que nunca verdade em época das revoluções econômicas, em que todos os velhos centros e caminhos comerciais eram substituídos por outros novos, em que se abriam ao mundo a América e a Índia, e em que estremeciam e vacilavam até os artigos econômicos de fé mais antigos e veneráveis – os valores do ouro e da prata. Ainda mais, a constituição da igreja calvinista era absolutamente democrática e republicana; como era possível aos reinos deste mundo continuarem sendo súditos dos reis, dos bispos e dos senhores feudais, quando até o reino de Deus se republicanizara? Se o luteranismo alemão se transformou em instrumento submisso nas mãos dos pequenos príncipes alemães, o calvinismo fundou uma república na Holanda, fortes partidos na Inglaterra e sobretudo na Escócia.<sup>126</sup>

Devido ao fato do movimento protestante ter conquistado alguns países, a Igreja Católica, a fim de impedir seus avanços, se viu obrigada a rever as condutas dando início a uma “Contra-reforma”<sup>127</sup>. O Papa Paulo III, em 1545, instaurou o Concílio de Trento na Itália, o qual passou a se reunir nesta mesma cidade durante o período de 1545 e 1653. O Concílio repudiava o movimento protestante bem

<sup>124</sup> BURNS, Edward Macnall. Ob. Citada, p.390.

<sup>125</sup> BURNS, Edward Macnall. Idem, p. 390.

<sup>126</sup> ENGELS, Friedrich. Do Socialismo utópico ao Socialismo científico, p. 28.

<sup>127</sup> Edward Macnall Burns explica a Contra-Reforma: Historiadores modernos, mostraram que os primórdios do movimento reformista católico foram em tudo independentes da revolta protestante. Na Espanha, nos últimos anos do Século XV, uma revivescência religiosa iniciada pelo cardeal Ximenes, com a aprovação da monarquia, agitou profundamente o país. Fundaram-se escolas, eliminaram-se os abusos dos mosteiros e os padres foram instigados a aceitar suas responsabilidades pastorais. Conquanto o movimento tivesse sido lançado basicamente para fortalecer a Igreja na luta contra os heréticos, judeus e muçulmanos, teve o efeito de regenerar em grau considerável a vida espiritual da nação. Também na Itália, desde o início do século XVI, um grupo de clérigos fervorosos vinha trabalhando no sentido de tornar os sacerdotes de sua Igreja mais dignos de sua missão. A tarefa era difícil, dado o arraigamento dos abusos e o exemplo de depravação mostrada pela corte papal. Apesar desses obstáculos, o movimento levou à fundação de diversas ordens religiosas dedicadas a elevados ideais de piedade e serviço social. (História da Civilização Ocidental, p. 394-395).

como voltava a afirmar que a doutrina Católica era a verdadeira detentora da fé e dos princípios Cristãos, e reafirmava o poder do Tribunal da Inquisição, além de estabelecer o surgimento de seminários para a formação dos futuros sacerdotes à luz da religião Católica. A primeira a ser ordenada foi a fundada por Inácio de Loyola, que criou a Companhia de Jesus (Ordem dos Jesuítas). Como Loyola era um ex-militar, a Companhia de Jesus era fundamentada nas bases militares da rígida obediência. Foram construídas inúmeras escolas dedicadas ao ensino secundário dando início a uma grande propagação da doutrina Católica, inclusive para vários países.<sup>128</sup>

Na Inglaterra, o primeiro sinal contra a religião Católica ocorreu no Século XV, por John Wycliffe, influenciando a reforma da igreja Inglesa. A Inglaterra também tinha a pretensão de sair do poder do clero e restabelecer o poder do Estado pelos seus monarcas, e a primeira manifestação deste restabelecimento foi o pedido de anulação do casamento de Henrique VIII para o papa Clement VII em 1527. Como Roma nessa época sofreu invasão espanhola, o papa foi adiando a resposta ao monarca da Inglaterra. Henrique VIII propôs que o Congresso por meios legislativos resolvesse a questão, mas somente em 1532 o congresso iniciou uma reforma retirando das Assembléias que eram realizadas pelos bispos, padres e párocos o “poder legislativo” da Igreja, declarando o rei como chefe da Igreja inglesa. “Thomas Canmer tornou-se o Arcebispo de Cantuária e anulou o casamento entre Henrique VIII e Catarina e validou o casamento entre Henrique e Ana”.<sup>129</sup> Nascia assim a Igreja Anglicana da Inglaterra livre do julgo da Igreja Católica Romana.

## 2.2 O LIBERALISMO

### 2.2.1 O Estado Liberal

Pelos estudos realizados a respeito do Movimento Protestante, verificam-se as transformações da sociedade medieval para a sociedade moderna, Edward BURNS, conclui que:

---

<sup>128</sup> COTRIM, Gilberto; PARISI, Mario. Ob. Citada, p.88.

<sup>129</sup> A história da Reforma religiosa na Inglaterra. Ob. Citada. Documento Eletrônico.

A Revolução Protestante contribuiu consideravelmente para o incremento da onipotência real. Ela rompeu a unidade da Igreja cristã, aboliu a supremacia papal sobre os governantes seculares, fomentou o nacionalismo, reviveu a doutrina do apóstolo Paulo de que “as autoridades constituídas são determinadas por Deus” e estimulou os governantes setentrional (sic) a estender sua autoridade sobre assuntos religiosos, tanto quanto sobre os civis.<sup>130</sup>

O protestantismo teve relevante papel na conquista da supremacia do absolutismo monárquico, conquistando o poder de determinar o que era melhor no campo político sem necessitar da anuência religiosa.

O absolutismo<sup>131</sup> na Europa compreendeu o período de 1500 a 1789 e conduziu para o “moderno sistema de estados”, como definiu Edward BURNS, composto dos seguintes elementos:

(1) igualdade legal e independência de todos os estados; (2) o direito de cada estado a seguir uma política externa própria de formar alianças e contra-alianças, e fazer guerra visando à sua própria vantagem; (3) a utilização da diplomacia como sucedâneo para a guerra, com frequência envolvendo intriga e espionagem na medida necessária para a vantagem política; (4) o equilíbrio do poder como expediente para evitar a guerra ou para garantir o apoio de aliados se a guerra se tornar necessária

Assim como o absolutismo ganhou força, também conheceu a derrocada, Ludwig MISES enfatiza que o ponto principal para o início do enfraquecimento do absolutismo era a busca da liberdade pelo povo, pois antes mesmo do exato significado da palavra, os religiosos, idealistas, filósofos e estadistas viam como justo, benéfico e correto, manter pessoas sob o jugo da servidão. Em razão da natureza ou de divindade a situação do servo perante o mundo já estava estabelecida antes mesmo do seu nascimento, alguns deviam nascer livres e outros para servir estes homens livres.<sup>132</sup>

Norberto BOBBIO concluí que o Estado liberal na história aparece devido a um contínuo e progressivo desgaste do poder absoluto do rei e em alguns períodos,

<sup>130</sup> BURNS, Edward Macnall. Ob. Citada, p. 426,

<sup>131</sup> “A Era do Absolutismo” por Edward Macnall Burns: “No transcurso dos séculos XIV e XV o poder das monarquias nacionais medievais havia sido gradualmente posto à prova pelas sublevações do fim da Idade Média. No entanto, o poder monárquico acabou por demonstrar sua força. No último quartel do século XV, monarcas fortes nos principais estados da Europa ocidental – Inglaterra, França e Espanha – superaram as ameaças de fragmentação e começaram a tornar o poder real mais forte do que nunca. Posteriormente a Europa experimentou o completo florescimento do “absolutismo”, ou monarquia sem peias. A era absolutista durou na Inglaterra até meados do século XVII, na França até 1789 e em outros países europeus até o século XIX. (A História da Civilização Ocidental, v 2, p. 425.)

<sup>132</sup> MISES, Ludwig Von. Liberalismo segundo a tradição clássica, p.23.

por rompimentos gerados por revoluções. Esse Estado Liberal também emerge de um acordo de pessoas livres que romperam com algum tipo de sistema como ocorrido na Inglaterra, e que passam a convencionar uma nova forma de relações, onde se estabelecem limites com respeito aos poderes e quanto às suas funções.<sup>133</sup>

De acordo com Marco MONDAINI o termo “liberalismo” surge com a Revolução Inglesa, intitulada de Revolução Gloriosa ocorrida no Século XVII, em 1688, contra Jaime II, possibilitando a uma classe social que não pertencia aos nobres ser detentora do poder estatal, findando com o sistema feudal e iniciando a monarquia constitucional. Nela o povo foi o grande vencedor, pois a partir deste momento conquistou seu lugar no poder, pelos seus representantes, tornando possível o modo de produção capitalista, bem como influenciando outras grandes revoluções no final do Século XVIII, nos Estados Unidos, em 1774, e na França, em 1789, tornando-se estes países os pilares do sistema liberal.<sup>134</sup>

Idel BECKER indica que antes da Revolução Gloriosa, a Inglaterra já vinha manifestando sinais para a garantia da liberdade individual. Em 1679 o parlamento inglês votou a Lei do “Habeas Corpus” ( “que tenhas o corpo”) e acrescenta:

Ninguém poderia ser privado da sua liberdade arbitrariamente, por capricho do rei ou de qualquer outro funcionário. Os juizes podiam exigir o comparecimento, perante o tribunal, de qualquer detido, a fim de julgar se a prisão era ou não justa. O recurso do *Habeas Corpus* podia ser requerido por qualquer pessoa interessada no preso”.<sup>135</sup>

José MERQUIOR também preleciona que a Inglaterra serviu de exemplo para os outros países da Europa em razão da nova forma de governo que foi estabelecida após a Revolução, com a Declaração dos Direitos de 1689 cujo objetivo era normatizar o poder do soberano frente aos direitos do povo, e a Lei de Tolerância, deste mesmo ano, que permitia liberdade religiosa aos protestantes. Era visível o desenvolvimento alcançado, a população era mais saudável e feliz, culminando no pensamento segundo o qual:

...a constituição liberal revela dois princípios mais importantes: o princípio distributivo significa que a esfera de liberdade individual é em princípio ilimitada, enquanto a capacidade que assiste o governo de intervir nessa esfera é um princípio limitado. Em outras palavras, tudo o que não for proibido por lei é permitido; dessa forma o ônus da justificação cabe à intervenção estatal e não à ação individual.<sup>136</sup>

<sup>133</sup> BOBBIO, Norberto. Ob.Citada, p.8.

<sup>134</sup> MONDAINI, Marco. Ob. Citada, p.122.

<sup>135</sup> BECKER, Idel.Ob. Citada, p.390.

<sup>136</sup> MERQUIOR, José Guilherme. O Liberalismo Antigo e Moderno, p.17.



A França, no século XVIII, também foi palco para o desencadeamento da conquista da liberdade e da criação de um Estado Liberal, contrapondo-se ao Estado absolutista. Nela tiveram fundamental influência as obras políticas dos iluministas Montesquieu, Voltaire e Rousseau.

Danilo MARCONDES destaca que Jean-Jacques Rousseau (1712-78) contribuiu para a Revolução Francesa de 1789 com o seu pensamento e sua obra “O Contrato Social”. A obra inicia com a concepção natural do homem: “O homem nasce bom, a sociedade o corrompe” e o “homem nasce livre e por toda parte se encontra acorrentado”. Tal pensamento faz surgir a base da Revolução Francesa que era a “igualdade”, “liberdade” e “fraternidade”, a busca de uma sociedade ideal para todos os homens. A busca de Rousseau era principalmente assegurar a liberdade natural, inerente ao homem e a liberdade dentro do Estado. Fundamentou-se na garantia de “segurança e o bem-estar que a vida em sociedade pode lhe dar”. O pensamento aparece na sua obra “O Contrato Social” (Livro II, cap.7), o qual transcreve-se abaixo: <sup>137</sup>

Aquele que ousa empreender a instituição de um povo deve se sentir com capacidade para, por assim dizer, mudar a natureza humana, transformar cada indivíduo, que por si mesmo é um todo completo e solitário, em parte de um todo maior, do qual, de certo modo, este indivíduo recebe sua vida e seu ser; alterar a constituição do homem para fortificá-la; substituir a existência física e independente, que todos nós recebemos da natureza, por uma existência participativa e moral. Em uma palavra, é preciso que se destitua o homem de suas próprias forças para lhe dar outras, não próprias, das quais não possa fazer uso sem socorro alheio.

Com o passar dos anos os ideais do liberalismo foram progressivamente interagindo com os métodos democráticos, desenvolvendo a doutrina e o pensamento, possibilitando a defesa dos direitos de liberdade. <sup>138</sup>

### 2.2.2 As Novas Classes Sociais dos Tempos Modernos

Nesta seção discorre-se sobre as transformações nas classes sociais medievais.

Devido ao desenvolvimento econômico das cidades, identifica-se uma nova

---

<sup>137</sup> MARCONDES, Danilo. Ob. Citada, p.200.

<sup>138</sup> BOBBIO, Norberto. Ob. Citada, p.42.

classe social, os burgueses<sup>139</sup>, que formavam as cidades burgos.<sup>140</sup>

Os servos e camponeses viam na cidade a esperança de liberdade do jugo do sistema feudal. As cidades passaram a produzir diversos tipos de produtos, passando de uma cultura de subsistência para a produção em escala, com o fim de satisfazer as populações que começavam a morar nas cidades. Nasce a mão-de-obra especializada, os chamados mestres e seus aprendizes, criando-se as organizações corporativas (corporações de Ofício) a fim de se organizarem na administração do empreendimento comercial e para cada tipo de atividade especializada que surgia, como a dos padeiros, sapateiros, tecelões, alfaiates etc.<sup>141</sup>

Marco MONDAINI explica que as divisões se cristalizavam tanto nas classes dos nobres originados pelo feudalismo, bem como na classe burguesa, que era a representante do restante da sociedade. Dentro da burguesia, por sua vez nascia uma divisão de classes: aqueles que enriqueciam e aqueles que trabalhavam, levando as classes a perceberem as desigualdades. Até então o homem da Europa Ocidental entendia que cada um estava no lugar que deveria estar, ou seja, em classes estamentais, porém com o advento das novas relações econômicas abria-se a possibilidade do acúmulo de bens materiais e a possibilidade da mobilidade social, mas os nobres não permitiam pessoas de outras classes em seus lugares.<sup>142</sup>

Com o passar do tempo, o enfraquecimento do sistema feudal contribuiu para o fortalecimento da burguesia, levando os “servos” do feudalismo, que ansiavam por uma vida de liberdade a se mudarem para as cidades, acreditando encontrar a liberdade neste novo sistema de trabalho que surgia. Na Europa Ocidental estas cidades ganharam denominações. Na França – Comunas ou municipalidades; na Itália – repúblicas; na Alemanha – Cidades livres (ou cidades livres imperiais); Espanha – conselhos.<sup>143</sup>

Inicia-se a formação e criam-se regimentos políticos para a normatização das cidades, assim como a formação econômica, com a criação das corporações.<sup>144</sup>

A classe burguesa trazia uma visão diferente em relação aos valores

<sup>139</sup> “A palavra burguesia advém daqueles que habitavam as cidades ou burgos e dirigiam o comércio”. (COTRIM, Gilberto; PARISI, Mario. Ob. Citada, p.155).

<sup>140</sup> CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social, p.63.

<sup>141</sup> COTRIM, Gilberto; PARISI, Mario. Idem.

<sup>142</sup> MONDAINI, Marco. História da Cidadania. O respeito aos Direitos dos indivíduos, p.118.

<sup>143</sup> BECKER, Idel. Ob. Citada, p.274.

<sup>144</sup> MARQUES, Guedes. O Plano Beveridge, p.22.

firmados pelo feudalismo. Para estes, os atos individuais dos homens como “conquistador, tirano, reformador ou D. Juan”, eram os mais importantes; para os burgueses o importante era o bem estar e o dinheiro.<sup>145</sup>

Emmanuel MUNIER evidencia estes valores dizendo que: “O conforto é para o mundo Burguês o que o heroísmo era para o renascimento e a santidade para a cristandade medieval, o valor último, móbil da ação”.<sup>146</sup>

Max WEBER realiza comparação entre os Católicos e os protestantes e esclarece que com a formação das “Corporações de Ofícios”<sup>147</sup> os católicos inclinavam-se mais para as atividades artesanais, ou seja, as classes dos mestres artesãos e aprendizes, enquanto os protestantes ficavam com os cargos superiores, eram os grandes cabeças do poder econômico. Esta divisão deveu-se ao fato da forma de pensar dos católicos que foram educados a dar mais valor ao mundo divino, espiritual, contrapondo-se aos bens materiais mundanos, e acrescenta:

O Católico é mais tranquilo, tem menos impulso aquisitivo; prefere uma vida, a mais segura possível, mesmo que isto implique em uma renda menor, à uma vida arriscada e cheia de excitação mesmo que essa torne passível a obtenção de honrarias e riquezas. Isso é comprovado de maneira irônica pelo provérbio “coma ou durma bem” no presente caso, o protestante prefere saciar-se e o católico dormir sem ser perturbado.<sup>148</sup>

Hannah ARENDT por este comparativo traz a seguinte reflexão: que a satisfação de viver não estava somente ligada aos prazeres mundanos, que era possível o homem estar no mundo e ligado ao seu “eu-interno”, imaginando e sentindo um mundo melhor, sem o acúmulo de bens materiais, resultando no bem estar.<sup>149</sup>

Partindo-se desta premissa de assistencialismo revigorante para o bem estar, Robert CASTEL recorda que a igreja cristã do Ocidente, na Idade Média, nos Séculos XII e XIII, deixava patente a importância da realização de obras assistenciais como forma de prover o homem de suas necessidades, sem nenhuma

<sup>145</sup> MOUNIER, Emmanuel. Manifesto ao serviço do personalismo, p.28.

<sup>146</sup> MOUNIER, Emmanuel. Idem.

<sup>147</sup> Idel Becker explica a formação das corporações: “Estas corporações foram as instituições econômicas fundamentais da época. Elas abrangiam todos os profissionais: os artífices (pedreiros, marceneiros, ferreiros, tecelões, ourives, alfaiates, sapateiros), os profissionais de ofícios não-manuais, ou melhor, não dedicados à manufatura (barbeiros, médicos, farmacêuticos, tabeliões) e os comerciantes. As corporações de artesãos eram mais numerosas, pois cada ofício tinha a sua associação. As de comerciantes costumavam agrupar-se numa única instituição. Por isso, as corporações dos mercadores constituíam associações muito ricas e poderosas” (Ob. Citada. p.278).

<sup>148</sup> WEBER, Max. A Ética protestante e o Espírito Capitalista. p.30-32.

<sup>149</sup> ARENDT, Hannah. Ob. Citada, p.66.

contrapartida de trabalho, porém prestava ajuda por meio de um sistema de classificação: para os que eram portadores de algum tipo de deficiência e para aqueles que apesar de estarem em plena condição física não conseguiam realizar uma atividade.<sup>150</sup>

A pobreza tinha duas divisões, continua Robert CASTEL: uma que era praticada pelos homens religiosos, como o caso de São Francisco de Assis, que era rico e despojou-se de toda a ostentação para trilhar o caminho da simplicidade e de ajuda, e era este tipo de conduta que o cristianismo primitivo pregava, seguindo-se o modelo de Jesus; e o outro, que era a dos que nasciam pobres para os quais a Igreja Católica, por meio das doações, criou inúmeras casas assistenciais, hospitais e creches, para que pudessem dar amparo e assistência para este grupo que não tinha como prover o seu próprio sustento.<sup>151</sup>

No período renascentista, por volta do século XIV, os burgueses permanecem imbuídos do espírito da existência do “inferno”, que tanto foi pregado pela igreja católica. Acreditavam na necessidade da salvação pós-vida e para isto era necessária a realização de atos de caridade e de ajuda, realizando doações para a igreja, para que ela pudesse continuar cumprindo com a sua missão de acolhimento aos necessitados.<sup>152</sup>

Porém esta mentalidade solidária passa a ser abalada pelas reflexões realizadas e com o advento das corporações. Os menos afortunados são rotulados como um grupo que incomoda e que pode trazer conseqüências a esta nova ordem social. Necessitando de normativas de amparo, mostrando que a conduta benevolente pela qual a igreja cristã tratou estes grupos não trouxe soluções, pelo contrário, somente aumentou os necessitados.<sup>153</sup>

Estes necessitados, para a nova ordem econômica, é a população com a qual não se pode contar para a realização dos novos métodos de produção, portanto um grupo desnecessário.

Antes mesmo do período moderno já se percebe estes movimentos de diferenciações e de classificações como pode ser observado na metade do Século XIV, na Inglaterra, onde em 1349 surgiu o primeiro Tratado dos Trabalhadores. Escrito pelo rei Eduardo III, estabelecia algumas regras como: punições para

---

<sup>150</sup> CASTEL, Robert. Ob. Citada, p.95.

<sup>151</sup> CASTEL, Robert. Idem. p.63.

<sup>152</sup> CASTEL, Robert. Idem Ibidem, p.60-61.

<sup>153</sup> CASTEL, Robert. Idem.Ibidem.

aqueles que apesar de poderem trabalhar se recusavam, preferindo viver na miséria; fixava como limite de idade útil os 60 (sessenta) anos. Todo aquele que não tivesse nenhuma forma de prover a sua sobrevivência, se fosse convocado para trabalhar deveria realizar os trabalhos de acordo com sua situação física, não podendo recusá-lo, bem como receberia em troca dos trabalhos alimentos e salários, conforme estabelecido no tratado.<sup>154</sup>

Assim, Robert CASTEL conclui que os novos tempos reformulavam os antigos valores assistenciais em relação aos pobres impondo:

- imperativo categórico de trabalho para todos os que não têm outro recurso para viver senão a força de seus braços;
- a obrigação de que o serviço se adapte o mais estreitamente possível às formas de divisão das tarefas fixadas pela tradição e pelo costume. Quem já trabalha, que permaneça em seu emprego (salvo se convier ao seu empregador dispensá-lo) e quem está em busca de emprego, que aceite a primeira injunção que lhe for feita nos limites territoriais, marcando o sistema de dependências de uma sociedade ainda dominada pelas estruturas feudais;
- bloqueio de retribuição pelo trabalho, que não pode ser objeto de negociações ou de ajustes, nem mesmo de flutuações espontâneas, mas que se acha impreterivelmente fixada de uma vez por todas;
- a interdição de elidir esse imperativo do trabalho, recorrendo-se a ajudas de tipo assistencial (interdição aos carentes de mendigar e, correlativamente, aos possuidores, de alimentar, por esmola, a assistência a indivíduos aptos para o trabalho).<sup>155</sup>

Estas relações de trabalho que começavam a surgir traziam uma nova divisão de classes. No ápice encontrava-se ainda o poder soberano dos nobres. Mas, as classes burguesas surgidas nos séculos XVII e XVIII economicamente eram mais ricas e queriam estar na mesma posição de poder dos nobres, que representavam o poder político do Estado.

Hannah ARENDT argumenta que a igreja ficou adstrita às questões religiosas e a volta primitiva ao pensamento cristão “dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, firmando a “separação entre Igreja e Estado, entre

<sup>154</sup> CASTEL, Robert. Ob. Citada, p.97-98.

<sup>155</sup> CASTEL, Robert. Idem, p.99.

religião e política.”<sup>156</sup>

Carlos ZERON destaca que nas classes inferiores ficavam aqueles que pertenciam à classe dos trabalhadores que não faziam parte das grandes corporações e levavam as classes comerciantes a enriquecer. Os que incomodavam eram às massas de pobres e necessitavam da ajuda de todos os outros. Estes que nada tinham a perder, aderiam tanto aos interesses burgueses como da classe dos nobres, bem como podiam deflagrar movimentos revolucionários.<sup>157</sup>

Emmanuel MOUNIER observa que esta nova classe formada pelos burgueses passa a desprover o homem das suas ligações espirituais, trocando-as pelas necessidades mundanas, trazendo como conseqüência o fim das relações comunitárias instituídas pelo cristianismo por suas premissas de “igualdade” e “fraternidade”, jogando-o de encontro ao individualismo.<sup>158</sup>

### 2.2.3 O Liberalismo Econômico

Passa-se a analisar o surgimento dos ideais liberais e o fortalecimento do espírito individualista das relações econômicas.

Robert CASTEL interpreta a “ideologia liberal” da seguinte forma:

A liberdade de trabalho deve libertar também a iniciativa privada, o gosto pelo risco e pelo esforço, o sentido da competição. O desejo de melhorar sua condição é um motor da qual o empenho não pode privar. Está-se nas antípodas da concepção tradicional pela qual a norma social é inscrever-se em uma ordem fixa e de satisfazer-se com isso. A ruptura com a sociedade estamental, de status, de condições, regidas pelas tutelas, é total. Mas na transição entre os dois mundos, é uma nova definição do trabalho que se impõe e vai permitir o advento do novo regime oposto ao “Antigo Regime”.<sup>159</sup>

Marques GUEDES leciona que a Europa do Século XV até XVIII, estabeleceu o regime mercantilista cujo objetivo era o lucro excessivo, ou seja, o domínio do capital comercial. No Século XVIII conquistou-se uma nova ordem social dentro do Estado absoluto, passando-se para um Estado Constituinte. Tais

---

<sup>156</sup> ARENDT, Hannah. Ob. Citada, p.265.

<sup>157</sup> ZERON, Carlos. História da Cidadania. A cidadania em Florença e Salamanca, p.111.

<sup>158</sup> MOUNIER, Emmanuel. Ob. Citada, p.34.

<sup>159</sup> CASTEL, Robert. Ob. Citada, p. 234.

fatores trouxeram suas contribuições para a “liberdade econômica”.<sup>160</sup>

Não se tem a pretensão nesse trabalho de adentrar no campo da Economia devido à sua complexidade. Mas pretende-se analisar algumas correntes que influenciaram na transformação das relações de trabalho aclamadas pelos comerciantes desejosos de liberdade no campo da produção, requerendo uma reorganização, uma vez que neste período se percebe que a grande riqueza é fruto do trabalho de transformação. Robert CASTEL demonstra a descoberta do trabalho dizendo que: “Há muito tempo se procura a pedra filosofal; foi encontrada, é o trabalho.”<sup>161</sup>

Para Leonardo AVRITZER o indivíduo do século XVIII é produto do desenvolvimento de uma economia de mercado, e não o inverso, ou seja, não é possível a reconstrução de uma sociedade a partir do indivíduo isoladamente.<sup>162</sup>

Os primeiros fisiocratas segundo Idel BECKER nasceram na França e eram contra o regime mercantilista, criando a Escola liberal, que tinha como fundamento a “liberdade de produção” e o da “competição comercial”. (“laissez faire, laissez passer”). Dentre os seus precursores está Quesnay (1694-1778) cujo lema era: “não governar nem regulamentar demais”. Para este fisiocrata somente a terra era a “verdadeira riqueza” porque era a geradora dos bens agrícolas e minerais; e Gournay (1712-1759) que seguia o pensamento de Quesnay, sustentando que a Indústria era outra geradora de riquezas, lançando estudos da necessidade de liberdade para a Indústria.<sup>163</sup>

Ainda de acordo com J. NUNES o fisiocrata<sup>164</sup> Quesnay entende que um processo sistematizado de “produção/distribuição dos bens e dos rendimentos estabelece um quadro do sistema econômico tomado como um todo, criando uma

<sup>160</sup> GUEDES, Marques. Plano Beveridge, p.27.

<sup>161</sup> CASTEL, Robert. Ob. Citada, p.226.

<sup>162</sup> AVRITZER, Leonardo. A Moralidade da Democracia, p.87.

<sup>163</sup> BECKER, Idel. Ob. Citada, p.403.

<sup>164</sup> Fisiocracia significa etimologicamente “governo da natureza” ou “lei da natureza”. A característica de vinculação à natureza levava a tomar a agricultura como base econômica, em oposição as chamadas mercantilistas que colocavam ênfase na indústria e no comércio exterior.” (COBRA, Rubem Queiroz – Filosofia Moderna: Resumos Biográficos. Site [www.cobra.pages.nom.br](http://www.cobra.pages.nom.br), INTERNET, Brasília, 1997 ([www.geocities.com/cobra\\_pages](http://www.geocities.com/cobra_pages)) é “Mirror Site” de [www.cobra.pages.nom.br](http://www.cobra.pages.nom.br)).

teia de relações de troca entre as classes sociais (que surgem no Tableau<sup>165</sup> como os verdadeiros sujeitos das relações econômicas)”.<sup>166</sup>

Estes ideais foram difundidos por toda a Europa, tendo vários seguidores, Idel BECKER destaca o escocês Adam Smith (1723-1790), que teve acesso às obras dos fisiocratas franceses quando esteve naquele País entre 1764 e 1766, escrevendo a sua obra “Riqueza das Nações”. Evoluiu o pensamento dos fisiocratas e impulsionou as modernas investigações no campo da Economia Política que se deparava com os resquícios do pensamento feudal, os privilégios comerciais e os entraves no “mercado de trabalho e da produção”. Para Adam SMITH:

..a única e verdadeira fonte de riqueza é o trabalho, que deve ser efetuado com absoluta liberdade; os metais preciosos acumulados são um índice, não representam a riqueza em si; a divisão do trabalho é fator essencial do progresso humano; o valor baseia-se na lei da oferta e da procura; são igualmente importantes a agricultura, a pecuária, a indústria e o comércio; a indústria e o comércio, assim como a competição comercial, devem ser inteiramente livres.<sup>167</sup>

Na interpretação de Ludwig MISES as comunidades são impulsionadas pela cooperação entre todos, no trabalho vai manter-se individualizada devido aos tipos de atividades a serem executadas, que é a base do pensamento da “divisão do trabalho” de Adam Smith, porque justamente esta divisão é que propicia a “maior

---

<sup>165</sup> Rubem Queiroz Cobra explica o sistema de Quesnay: “O sistema de Quesnay foi exposto no seu *Tableau économique* (“Quadro Econômico”), de 1758, que mostrava esquematicamente as relações entre as diferentes classes econômicas e setores da sociedade e o “fluxo de pagamentos” entre elas. Com o *Tableau*, Quesnay criou o conceito de equilíbrio econômico, uma concepção tomada como ponto de partida nas análises econômicas desde então. É dele também o conceito de “capital fixo” e “capital circulante” e a noção de que o capital deve constituir uma reserva de riqueza a ser acumulada antes da produção; considerava que a poupança era potencialmente prejudicial porque, não aplicadas, podia perturbar o equilíbrio do fluxo de pagamentos. A metodologia e os princípios políticos do sistema fisiocrata de Quesnay baseavam-se na doutrina da Lei Natural. Aceitar essa doutrina levou-o a proclamar que o *laissez-faire* na economia seguia a lei natural e portanto representava a ordem econômica de indicação divina. Em seu pensamento têm origem a doutrina da harmonia de interesses das classes, formulada no século XIX, e o pensamento, a ela relacionado, de que o máximo de satisfação social ocorre com a livre competição. Os pontos fundamentais da doutrina eram o pensamento de que o governo não deveria interferir nas operações econômicas, as quais deviam ser deixadas seguir livremente as leis econômicas naturais, e a crença de que a terra é a fonte de toda riqueza. (documento eletrônico: [http://geocities.com/cobra\\_pages/fim-quesnay.html](http://geocities.com/cobra_pages/fim-quesnay.html)).

<sup>166</sup> NUNES, Avelas A.J. Noção e Objecto da Economia Política, p.16.

<sup>167</sup> BECKER, Idel. Ob. Citada, p.404.



produtividade.”<sup>168</sup>

Nesta análise Robert CASTEL identifica que o pensamento econômico de Adam Smith lança as chaves de abertura para a “necessidade da liberdade de trabalho”, e não da “necessidade do trabalho”. Para este pensador a “quantidade de trabalho” é a base “do valor de troca de um produto”.<sup>169</sup>

Para melhor entender a posição de Adam Smith, Robert CASTEL cita um trecho do livro *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*, 1.a edição de 1776:

Assim, o valor de um produto qualquer, para quem possui e não pretende usá-lo ou consumi-lo ele próprio, mas que tem a intenção de trocá-lo por outra coisa, é igual à quantidade de trabalho que esse produto coloca em situação de comprar ou de encomendar. Conseqüentemente, o trabalho é a real medida do valor de troca de todas as mercadorias [...] Não é com ouro ou com dinheiro, mas sim com trabalho, que as riquezas do mundo foram compradas originariamente. Certamente, essa posição não é isenta de uma certa ambigüidade. Adam Smith faz da quantidade do trabalho o fundamento do valor de troca de um produto, sem chegar a dizer, como o fará Marx, que essa quantidade de trabalho constitui verdadeiramente e exclusivamente o valor de todo o produto.<sup>170</sup>

Os economistas liberais na concepção de Robert CASTEL estavam mais preocupados com as relações econômicas do mercado do que com as relações de trabalho que se formavam entre os grupos de trabalhadores, ou seja, dentro das divisões de trabalho, contemplando os que faziam parte das corporações e os que estavam fora dela. Ao estabelecer uma “liberdade” nessas relações, como ocorreu na França, em abril de 1791, com a votação da Lei Chapelier, ocasionando a extinção das corporações e beneficiando as classes “burguesas”, fortaleceu-se o espírito individualista e predatório das relações entre o capital e o trabalho. Os economistas liberais pregavam e acreditavam que este era o caminho, pois os liberais perceberam a necessidade de sair da estagnação econômica que era imposta nas corporações, nas quais trabalhavam mediante os pedidos dos clientes. Ou seja, não havia concorrência, o cliente impulsionava a venda com o pedido certo e justificavam esta necessidade.<sup>171</sup>

---

<sup>168</sup> MISES, Ludwig Von, *Liberalismo segundo a tradição clássica*, p.21.

<sup>169</sup> CASTEL, Robert. Ob. Citada, p. 230.

<sup>170</sup> CASTEL, Robert. Idem.

<sup>171</sup> CASTEL, Robert. Idem. Ibidem, p.264.

Neste seara, Silvia POSSAS salienta que :

A acumulação de capital foi gradualmente perdendo espaço entre os temas econômicos. O bem-estar passou a ser associado mais à alocação ótima dos recursos do que à sua expansão, apesar dos protestos de algumas vozes discordantes como a de Schumpeter. Perdeu-se a dimensão dinâmica da criação e ampliação de riqueza e privilegiou-se a estática de alocação dos recursos dados.

Sem dúvida, a ampliação da produtividade não pode mais ser considerada resultante apenas da simples divisão do trabalho, e sim do avanço tecnológico e das formas de organização da produção entre outros. Porém, a reflexão de Smith ainda é atual, pela sua ênfase naquele momento, obtido a partir do próprio crescimento da economia e dos mercados.<sup>172</sup>

Contudo é importante destacar que o liberalismo clássico econômico defrontou-se com diversas críticas, especialmente de Karl Marx<sup>173</sup> (1818-1883).

Karl MARX, em sua obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, tece a seguinte crítica a respeito do pensamento liberal clássico de Adam Smith:

...segundo Smith, uma sociedade em que a maioria padece não é feliz, e já que a mais próspera situação da sociedade causa agonia da maioria, enquanto o sistema econômico (em geral, uma sociedade de interesses privados) conduz a esta situação muito próspera, segue-se que a miséria social constitui o objetivo da economia.

Deve-se observar, em conexão com a relação entre trabalhadores e capitalistas, que o capitalista se encontra mais que recompensado, porque o salário sobe com a diminuição do tempo de trabalho e porque os aumentos de salário e os aumentos no juro sobre o capital afetam o preço das mercadorias à maneira de juro simples e composto.<sup>174</sup>

De acordo com René REMOND, o Marxismo conseguiu prevalecer em relação as outras escolas socialistas devido a sua “coerência interna, pelo gênio de seus fundadores e acrescenta:

<sup>172</sup> POSSAS, Silvia. *Os Clássicos da Economia*, p. 21.

<sup>173</sup> Edward Burns apresenta alguns aspectos importantes do idealizados do marxismo: “Durante as décadas de 1850 e 1860 Marx trabalhou com afinco para produzir sua análise definitiva da economia capitalista, *O Capital*, cujo primeiro volume foi publicado em 1867. Nele, Marx desenvolvia as teorias enunciadas em seus primeiros tratados de economia. Descrevia, com minúcias, os processos de produção, troca e distribuição, tal como funcionavam no sistema capitalista. Afirmava que, no capitalismo, negava-se aos trabalhadores sua legítima parcela dos lucros. O valor de qualquer bem manufaturado, dizia Marx, era determinado pelo volume de trabalho necessário para produzi-lo. Entretanto, os operários eram contratados a salários cujo valor era muito inferior ao valor dos bens que produziam. A diferença entre o valor dos salários dos trabalhadores e o valor de seu trabalho (o preço de venda) era embolsada pelos capitalistas, aos quais, segundo Marx, cabia mais do que uma parcela justificável do preço de venda. Essa chamada teoria do valor-trabalho, tomada de empréstimo a uma doutrina um tanto semelhante, defendida por Ricardo e outros economistas clássicos, constituía a base da afirmativa de Marx segundo a qual a classe trabalhadora estava fadada a sofrer sob o regime capitalista. Como os trabalhadores eram forçados a vender seu trabalho, tornavam-se nada mais que mercadorias no mercado econômico.”<sup>173</sup> (*História da Civilização Ocidental*, p. 624).

<sup>174</sup> MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, p. 70.

Essa evolução do social para o político, da escola para o partido, está ligada à evolução interna do socialismo. Com efeito, há grande número de escolas, de sistemas, pensadores, de doutrinadores. Limitando-nos apenas à França, podemos enumerar, antes de 1848, Saint-Simon, Fourier, Cabet, e outros ainda, pois todos têm seus discípulos e propõem soluções. As escolas socialistas contam-se às dezenas, e é, aliás, essa riqueza ideológica, essa abundância de sistemas que caracterizam os meados do século XIX.

Se todas essas escolas têm como base comum a crítica ao liberalismo e como programa a substituição da propriedade privada pela propriedade socializada, elas divergem no que diz respeito às modalidades práticas como também na filosofia geral. Algumas são otimistas, outras pessimistas; umas se interessam mais pela indústria, outras cuidam mais da agricultura; há espiritualistas que querem regenerar o cristianismo; outros, pelo contrário, que optam pelo materialismo.

Rivais, essas escolas disputam entre si a simpatia dos espíritos. Mas, com o tempo, uma delas irá tomar a dianteira das outras e excluí-las: o marxismo. Em parte, foi porque o marxismo prevaleceu que o socialismo se politizou.<sup>175</sup>

Todos os estudos realizados por Marx foram extremamente importantes para a compreensão das novas relações econômicas que se instalavam com o desenvolvimento industrial. Contudo, destaca-se a “teoria da mais valia” preconizada por Karl MARX, que identificou com precisão o “valor da força de trabalho”:

O *valor* da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessário para manter ou reproduzir, mas o uso dessa força de trabalho está apenas limitado pelas energias ativas pela força física do trabalhador. O valor diário ou semanal da força de trabalho é completamente distinto do exercício diário ou semanal dessa força, do mesmo modo que a comida de que um cavalo necessita e o tempo durante o qual pode carregar o cavaleiro são completamente distintos. A quantidade de trabalho, pela qual o valor da força de trabalho do operário é limitado, de modo algum constitui um limite para a quantidade de trabalho que sua força de trabalho está apta a fornecer.

[...] A taxa de mais-valia, permanecendo as mesmas todas as outras circunstâncias, dependerá da proporção entre aquela parte do dia de trabalho necessária para reproduzir o valor da força de trabalho e o *sobretempo* ou o *sobretrebalho* realizado para o capitalista. Dependerá, portanto, da razão em que dia de trabalho for prolongado para além e acima daquele período, durante o qual, trabalhando, o operário apenas reproduzirá o valor de sua força de trabalho ou reporia o seu salário.<sup>176</sup>

Os pensadores da economia liberal idealizaram uma nova organização nas relações tanto no âmbito econômico como nas relações das atividades de trabalho de forma livre, mas não conseguiram antever-se a grande revolução que iria levar a novos rumos como a Revolução Industrial.

<sup>175</sup> RÉMOND, René. O Século XIX – 1815-1914, p.117-118.

<sup>176</sup> MARX, Karl. Salário, Preço e Lucro, p. 50.

## **CAPÍTULO 3**

### **A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS LUTAS ARMADAS**

#### **3.1 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL**

##### **3.1.1 A Transformação Industrial**

No primeiro capítulo oportunizou-se verificar o quanto a religião influenciou o homem, principalmente na Europa, em decorrência do Cristianismo e do surgimento da Igreja Católica. Outras religiões, em alguns países desenvolveram sua própria filosofia no campo religioso, como a Alemanha, com o protestantismo, a Inglaterra, Holanda e Escócia inicialmente com o Anglicanismo e depois com a filosofia calvinista, e a Grécia, com a Igreja Ortodoxa.

Neste capítulo a análise seguirá para as relações do trabalho que surgiram desde os primórdios, influenciando a formação das sociedades, assim como ocorreu com as religiões.

Nesta análise das relações do trabalho a partir do período pré-histórico, segundo Arnaldo SUSSEKIND, Délio MARANHÃO e Lima TEIXEIRA, o trabalho humano era realizado objetivando a sobrevivência pela extração dos elementos da natureza (agricultura caça e pesca).<sup>177</sup>

Posteriormente, o homem compreendeu que, para garantir a sua sobrevivência e a dos dependentes frente aos animais ou às outras tribos, era necessário construir instrumentos que o defendessem dos perigos.

Percebeu também a necessidade de colocar sob o seu jugo os inimigos derrotados. Quanto mais corajoso e mais mortíferas as suas armas, mais fácil era o domínio de outros povos que passavam a trabalhar e a servir seus conquistadores. Esse pensamento fluiu e se desenvolveu naturalmente: os fortes subjugavam os mais fracos.

---

<sup>177</sup> SUSSEKIND, Arnaldo. MARANHÃO, Délio. VIANNA, Délio. TEIXEIRA, Lima. Instituições de Direito do Trabalho, p.27.

Para Segadas VIANNA com o passar do tempo os que se destacavam por seus atos de valentia acabavam por ficar com muitas pessoas subjugadas, e com isso nasceu o “mercado de escravos”. Os escravos eram vendidos, trocados ou até mesmo alugados para aqueles que ostentavam poder de compra. Os escravos realizavam os trabalhos que eram considerados desonrosos para os homens valentes ou para os que pertenciam à classe dos homens livres.

A escravidão entre os egípcios, os gregos e os romanos, atingiu grandes proporções. Na Grécia havia fábricas de flautas, de facas, de ferramentas agrícolas e de móveis, onde o operariado era todo composto de escravos. Em Roma os grandes senhores tinham escravos de várias classes, desde os pastores até gladiadores, músicos, filósofos e poetas.<sup>178</sup>

A mão-de-obra escrava perdurou por vários séculos desde a Idade Média até meados da Idade Moderna, 1453, com a queda de Constantinopla.<sup>179</sup>

Ressalta-se ainda que este período nefasto da escravidão não se dissipou com a formação da nova relação que surgia na Europa entre os nobres e servos, na verdade surgia uma relação de trabalho. A palavra “servo” significa servir a outrem. Somente com a formação das cidades é que esta relação começa a exaurir-se dando início a um novo tipo de prestação de serviços.<sup>180</sup>

Paul Singer a partir desta argumentação conceitua este período de transformação:

No caso pioneiro da Inglaterra, esta expansão se alimentou da decadência do feudalismo. Servos que fugiam às cidades passavam a gozar da proteção que o “ar citadino” proporcionava, transformando-se em aprendizes de mestres artesãos ou em assalariados de manufaturas. Ao mesmo tempo, mercadores forneciam fio às famílias camponesas para que o tecessem, no período de entressafra, em troca de paga monetária.<sup>181</sup>

Este será um dos marcos divisores para a mudança das concepções religiosas rumo à fase tecnológica-industrial. Friedrich ENGELS, em sua obra “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, denominou-o “materialismo histórico” enfatizando:

Pouco a pouco, com o fastígio da burguesia, iam-se desenvolvendo os progressos gigantescos da ciência. Voltava-se a cultivar a astronomia, a mecânica, a física, a anatomia,

<sup>178</sup> SUSSEKIND, Arnaldo. MARANHÃO, Délio. VIANNA, Délio. TEIXEIRA, Ob. Citada, p.28.

<sup>179</sup> SUSSEKIND, Arnaldo. MARANHÃO, Délio. VIANNA, Délio. TEIXEIRA, idem.

<sup>180</sup> SUSSEKIND, Arnaldo. MARANHÃO, Délio. VIANNA, Délio. TEIXEIRA. Idem. Ibidem.

<sup>181</sup> SINGER, Paul. Uma Utopia militante, p.20.

a fisiologia. A burguesia necessitava, para o desenvolvimento da sua produção industrial, de ciência que investigasse as propriedades dos corpos físicos e o funcionamento das forças naturais. Até então, porém, a ciência havia sido apenas a criada humilde da Igreja, não se lhe permitindo transpor as fronteiras estabelecidas pela fé; numa palavra, havia sido algo menos que ciência. Então a ciência se rebelou contra a Igreja; a burguesia precisava da ciência e lançou-se, com ela, na rebelião.<sup>182</sup>

Como observa Robert CASTEL na Europa, nos Séculos XII e XIII, nasciam nas cidades as corporações de ofício. As corporações eram formadas pelos mestres que eram donos das ferramentas e da arte da fabricação de produtos artesanais como sapatos, roupas, construção de móveis, objetos, ou seja, bens de consumo necessário ao conforto humano. Os mestres contavam ainda com o auxílio dos companheiros e os aprendizes. Os companheiros moravam na casa dos mestres e despendiam a sua mão de obra em troca de moradia, comida e recebiam salário pelo trabalho realizado. Os aprendizes, como o próprio nome diz, dedicavam-se ao aprendizado do mestre e não recebiam nada em troca a não ser o aprendizado na arte do ofício.<sup>183</sup>

As corporações de ofício eram formadas de maneira a impedir que houvesse concorrência entre eles. Cada mestre era exclusivo na sua técnica e fabricação. Havia restrições quanto ao número de ofícios, aprendizes e companheiros.<sup>184</sup>

As corporações de ofícios carregavam em seu bojo a necessidade da cooperação para a realização total do trabalho, como produzir um sapato, por exemplo. O mestre fazia artesanalmente cada peça, dominava a técnica do princípio ao fim.

As corporações no século XIV entraram em decadência com a instituição de normas, onde a função do mestre era restrita a um pequeno grupo como os filhos dos mestres. Durante o século XVI os companheiros iniciam movimentos grevistas devido a essas restrições.<sup>185</sup>

Os companheiros reivindicavam, além do salário, parte dos lucros do ofício que eram destinados somente ao mestre e a abertura do mercado de trabalho. A luta dos companheiros perdurou até o século XVIII.<sup>186</sup>

---

<sup>182</sup> ENGELS, Friedrich. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, p.6.

<sup>183</sup> CASTEL, Robert. Ob. Citada, p. 51.

<sup>184</sup> CASTEL, Robert. Idem.

<sup>185</sup> CASTEL, Robert. Idem. Ibidem, p.157.

<sup>186</sup> CASTEL, Robert. Idem. Ibidem, p.158.

Os mestres recebiam o valor por todo o seu trabalho, mas não eram proprietários do produto acabado e nem o comercializavam, portanto, o mercador era quem ficava com os lucros do produto vendido.

As corporações deram início às riquezas acumuladas pelos “mercadores” que eram os comerciantes, principalmente na área têxtil. Esses mercadores forneciam aos mestres a matéria-prima: o tecido. Instituíam a forma de produção pela divisão do trabalho devido à necessidade de várias técnicas até se chegar ao produto final e, finalmente, comercializavam os produtos acabados.<sup>187</sup>

Assim, a era da manufatura dá seus primeiros passos no início do Século XVII, fazendo nascer uma relação diferente até então empregada na realização da produção. Os fisiocratas foram os primeiros a iniciar os estudos sobre as novas relações econômicas como visto no Capítulo anterior.

Entende Henri ROLLET que com o nascimento das cidades surgem os mestres, companheiros e os aprendizes que produziam de forma artesanal e em pequena escala. À manufatura agrega-se um grande número de trabalhadores para a produção de diversas mercadorias. Essas mercadorias eram negociadas não somente na cidade onde se concentrava a produção, mas também em outras regiões. No início havia uma proximidade física entre quem fabricava e quem comprava. Mas, com a produção em grande escala é possível atender o cliente à distância. Assim a produção fica distante do consumidor, bem como o mercado e o capital ficam separados do trabalho.<sup>188</sup>

Nessa fase do desenvolvimento da produção em grande escala, ocorre a divisão do trabalho com a finalidade de suprir a necessidade da demanda dos pedidos de produtos.

Adam SMITH, em sua obra “Investigação sobre a natureza e as causas da

---

<sup>187</sup> CASTEL, Robert. Ob. Citada, p.159.

<sup>188</sup> ROLLET, Henri. O trabalho, os operários e a Igreja, p.37.

riqueza das nações”. Analisando uma fábrica de alfinetes<sup>189</sup>, verifica que quanto mais se dividem as operações para a sua confecção, maior será a produção, satisfazendo a necessidade da demanda, conseqüentemente gerando mais ganhos.<sup>190</sup>

Karl MARX, em seus “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, também remete ao passado abordando a questão da “emancipação política”, concluindo que na época feudal o indivíduo fazia parte da totalidade, ou seja, todas as suas relações com o trabalho, vida civil e familiar, estavam vinculadas com o Estado. Havia uma nítida divisão nas relações do povo que ficava de fora das questões a serem tratadas pelo soberano. O povo não podia interferir, mas tão-somente obedecer. Posteriormente, com a queda dessa soberania, com o advento da burguesia, propiciou-se ao povo ser uma peça ativa nas relações do Estado ressaltando:

A revolução política aboliu, portanto, o caráter político da sociedade civil. Dissolveu a sociedade civil nos seus elementos simples, de um lado, os indivíduos, do outro, os elementos materiais e culturais que formam o conteúdo vital, a situação civil destes indivíduos. Colocou em liberdade o espírito político que, digamos, tinha sido desfeito, fragmentado e perdido nos vários becos sem saída feudal; congregou-o a partir desta dispersão, libertou-o da sua adulteração com a vida civil e constituiu-o como a esfera da comunidade, o interesse geral do povo, numa independência ideal dos elementos

---

<sup>189</sup> Adam Smith e o exemplo sobre a divisão do trabalho: “...poderemos citar uma indústria muito débil mas cuja divisão do trabalho tem sido muito notada: a fabricação de alfinetes. Um trabalhador que não esteja habituado a esta indústria (que a divisão do trabalho transformou numa atividade específica), ou às máquinas nela usadas (para cuja invenção contribuiu provavelmente essa mesma divisão do trabalho), dificilmente poderá, dada a sua falta de conhecimentos, fazer um alfinete num dia, e certamente não conseguirá fazer vinte. Mas devido à maneira como atualmente esta atividade está organizada, não só constitui um tipo de produção como características muito específicas como ainda se apresenta dividido num certo número de ramos de atividade, grande parte dos quais se assemelham a indústrias distintas. Um homem transporta o fio metálico, outro endireita-o, um terceiro corta-o, um quarto aguça a extremidade, um quinto prepara a extremidade superior para receber a cabeça; para fazer a cabeça são precisas duas ou três operações distintas; colocá-la constitui também uma tarefa específica, branquear o alfinete, outra: colocar os alfinetes sobre o papel de embalagem é também uma tarefa independente. O importante do fabrico de alfinetes está, portanto, dividido em cerca de dezoito operações distintas que, em algumas fábricas, são efetuadas por diferentes operários, se bem que noutras o mesmo operário possa realizar duas ou três delas. Tive ocasião de ver uma pequena fábrica deste tipo, em que só estavam empregados dez homens, e onde alguns deles, conseqüentemente, realizavam duas ou três operações diferentes. Mas, apesar de serem muito pobres, e possuindo apenas a maquinaria estritamente necessária, conseguiam, quando se esforçavam, fabricar cerca de doze libras de alfinetes por dia. Cada libra corresponde a mais de quatro mil alfinetes de tamanho médio. Essas dez pessoas, portanto, conseguiam produzir mais de quarenta e oito mil alfinetes por dia. Se dividirmos esse trabalho pelo número de trabalhadores, poderemos considerar que cada um deles produz quatro mil e oitocentos alfinetes por dia; mas se trabalhassem separadamente uns dos outros, e sem terem sido educados para este ramo particular de produção, não conseguiriam produzir vinte alfinetes, nem talvez mesmo um único alfinete por dia; isto significa que produziriam duzentas e quarenta vezes menos ou quatro mil e oitocentas vezes menos do que efetivamente fazem, devido a uma boa divisão das diferentes operações”. (Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações, p.8.)

<sup>190</sup> ROLLET, Henri. Ob. Citada, p.37.



particulares da vida civil.<sup>191</sup>

Por esse pensamento Karl MARX evidencia que o povo conquistou a liberdade política, passando a fazer parte do Estado, principalmente na comercialização dos bens fabricados e ainda se liberta da filosofia teológica:

Concluimos que o homem não se emancipou da religião, mas sim recebeu a liberdade religiosa. Não ficou livre da propriedade; recebeu a liberdade da propriedade. Não foi libertado do egoísmo do comércio; recebeu a liberdade para se empenhar no comércio.<sup>192</sup>

Na análise do desenvolvimento industrial Fernando VIANA identifica o período de 1760 até 1850, destacando que a Inglaterra desenvolve-se vertiginosamente com a geração de bens de consumo, tecelagem e a energia a vapor. De 1850 a 1900, a Revolução Industrial ganhou outros países da Europa, da América e da Ásia: França, Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, Itália, Japão e Rússia. Nesse apogeu de avanços e descobertas, como as extrações naturais (petróleo) e processo de transformação do petróleo em energia, nascem naturalmente as rivalidades e concorrências entre os países citados, na corrida para a melhor obtenção de mão-de-obra e matéria-prima, inclusive o imperialismo pela colonização de outros países.<sup>193</sup>

### 3.1.2 As Comunidades Industriais

Iniciando-se os estudos do estabelecimento das comunidades industriais, Paul SINGER ressalta que cada país estabeleceu suas relações produtivas econômicas: na Europa e Japão, sistema de servidão; nas Américas, sistema de escravidão e na Ásia, o sistema tributário e preleciona:

As empresas capitalistas competiam nos mercados em que conseguiam penetrar contra mercadorias produzidas por servos, escravos e camponeses explorados tributariamente. Ou, então, por camponeses ou artesãos, produzindo por conta própria.<sup>194</sup>

---

<sup>191</sup> MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos, p.34-35.

<sup>192</sup> MARX, Karl. Idem, p.36-37.

<sup>193</sup> VIANA, Fernando. Manual didático de pesquisas, p.597.

<sup>194</sup> SINGER, Paul. Ob. Citada, p. 22.

Nos séculos XVII e XVIII eclodiu a revolução industrial na Inglaterra, muito mais intensamente do que em outros países europeus, exceto a Holanda, que nesta fase já era soberana no transporte marítimo e finanças internacionais.<sup>195</sup>

Friedrich ENGELS também destaca que na França a Revolução foi originada pela manifestação dos burgueses no campo político, desprovida de cunho religioso. Foi combatido frontalmente o regime da classe dos aristocratas desvencilhando-o do sistema feudal e criando-se uma nova relação econômica.<sup>196</sup>

Para John HOBSON a Inglaterra foi a desencadeadora da Revolução Industrial devido ao seu histórico econômico-agrário. O proprietário de terras percebeu que as cultivando poderia obter um número maior de produtos agrícolas, em contrapartida, teria um retorno maior de dinheiro no momento da venda. Este mercado tornou-se mais promissor com o advento da fábrica flamenga de lã, o que exigia grande extensão de terras para pastagens dos animais. Esta necessidade de terras motivou êxodo rural dos camponeses, pelos donos da terra, que passaram a cercar<sup>197</sup> suas propriedades.<sup>198</sup>

Até metade do Século XVIII era livre aos camponeses utilizarem as terras comunitariamente. Com o fechamento das propriedades, os *Cottager*<sup>199</sup>, perderam seus direitos sobre a terra, formando uma legião de “mendigos e vagabundos”, e outros foram para as cidades em busca de trabalho nas indústrias que começavam a surgir.<sup>200</sup>

<sup>195</sup> SINGER, Paul. Ob. Citada, p.20.

<sup>196</sup> ENGELS, Friedrich. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, p.25.

<sup>197</sup> John A. Hobson esclarece que este ato de cercar terras era denominado “Enclosure” “das terras de uso comunal, convertendo-a assim em propriedade privada, o que impedia o acesso dos camponeses para fins de pastoreio, extração de madeira, caça, etc. Iniciadas em meados do século XVI e extintas quase no final do Século XIX, as *enclosures* expulsaram milhões de camponeses de suas terras. A fase mais ativa do processo situou-se entre 1760 e 1850, quando foram emitidos cerca de 4 mil decretos de formação de *enclosure*”. (A Evolução do Capitalismo Moderno. Um estudo da produção mecanizada, p.38).

<sup>198</sup> HOBSON, John A. A Evolução do Capitalismo moderno. Um estudo da produção mecanizada, p.38.

<sup>199</sup> Ainda esclarece Hobson: “*Cottager* – Trabalhador rural, não proprietário, mas de posse de uma cabana de um lote de terra a ela contígua. Originalmente, a área desse pedaço de terra variava de 4 a 6 acres, reduzida mais tarde para 2 acres, até o estabelecimento das *enclosures*, quando os *cottagers* foram destituídos de suas posses. Os *Cottagers* eram os elementos situados mais baixo na escala social. Eles viviam da exploração agrícola de seus pequenos pedaços de terra, e/ou exercendo algum ofício artesanal. Segundo Adam Smith, eram uma espécie de rendeiros e criados dos senhores de terra, cumprindo tarefas fora de casa”. (Idem).

<sup>200</sup> HOBSON, John A. Idem.Ibidem.

Além destes camponeses outros grupos também sofreram com este novo sistema de “organização agrícola”, como é o caso dos “*yeoman* e os *croffer*”<sup>201</sup>, que não conseguiram competir com os grandes proprietários de terra, inclinando-se também a trabalhar nas indústrias.

A Revolução Industrial tem seu marco inicial na Inglaterra com o invento da máquina, sendo possível triplicar a produção, principalmente nas indústrias têxteis, impulsionando o sistema capitalista<sup>202</sup>.

No ano de 1711, Richard Arkwright inventou o primeiro tear mecânico, que em oito anos passou a empregar 300 (trezentos) trabalhadores de uma única vez.<sup>203</sup>

Em 1733, o inglês John Kay inventou a lançadeira volante que facilitava o tear de tecidos de qualquer comprimento, o que permitia uma maior produtividade. John Kay foi duramente repudiado pelos tecelões ao perceberem que a invenção extinguiria diversos postos de serviços.<sup>204</sup>

As inovações técnicas alcançadas nos teares diminuía a mão-de-obra humana e ao mesmo tempo aumentavam a produtividade. Assim, vários inventores como Lewis Paul, John Wyatt, Arkwright, Cartwright pesquisaram e criaram outros tipos de teares para obterem a produtividade almejada pelos empresários capitalistas.<sup>205</sup>

A fim de incentivar os inventores, em 1761 a *Society for the Encouragement of Arts and Manufactures*, lançou um concurso com prêmios para quem inventasse uma máquina de fiar. Após seis anos, em 1767, Hargreaves inventa um tipo de tear denominado *Spinning Jenny* que necessitava somente de uma pessoa para operá-

---

<sup>201</sup> “*Yeoman* – Pequenos proprietários que geralmente cultivam sua própria terra, mas eventualmente a dava em arrendamento a um *croffer* ou a um trabalhador sem terra. Embora camponês, tinha posição destacada diante dos nobres, situando-se a um meio caminho entre o gentil-homem (grau menor da nobreza) e o *cottager*. *Croffer* – Camponês que tomava em arrendamento uma pequena porção de terra, geralmente encravada na propriedade de um arrendatário, na qual lucrava ou criava gado”. (John A. Hobson, *A Evolução do Capitalismo Moderno. Um estudo da produção mecanizada*, p.39).

<sup>202</sup> Bases filosóficas do Capitalismo por Anita Kon: “...no final do século XVIII e princípio do Século XIX, com a concorrência da Revolução Industrial na Grã-Bretanha, desenvolveu-se paralelamente a ideologia do liberalismo clássico e do capitalismo. Estas idéias liberais eram baseadas nos fundamentos da doutrina do *laissez-faire*, segundo a qual caberia aos governos assumirem exclusivamente as funções que apoiassem e estimulassem as atividades lucrativas, e a interferência governamental era proibida nos demais assuntos econômicos. Este liberalismo proporcionou as bases filosóficas do sistema capitalista industrial e criou na Inglaterra uma atmosfera favorável ao desenvolvimento do sistema fabril” (*Economia Industrial*, p.17).

<sup>203</sup> ROLLET, Henri. Ob. Citada, p.37.

<sup>204</sup> SINGER, Paul. Ob. Citada, p.20.

<sup>205</sup> SINGER, Paul. Idem.

lo. Era muito fácil de manusear e permitia que vários fios fossem utilizados ao mesmo tempo. Hargreaves sofreu também vários atos violentos por parte dos tecelões e teve de mudar de cidade. Continuou a comercializar a sua invenção que passou a lhe render muitos lucros.<sup>206</sup>

Em 1772, Arkwright inventou uma máquina chamada de *Water Frame*. Como o nome indica, era uma máquina movida pela força da água, ou por animais de tração. Conseguiram com a máquina, além da produtividade, um alto grau de qualidade somente encontrada nos produtos indianos.<sup>207</sup>

Porém, esse industrial foi impedido de comprar algodão puro devido à imposição da lei do ano de 1735 pelos fabricantes artesanais com a intenção de evitar concorrência, pois essa lei somente permitia a compra de fios mistos de algodão e linho. Inconformado, pediu ao parlamento que concedesse a liberdade de compra do algodão que necessitava e foi atendido. A Grã-Bretanha foi o primeiro país a iniciar o livre comércio e produção.<sup>208</sup>

Em 1779, Samuel Crompton inventou a “mula” (*mule*); a afiação mecânica chega ao seu ponto máximo. Esse invento era mais preciso do que a *Water Frame*, que produzia fios finos e resistentes,<sup>209</sup> porém o seu inventor não pode patenteá-la, porque era uma derivação do invento de Arkwright. Diante desse impedimento de ganhar lucros com o seu invento, Samuel Crompton liberou-a para quem quisesse usufruí-la. Desses inventos, surgiu uma inversão nas situações outrora estabelecidas. Faltava mão-de-obra qualificada para os teares e sobravam fios.<sup>210</sup>

Era necessário mecanizar definitivamente as tecelagens para equilibrar a falta da mão-de-obra qualificada para a afiação. Faltava mecanizar a parte mais importante das divisões da tecelagem dos fios, que era a de tecer. Em 1785, o vigário Edmund Cartwright patenteou um tear mecânico que inicialmente era movido por animais.<sup>211</sup>

Assim, durante o Século XVIII, para cada problema ou necessidade, surgiam novos inventos e soluções para as máquinas que substituíam a mão-de-obra específica dos mestres das corporações de ofícios.

---

<sup>206</sup> SINGER, Paul. Ob. Citada, p.45.

<sup>207</sup> SINGER, Paul. Idem.

<sup>208</sup> SINGER, Paul. Idem. Ibidem.

<sup>209</sup> SINGER, Paul. Idem. Ibidem.

<sup>210</sup> SINGER, Paul. Idem. Ibidem.

<sup>211</sup> SINGER, Paul. Idem. Ibidem.

Segundo Paul SINGER:

Marx, a quem devemos a mais penetrante análise da máquina e seu papel na revolução capitalista, divide-a em três partes: o motor, o mecanismo de transmissão do movimento do motor e, finalmente, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. As duas primeiras partes só existem para dar à terceira o movimento com que ela agarra o objeto do trabalho e o transforma". Esta parte do maquinário, a máquina-ferramenta, é de onde a revolução industrial do século XVIII parte.<sup>212</sup>

A Revolução Industrial atingiu o seu ponto máximo com a invenção da máquina a vapor, por James Watt, em 1789. O que a distinguia das demais era a sua força motriz gerada por vapor. A partir daí, iniciava-se o campo da utilização dos recursos naturais com a exploração da energia. Não havia mais necessidade da força ser realizada por quedas d'água ou por tração animal.

Ainda Paul SINGER:

A inovação mais importante da revolução industrial foi sem dúvida a invenção (impropriamente denominada) máquina a vapor. Tratava-se, na verdade, não de uma máquina a mais, mas da máquina das máquinas, que libertaria todas da necessidade de se localizar na proximidade de quedas naturais ou artificiais de água. Com a máquina a vapor começa a história da invenção e produção de energia artificial, energia presente na natureza mas libertada pelo homem e, por isso, domada pelo homem e posta a seu "serviço".<sup>213</sup>

A partir de 1830, a Inglaterra se viu novamente frente a mais uma revolução industrial com o advento do trem movido a carvão.<sup>214</sup>

Toda essa inovação de acordo com Henri HOLLET vem alterar a paisagem natural dos campos pela artificialidade provocada pelas máquinas.

...constroem-se na Europa e na América, na proximidade das matérias primas ou das vias de comunicação, via férrea, rio, as modernas usinas com seus capitais consideráveis e vastas edificações, com suas filas de máquinas, seções de estudos e laboratórios com seus parques de ferramentas e entrepostos, serviços de vendas e publicidade, com seus armazéns e sua contabilidade. Situados lado a lado, formam elas zonas de concentração industrial de onde desapareceu a paisagem natural, tal como se vê no Ruhr ou na "região negra" inglesa.<sup>215</sup>

Henri HOLLET ainda ensina que Revolução Industrial transformou as relações de trabalho estabelecidas pelo sistema corporativo. A partir da máquina a vapor, era necessária uma grande quantidade de mão-de-obra, mas não havia

<sup>212</sup> SINGER, Paul. Ob. Citada, p.50.

<sup>213</sup> SINGER, Paul. Idem.

<sup>214</sup> CASTRO, Adler Homero F. de; BITTENCOURT, José Neves. Armas ferramentas da paz e da guerra. p.49.

<sup>215</sup> HOLLET, Henri. Ob. Citada. p.38.

necessidade que fosse qualificada. A transformação ocorreria, não era necessário que o homem dominasse as ferramentas para a realização da produção. A máquina sozinha dispunha de todas as condições necessárias ao processo.<sup>216</sup>

O primeiro problema que surge com a produção desenfreada é o excesso de produção de um mesmo produto, gerando a concorrência. O capitalista necessita vender, a concorrência é imensa, a saída é vender seus produtos a preços módicos. Caso não o consiga, devido ao concorrente mais hábil, o capitalista é eliminado do mercado pela falência; esse é o sistema movido pela “economia liberal”.<sup>217</sup>

Henri HOLLET ainda argumenta que os primeiros a sofrerem com a insensatez da concorrência são os trabalhadores. No processo produtivo a primeira ação para os preços serem atrativos é a contratação de mão-de-obra barata:

Porque o operário é vítima imediata da concorrência: isso decorre do rendimento que é preciso aumentar de qualquer maneira e do salário que é preciso comprimir de igual maneira. Daí os dois aspectos desta miséria, dentro e fora do trabalho. Na fábrica as jornadas são de doze, quatorze horas, sete dias por semana. Ninguém está livre de perder o emprego, de uma hora para outra. As tarefas são penosas e perigosas porque as primeiras fábricas não conhecem, nem a higiene nem a segurança do trabalho; os acidentes são freqüentes e o operário é tido como responsável, a menos que prove o contrário.<sup>218</sup>

A condição imposta aos operários era tão cruel que não havia limite de idade para o trabalho nem descanso aos mais velhos e a supressão do descanso semanal. “No plano religioso, a continuidade do trabalho que colocava os operários na impossibilidade de praticar e de observar os mandamentos, contribuiu para a descristianização”.<sup>219</sup>

Robert KURZ também entende que os valores foram invertidos, pois até então o homem acreditava em um ser divinal e lhe rendia a sua vida. Com a transformação industrial, a religião passou para um segundo plano. O mais importante passa a ser o bem-estar social terreno:

O “fim não aperfeiçoado” consiste no fato de que as conquistas da industrialização se desenvolveram numa forma social que erigiu o dinheiro como finalidade própria de todas as atividades. O dinheiro é, como nós sabemos, a alma do capitalismo, e essa alma transparece também em todas as suas criações tecnológicas. Trata-se, portanto, de uma inversão dos meios e dos fins, segundo a qual os homens se submetem a suas próprias

---

<sup>216</sup> SINGER, Paul, Ob. Citada. p.39.

<sup>217</sup> ROLLET, Henri. Ob. Citada, p.38.

<sup>218</sup> ROLLET, Henri. Idem.

<sup>219</sup> RÉMOND, René. Introdução a história do nosso tempo, p.106.

criações. O fim em si da valorização microeconômica do dinheiro não tem sentido. “Trabalho” e emprego, derivados dela, levam, não menos sem sentido, a um fim em si do consumo em massa da tecnologia.<sup>220</sup>

Robert KURZ ainda salienta que o homem do campo que vai para a cidade em busca de emprego nas indústrias, deixa para trás a sua formação “religiosa, familiar, profissional, cultural e cívica que formou seus hábitos e suas idéias, modelou seu espírito e seu coração”. Na cidade passa a ter novos hábitos e a dar valor mais aos bens materiais; é a busca incessante do bem-estar.<sup>221</sup>

John HOBSON lembra que os camponeses e os proprietários ingleses (*Yeoman, Cottager e os Crofter*) foram impulsionados, para não dizer obrigados, a deixar seu modo de vida rural e buscarem a única alternativa que restava para sobreviverem, que eram os empregos oferecidos pelas indústrias:

Os *cottager, crofters* e outros trabalhadores mostraram-se ainda menos capazes de manter quaisquer direitos costumeiros que lhe eram assegurados pelo beneficiamento da terra. A antiga vida patriarcal camponesa, que preservava elementos característicos de participação nos lucros, cedeu lugar, diante da pressão exercida pela nova forma de empresa – desapareceram os pagamentos suplementares de salário em dinheiro, que a Lei dos Pobres, instituída no final do século XVIII, reduziu a um nível aviltante.<sup>222</sup>

Frente a estas transformações a partir da modernidade o trabalho toma novas formas, como observa Evaristo MORAES e Antonio MORAES passando de um processo de cooperação, onde a divisão é “social” para um cooperativismo em “bloco”. O homem não sabe mais qual será o final do produto, pois executa somente uma pequena parte.<sup>223</sup>

Peter DRUCKER analisou os economistas do Século XIX, que estudavam como aumentar cada vez mais a produtividade. Todos inclusive Marx, defendiam que os homens deveriam trabalhar muitas horas, ou seja, o que fazia subir a produção era o tempo e o número de pessoas destinadas para as atividades. Porém, em 1911, o engenheiro americano Frederick W. Taylor resolveu dedicar-se profundamente ao estudo do tempo e a relação com a produtividade. Escreveu os “Princípios de Administração Científica” e com este estudo provou que não era a quantidade despendida que resultaria em maior produtividade, mas sim a técnica

---

<sup>220</sup> KURZ, Robert. Os últimos embates, p.347.

<sup>221</sup> ROLLET, Henri. Ob. Citada, p.38.

<sup>222</sup> HOBSON John A. Ob. Citada, p.40.

<sup>223</sup> MORAES, Filho Evaristo; MORAES, Antonio Carlos Flores de. Introdução ao Direito do Trabalho, p.19.

empregada nos meios de produção:

Sem Taylor, o número de operários teria crescido rapidamente da mesma forma; mas sem Taylor eles teriam se tornado os proletários explorados de Marx. Ao invés, porém, quanto maior era o número de operários nas fábricas, mas eles se tornavam “classe média” e “burgueses” em termos de renda e de padrão de vida. E mais eles se tornavam conservadores – e não revolucionários como previra Marx – em seus estilos de vida e em seus valores.<sup>224</sup>

Estes novos meios de produção de acordo com René REMOND geram desigualdade social e criam distância entre os pobres e os ricos. A classe operária se forma de acordo com a necessidade. A fuga do campesinato para as cidades impõe sujeição a qualquer salário, trabalho e horários à disposição do patrão. Esse êxodo rural intensifica a formação das cidades. Os trabalhadores se concentram próximos às fábricas. Essa proximidade também cria uma consciência da situação desumana em que vivem; o que faz eclodir diversos movimentos operários:

O primeiro dado, com efeito, é o encontro ocorrido no Século XIX entre duas realidades de natureza diferente: entre o socialismo, de um lado, doutrina de vida política e social, que cria escolas, organizações, partidos, visando a uma ação de transformação política que decorre da chamada história política e, do outro lado, um fenômeno que interessa essencialmente à história da sociedade, a formação de uma categoria sindical, a classe operária, que se organiza em movimento para a defesa de seus interesses e a satisfação de suas reivindicações profissionais.<sup>225</sup>

Henri HOLLET nesta linha de raciocínio observa que a Igreja Católica nestes movimentos encontra-se inserida na solidariedade, porque propicia a aproximação das pessoas a fim de exercitarem o amor ao próximo mesmo que seja para reivindicarem melhores condições de vida. “Eles aprendem que se completam e progridem pela troca de produtos, de experiência e de serviços que, em última análise, criam a comunidade de vida”.<sup>226</sup>

Para René RÉMOND Independente da Revolução Industrial, a situação se tornou caótica no Século XIX devido à excessiva busca pelo poder econômico dos proletariados que não souberam de imediato organizarem-se para a luta de seus espaços. Outro fator que veio ao encontro destas situações foi a crise econômica e o aumento desgovernado das cidades.<sup>227</sup>

---

<sup>224</sup> DRUCKER, Peter F. As novas realidades. No governo e na política, na economia e nas empresas, sociedade e na visão do mundo, p.161.

<sup>225</sup> RÉMOND, René. Ob. Citada, p.100.

<sup>226</sup> HOLLET, Henri. Ob. Citada, p.52.

<sup>227</sup> RÉMOND, René. Idem, p.104.



Agregado a essa nova condição de vida de parte da população, vem o Século XX, acumulando ao longo dos Séculos os mal-estares gerados pela fase religiosa e industrial, emergindo as duas guerras mundiais, sobre as quais passa-se a discorrer quanto aos seus efeitos na sociedade e a degradação ética e moral.

### 3.2 AS LUTAS ARMADAS

#### 3.2.1 As Duas Grandes Guerras

Izrael ROTENBERG analisa que a obsessão em fazer guerra é derivada da história da civilização por ter sido norteadada pela idéia de “poder”, e acrescenta:

...“poder” do rei como representação da “potência”. Modelo encarnado na monarquia absoluta, forma dominante do poder na Europa na segunda metade do Século XVII, o poder do rei – ou o dirigente da nação – para a maioria do povo, ainda é identificação com o poder divino: um indivíduo dotado, em relação aos outros, de uma posição excepcional, extraordinária, que lhe confere um caráter absoluto e quase divino.<sup>228</sup>

Paulo VIZENTINI também coaduna com este pensamento ao destacar que o Século XX desperta na mão do imperialismo Europeu, que conquistara várias regiões como África e Ásia e sua hegemonia no campo tecnológico desencadeado pela Revolução Industrial. O seu lugar era o “centro do mundo”.<sup>229</sup>

De acordo com Paulo VIZENTINI o regime político era o liberal-democrático. Avanços tecnológicos ocorriam em todos os campos, motivados pelo desenvolvimento das comunicações. A economia fluía entre os países, mas sob a égide europeia que incitava a rivalidade entre as potências mundiais.<sup>230</sup>

As grandes potências eram Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, Prússia, Alemanha, Itália, EUA e Japão.

Antes do início da primeira Guerra Mundial ocorreram vários confrontos entre um país e outro de curta duração como: 1854-1860 Guerra da Criméia, entre Rússia e Grã-Bretanha aliada com a França. Em 1866 Prússia e Áustria; em 1904-1905 o Japão defendeu seu País, derrotando a Rússia. Até a chegada da Primeira Grande Guerra ainda ocorreram as guerras para as conquistas de regiões que

<sup>228</sup> ROTENBERG, Izrael, Ob. Citada, p.109.

<sup>229</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. História do Século XX, p.11.

<sup>230</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Idem.

foram colonizadas pela França e Inglaterra.<sup>231</sup>

Nenhuma das guerras que ocorreram anteriormente a 1914 havia sido realizada com todas as grandes potências ou com todos Estados Europeus, “com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça”.<sup>232</sup>

Eric HOBSEBAWM constata que o mundo já havia vivenciado vários horrores que eram praticados durante os períodos de conflitos, mas o cenário da guerra dissipou o que já havia se vivido até então; “Paz” significava “antes de 1914”. Depois disso veio algo que não merecia este nome”.<sup>233</sup>

A historiografia registra que a Primeira Guerra Mundial iniciou com questões meramente das regiões européias, porém já havia ares de rivalidade entre as potências mundiais. Desde o fim do século XIX, com o desencadeamento da Revolução Industrial, surgiam necessidades impostas pelo novo cenário industrial. Quanto mais industrializado o país, mais necessários se faziam mão-de-obra e matérias-primas. Pois essa era condição natural e necessária à colonização de outros povos, a extração da natureza da matéria-prima para suprir as necessidades produtivas. As populações recebiam nas escolas ensinamentos da valorização da pátria, fomentando o espírito de luta. Todo esse cenário incitava as disputas entre os países para a corrida armamentista e as colonizações de outros povos como da África e da Ásia. Além dos países Europeus que ostentavam esses desejos de colonizações de outros povos com anseio de mais poder, também entram neste cenário com os mesmos ideais, os Estados Unidos e o Japão.<sup>234</sup>

Os Estados Unidos, nessa época, estavam se transformando numa grande potência e tinham interesse no império constituído pela Europa, principalmente o britânico.<sup>235</sup>

No início do Século XX havia um clima de rivalidades entre as grandes potências européias. O cenário era que a guerra viria, assim os países passaram a desenvolver seus exércitos e a iniciar a produção armamentista. Para uma garantia de vitória, os países passaram a fazer alianças a fim de fortalecer o seu país no momento do confronto.

---

<sup>231</sup> HOBSEBAWM, Eric. Era dos extremos. p.32.

<sup>232</sup> HOBSEBAWM, Eric. Ob. Citada, p.32.

<sup>233</sup> HOBSEBAWM, Eric. Idem.

<sup>234</sup> CONHECER 2000. Ob. Citada, p.58.

<sup>235</sup> RUSSELL, Bertrand. Crimes de Guerra no Vietnã, p.09.

Segundo Eric HOBBSBAWM como a França vinha se expandindo rapidamente na colonização de países da África e Ásia, a Alemanha aliou-se à Áustria-Hungria e à Itália com o propósito de paralisar essa expansão no ano de 1882, que ficou conhecida como a Tríplice Aliança:

França, Grã-Bretanha e Rússia de um lado, e as chamadas “Potências Centrais”, Alemanha e Áustria-Hungria, do outro, com a Sérvia e a Bélgica sendo imediatamente arrastadas para um dos lados devido ao ataque austríaco (que na verdade detonou a guerra) à primeira e o ataque alemão à segunda (como parte da estratégia de guerra da Alemanha). A Turquia e a Bulgária logo se juntaram às Potências Centrais, enquanto do outro lado a Tríplice Aliança se avolumaram numa coalização bastante grande. Subornada, a Itália também entrou; depois foi a vez da Grécia, da Romênia e (muito mais nominalmente) Portugal também. Mais objetivo, o Japão entrou quase de imediato, a fim de tomar posições alemãs no Oriente Médio e no Pacífico ocidental, mas não se interessou por nada fora de sua região, e – mais importante – os EUA entraram em 1917. Na verdade a sua intervenção seria decisiva.<sup>236</sup>

Bertrand RUSSEL, conta que o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, em Sarajevo, na Bósnia-Herzegovina, no dia 28 de junho de 1914 por um estudante sérvio, Gravilo Princip, que pertencia a um grupo terrorista, rompeu com a “chamada crise de julho de 1914” dando início ao conflito.<sup>237</sup>

Fernando VIANNA ainda acrescenta que este atentado foi motivado porque a Sérvia pretendia impedir o arquiduque de reorganizar o Império Austro-Húngaro com a inclusão de um reino eslavo. Antes disso a Áustria havia anexado as províncias que antes pertenciam aos turcos da Bósnia e da Herzegovina, o que provocou a reação da Rússia e da Sérvia.<sup>238</sup>

Para que fosse evitado o confronto de acordo com Paulo VIZENTINI era necessário que a Sérvia aceitasse algumas imposições do Império Áustria-Hungria. A Sérvia aceitou as exigências, exceto a de consentir indicações de cidadãos da Áustria-Hungria junto ao governo Sérvio no inquérito policial instaurado no assassinato do Arquiduque. Essa negativa eclodiu a guerra entre a Áustria-Hungria e a Sérvia no dia 28 de julho de 1914.<sup>239</sup>

---

<sup>236</sup> HOBBSBAWM, Eric. Ob. Citada, p.32.

<sup>237</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. História do Século XX, p.31-33.

<sup>238</sup> VIANNA, Fernando. Ob. Citada, p.601.

<sup>239</sup> CONHECER 2000. Ob. Citada, p.63.

A Alemanha apoiou o confronto com o interesse no enfraquecimento da Tríplice Entente<sup>240</sup>, a fim de criar um afastamento entre Grã-Bretanha, França e Rússia. A Rússia era contra a guerra provocada pela Áustria-Hungria, vindo a aproximar-se à França e à Inglaterra. A Rússia, temendo o confronto, colocou seu exército em alerta, inclusive contra a Alemanha. Não houve mais saída. “No dia primeiro de agosto de 1914 a Alemanha declarou guerra à Rússia e no dia três à França”.<sup>241</sup>

Conforme relatos da História, os países não queriam a guerra e, quando eclodiu, pensaram que duraria pouco tempo, porém foi terrivelmente sangrenta, arrastando-se pelo período de agosto de 1914 a novembro de 1918.<sup>242</sup>

A Alemanha tinha como estratégia derrotar a França e em seguida derrotar a Rússia. Inicialmente obteve seu intento, porém não contava com a superioridade da Rússia e o apoio da Inglaterra.<sup>243</sup>

A França, para suprir a sua necessidade de mão-de-obra, segundo Bertrand RUSSEL trouxe das regiões colonizadas, chineses e asiáticos. Esses povos entraram em contato com a sociedade e cultura francesa pelo legado da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade.<sup>244</sup>

Essas manifestações de ideais de liberdade incitavam os vietnamitas na busca da liberdade do seu povo, porém não foi nesse período que conseguiram o objetivo de descolonização.<sup>245</sup>

Na Grã-Bretanha, as mulheres que trabalhavam em suas casas ou como empregadas em casas de família, com a guerra foram trabalhar nas fábricas de armamentos bélicos no lugar dos homens.<sup>246</sup>

Paulo VIZENTINI dispõe que a Guerra foi se arrastando ao longo dos anos, com a entrada de mais países, como a Itália, que acabou derrotada pelos austríacos na batalha de Caporetto, no Oriente Médio. A Turquia declarou guerra

<sup>240</sup> Por Fernando Vianna: “Entente = acordo: Foi baseada na *Entente Cordiale* firmada a partir de 1904 entre a França e a Grã-Bretanha para tentar impedir o expansionismo da Alemanha, que tinha uma desenvolvida indústria química e uma grande produção de carvão no Vale do Ruhr”. (Manual Didático de Pesquisas, p.601).

<sup>241</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. História do Século XX, p.34.

<sup>242</sup> CONHECER 2000. Ob. Citada, p.62.

<sup>243</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Idem.

<sup>244</sup> RUSSELL, Bertrand. Crimes de Guerra no Vietnã, p.5.

<sup>245</sup> RUSSELL, Bertrand. Idem.

<sup>246</sup> DRUCKER, Peter, F. Ob. Citada, p.156.

aos países que faziam parte da Tríplice Entente, como também deflagrou guerra dentro da sua própria região para anexar países. A Arábia preferiu aliar-se à Inglaterra com o fim de obter apoio nas suas guerras internas. A Tríplice Entente, no ano de 1917, tornou-se poderosa na produção industrial, o que enfraquecia os outros países devido ao apoio recebido dos Estados Unidos. Os Estados Unidos até então não haviam entrado para a Guerra. A sua posição estrategicamente era melhor, uma vez que estava financiando a Tríplice Entente, o que lhe deixava numa situação confortável de credores. Mas o desgaste dos beligerantes era visível; assim, os Estados Unidos, em abril de 1917, resolveram declarar guerra à Alemanha. A Rússia enfrentou dentro do seu país, em novembro de 1917, uma revolução declarada pelos Bolchevistas, que culminou na queda do império dos czares. Com isso surgia a primeira manifestação para o nascimento de um regime socialista, incluindo reforma agrária, “nacionalização das grandes indústrias e bancos (inclusive estrangeiros) e, principalmente, propondo paz imediata, sem anexações ou indenizações”. A Rússia retirou-se da Guerra em 1918 pelo Tratado de Brest-Litovsk.<sup>247</sup>

Iniciou-se, portanto, uma série de fatos para que começasse a negociação pela paz. Além das revoltas dentro da Rússia, a própria Alemanha e a Áustria-Hungria, enfrentavam problemas internos de rebeliões deflagradas pela população e pelos soldados, que não agüentavam mais a guerra.<sup>248</sup>

Finalmente, no dia 11 de novembro a Alemanha assinou com os países da Tríplice Entente, a convenção de cessar fogo, chamada *Armistício de Compiègne*. Apesar da assinatura no tratado de paz, seguiram-se vários conflitos internos dentro da Europa.

Os Estados Unidos nessa época haviam adquirido hegemonia mundial no âmbito Industrial. Assim atraía-lhes a idéia de difundir na Europa e Extremo Oriente o ideal democrático e de livre comércio. No aspecto econômico era muito bom para o Estados Unidos que a Grã-Bretanha entrasse no confronto.<sup>249</sup>

---

<sup>247</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Ob. Citada, p.40.

<sup>248</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Idem, p.31-33.

<sup>249</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Idem.Ibidem.

No ano de 1931 iniciou-se uma série de conflitos entre regiões impulsionadas pelos países fascistas<sup>250</sup> culminando, em 1939, na Segunda Guerra Mundial.

Na Alemanha, de acordo com Fernando VIANNA o austríaco Adolf Hitler, em 1933, venceu as eleições parlamentares, tornando-se chefe do gabinete, criando tensão nos países europeus. Rompeu o Tratado de Versalhes ocupando vários “países e regiões vizinhas” como a Áustria, a Polônia e Tchecoslováquia. Desenvolveu a indústria bélica tirando a Alemanha da pobreza em que se encontrava devido à Primeira Guerra Mundial.<sup>251</sup>

Hitler defendia a superioridade do povo Alemão, motivando uma paixão nacionalista, exterminando o regionalismo. Reduziu ao silêncio as idéias dos intelectuais, destituiu a moral e a Igreja. Descrevia em sua obra “Minha Luta”, os seus ideais nazistas, na qual ficava claro que a raça alemã era uma raça superior. Fazia uma inversão de valores, pois considerava que sendo uma raça superior, tinha o poder de “dominar, escravizar e até exterminar povos inteiros”.<sup>252</sup>

Na perspectiva de Paulo VIZENTINI a perseguição de Hitler contra os judeus era uma resposta a este povo, porque eram considerados culpados pelos

---

<sup>250</sup> Por Paulo Fagundes Vizontini: “As propostas do fascismo Alemão e italiano são fundamentais para determinar-se o caráter da Segunda Guerra Mundial. A ideologia do fascismo italiano aglutinava-se em quatro postulados principais: o primado do Estado, que nega o indivíduo como instância política, defendendo um Estado forte e centralizado (segundo Giovanni Gentile, ideólogo do fascismo, totalitário); o primado do chefe, que procura legitimar a centralização da autoridade numa liderança unipessoal (“o Duce tem sempre razão”); o primado do partido, que se vincula às questões ideológicas propagandísticas e de mobilização popular, e finalmente o primado da nação, que constitui o elemento nacionalista e patriótico, destinado a conduzir a Itália ao nível das grandes potências mundiais, com fins expansionistas.”

“O fascismo católico apresentava, ainda que de forma um tanto difusa, as características nacionalistas, um sistema político centralizado geralmente unipessoal (embora em muitos casos sem partidos políticos), um forte clericalismo de aversão ao liberalismo e a todas as formas de socialismo, além de buscar uma organização corporativa para a sociedade. Entretanto, possui um caráter desmobilizador de massas, ao contrário do fascismo italiano e alemão. O fascismo católico implantou-se em países de periferia européia, de base agrícola, como Portugal, Espanha, Áustria, Hungria e Polônia. Seu caráter desmobilizador devia-se ao atraso da estrutura socioeconômica. Quanto ao fascismo alemão, ou nazismo, sua estrutura ideológica era bem mais complexa. O Partido Nazista, fundado em 1919 e liderado pelo austríaco Adolf Hitler a partir de 1921, era um movimento político contra-revolucionário e antiparlamentar: carecia de unidade ideológica e de uma base lógica, apoiando-se em fontes heterogêneas, tais como *A vontade da potência*, de Nietzsche, as teorias racistas de Gobineau e Chamberlains, a *Fé no destino*, de Richard Wagner, as teorias sobre a herança, de Mendel, a Geopolítica, de Haushofer, o neodarwinismo, de A.Ploetz, e *A decadência do Ocidente*, de Oswald Spengler. Assim, o nazismo apoiava-se em teorias nebulosas, românticas, místicas e medievais. Adotava uma postura reacionária, ao buscar no passado medieval ou ariano uma idade de ouro perdida. O obscurantismo do fascismo alemão pretendia destruir a civilização oriunda do Renascimento, do iluminismo e do liberalismo do século XIX. (História do Século XX. p.62-63).

<sup>251</sup> VIANNA, Fernando. Ob. Citada, p.602-603.

<sup>252</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Ob. Citada, p.64.

problemas gerados na Alemanha pelo “cristianismo, comunismo e o capitalismo financeiro (liderados pelos “judeus”, Jesus Cristo, Karl Marx e Rothschild)”.<sup>253</sup>

Hitler apoiava os japoneses que enfrentavam conflitos com a URSS e Estados Unidos. Era a estratégia do estadista promover mais conquistas de territórios. Analisava o poder de fogo da URSS que derrotou o Japão, o que lhe permitia preparar melhor o seu exército, pois seu objetivo era dominar as “regiões sob influência anglo-francesa”.<sup>254</sup>

A Segunda Guerra veio em continuação à primeira, carregando os mesmos problemas anteriores: as rivalidades entre as maiores potências capitalistas da época.

A Segunda Guerra eclodiu em 1º de setembro de 1939, perdurando até 1945. Dentre os motivos podem-se ressaltar novamente as alianças que se formavam: de um lado, a Alemanha, a Itália e o Japão formavam o “Eixo”, e a Rússia, a França e a Inglaterra formavam a “Tríplice Aliança”.<sup>255</sup>

Outro fator desencadeador da Segunda Guerra mundial para Paulo VIZENTINI foi a crise econômica de 1929 que solapou a Europa, devido à diminuição do mercado consumidor de todas as nações capitalistas.

Fernando VIANNA esclarece que a Alemanha, em seu projeto de expansão, queria a anexação de Dantzig, “o corredor polonês”, além de utilizar a linha férrea que passava pela Pomerânia. Assim, a Polônia, que não tinha como se defender, foi atacada pelo exército Alemão em 1º de setembro de 1939. Essa invasão desencadeou a ira da Inglaterra, que protegia a Polônia, declarando guerra à Alemanha. Em seguida a França aliou-se à Inglaterra nesse combate. Em junho de 1940, a Itália declara guerra contra a França e a Inglaterra.<sup>256</sup>

Enquanto a Guerra ocorria na Europa, conforme esclarece P. TAYLOR os Estados Unidos em agosto de 1941, pararam de fornecer produtos para o Japão, sendo que um dos principais produtos era o Petróleo, em represália à ocupação do Japão de países do sudeste da Ásia de interesse dos americanos, além de ocuparem as Filipinas, que pertencia aos Estados Unidos. Assim, de uma maneira indireta, os Estados Unidos declararam guerra ao Japão, que esperava rendição, porém não foi o que ocorreu. Em 7 de dezembro de 1941 os japoneses atacaram a

---

<sup>253</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Ob. Citada, p 64.

<sup>254</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Idem.Ibidem, p.84.

<sup>255</sup> VIANNA, Fernando. Idem.

<sup>256</sup> VIANNA, Fernando. Ob. Citada, p.92.

base americana do Havaí chamada de “Pearl Harbor”.<sup>257</sup>

Em 1943 foi a vez da Itália ser invadida pelos exércitos da Grã-Bretanha e Estados Unidos, culminando na queda de Mussolini.

A ofensiva soviética banuiu os alemães dos “países balcânicos e da Polônia até o início de 1945”. A guerra teve seu fim em 08 de maio de 1945 com a derrota final dos alemães e o suicídio de Hitler no bunker da Chancelaria Alemã.<sup>258</sup>

Para Paulo VIZENTINI o pior ainda estava por vir. A guerra deu o último suspiro de horror no dia 02 de setembro de 1945 com a inútil manobra militar, lançando as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki.<sup>259</sup>

### 3.2.2 As Sociedades Pós-Guerra

Após o estudo de algumas situações que deflagraram as duas grandes guerras, passa-se à análise do novo cenário econômico pós-guerra.

Abaixo, o trecho de um documentário sobre a Segunda Guerra Mundial escrito por Carolina ANDRADE:

A guerra acabou. As notícias dos jornais da época são como incontáveis flagrantes de uma grande tragédia. Mas só a história – a história e as estatísticas – consegue dar o balanço final. E cristalizar um frio monumento de horror, feito de números, cifras definitivas, irreparáveis: URSS: 20 milhões de mortos (dos quais, 7 milhões de civis); Estados Unidos: 405 mil mortos; Império Britânico: 466 mil mortos (dos quais 92 mil civis); China: 1 milhão e 300 mil mortos; França: 563 mil mortos (dos quais 350 mil civis); Polônia: 5 milhões e 800 mil mortos (dos quais 5 milhões e 657 mil civis, incluindo 3 milhões de judeus). O número total de judeus que morreu na perseguição nazista chega a 5 milhões e 700 mil. Do lado do “Eixo”, a Alemanha perdeu 4 milhões e 200 mil homens (entre os quais, 780 mil civis); a Itália: 395 mil mortos (dos quais 152 mil civis); o Japão: 2 milhões de mortos (700 mil civis).<sup>260</sup>

Izrael ROTENBERG sentencia que as manifestações armadas além do saldo de mortes e mutilações físicas não são os resquícios finais. Muitas seqüelas foram deixadas e outras abertas:

Assim, em pequenas pinceladas, conta-se como se iniciaram a ambição humana, as religiões, a escravidão do homem mais fraco pelo mais forte e as guerras. Por ignorância dos povos, a humanidade jamais se livrou da guerra, vivendo em perverso círculo vicioso.<sup>261</sup>

<sup>257</sup> TAYLOR, A.J.P. A Segunda Guerra Mundial, p.336.

<sup>258</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Ob. Citada, p.92.

<sup>259</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. Idem.

<sup>260</sup> ANDRADE, Carolina. Os últimos 10 dias da II Guerra. p.13.

<sup>261</sup> ROTENBERG, Izrael. História da Insensatez Humana. p.105.



A primeira Guerra Mundial estava tão impregnada de ódio quanto as que ocorreram em nome de “Deus”, ditas guerras religiosas na Idade Média. A Segunda Guerra Mundial quase que em seguida da primeira, veio somada de armas mortíferas, “sem contar com o desaparecimento de milhões de seres humanos e de lares, a destruição de tantas cidades e tantos esforços que foram orgulho da humanidade”.<sup>262</sup>

A Alemanha foi o país que mais ficou empobrecido, uma vez que foi responsabilizada pela Primeira Guerra Mundial, obrigada a ficar desarmada, perdeu os territórios que havia colonizado e reparações pecuniárias aos países atingidos. Assim toda a Alemanha sofreu com as conseqüências adquiridas pelo embate. A população passou fome, não havia emprego e os empresários perderam os seus negócios. O Tratado de Versalhes, ao qual se comprometera o governo alemão, foi rompido. Utilizou-se como argumento para essa ruptura a falta de condição de sobrevivência do país e do povo.<sup>263</sup>

P. TAYLOR também identifica que após a Segunda Guerra a Alemanha voltou a perder vários territórios que havia conquistado. Mesmo diante dessa nova catástrofe, o país não se abateu, conseguindo um desenvolvimento maior do que antes da guerra, o que prova que a Alemanha sofria de um mau governo.<sup>264</sup>

Para o mundo econômico de acordo com Fernando VIANNA o maior legado que a Segunda Guerra Mundial deixou foi a divisão do mundo em “dois blocos, como previu os marxistas para a Primeira Guerra Mundial: socialista e democrático (capitalista), a divisão da Alemanha, a decadência dos regimes totalitários e o início da emancipação das colônias africanas”.<sup>265</sup>

John GALBRAITH ressalta que além dessa divisão de sistema, também há um segundo divisor que se leva em conta; o desenvolvimento econômico dos países, denominado-os em desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Os países desenvolvidos são os denominados de potências mundiais como os Estados Unidos, URSS, Inglaterra, Alemanha e França. Os subdesenvolvidos, os países pertencentes às antigas colônias dos países desenvolvidos, que passam a ser

---

<sup>262</sup> ROTENBERG, Izrael. Ob.Citada, p.105.

<sup>263</sup> TAYLOR, A.J.P. A Segunda Guerra Mundial. p.66.

<sup>264</sup> TAYLOR, A.J.P. Idem.

<sup>265</sup> VIANNA, Fernando, Ob. Citada. p.603.

emancipadas como a África, ainda nesta categoria os países da América Latina. Tomam a frente nas discussões sobre o desenvolvimento econômico mundial, os países que se confrontaram nas duas grandes guerras como: Estados Unidos, URSS e os países da Europa. As discussões no Século XX são mais urgentes, uma vez que o processo de desenvolvimento é muito mais rápido do que o ocorrido nos séculos passados. Muda-se o tom do discurso de filosófico para o discurso objetivo concreto e científico.<sup>266</sup>

Para melhor visualizar-se esse cenário, apresenta-se a tabela exibida em 1964 por Simon KUZNETS, com a divisão dos blocos onde se pode vislumbrar as diferenças que se instalam na estrutura econômica mundial desse período pós-guerra, pelo “Produto Interno Bruto, população e produto Per Capita, Grupos amplos de países.”<sup>267</sup>

---

<sup>266</sup> GALBRAITH, John Kenneth. O Desenvolvimento Econômico em perspectiva, p.11-12.

<sup>267</sup> KUZNETS, Simon. Crescimento Econômico Pós-Guerra, p. 25-26.

| PAÍSES   | PIB<br>(Bilhões) | População<br>(milhões) | PIB (Per<br>Capita (\$)) | % TOTAL<br>MUNDIAL |                | PIB (Per<br>capita<br>relativo) |
|--|------------------|------------------------|--------------------------|--------------------|----------------|---------------------------------|
|  |                  |                        |                          | PIB                | Populaçã<br>o  |                                 |
| I – Países Desenvolvidos Não-Comunistas  |                  |                        |                          |                    |                |                                 |
| 1. Estados Unidos e Canadá<br>a. Estados Unidos  | 436,7<br>(406,5) | 192,0<br>(174,9)       | 2.274<br>(2.324)         | 37,7<br>(35,1)     | 6,7<br>6,1     | 567<br>580                      |
| 2. Europa Norte e Ocidental (inclui todos os países deste hemisfério exceto Irlanda com produto per Capita bem superior a \$700)   | 145,9            | 139,6                  | 1.045                    | 12,6               | 4,8            | 261                             |
| 3. Restante Europa (inclui a Austria, República Federal Alemã com Berlim Ocidental), Suíça, Itália, e o grupo designado “other Europe no Yearbook”, com renda per capita \$750, mas apenas com cerca de 0,2 milhões de habitantes.                   | 85,6             | 115,5                  | 742                      | 7,4                | 4,0            | 185                             |
| 4. Austrália e Nova Zelândia   | 14,9             | 12,1                   | 1.227                    | 1,3                | 0,4            | 306                             |
| 5. Japão   | 36,6             | 91,6                   | 400                      | 3,2                | 3,2            | 100                             |
| 6. Total, linhas 1-5   | 719,7            | 550,8                  | 1.307                    | 62,2               | 19,1           | 326                             |
| II – Países Comunistas   |                  |                        |                          |                    |                |                                 |
| 7. União Soviética   | 144,8            | 206,8                  | 700                      | 12,5               | 7,2            | 175                             |
| 8. Europa Oriental   | 68,9             | 114,8                  | 600                      | 6,0                | 4,0            | 150                             |
| 9. China   | 46,6             | 657,0                  | 71                       | 4,0                | 22,8           | 18                              |
| 10. Restante da Ásia   | 1,8              | 24,7                   | 71                       | 0,2                | 0,9            | 18                              |
| 11. Total, linhas 7-10   | 262,1            | 1.003,3                | 261                      | 22,7               | 34,8           | 65                              |
| III – Países Subdesenvolvidos Não-Comunistas   |                  |                        |                          |                    |                |                                 |
| 12. Europa (Grécia, Malta e Gozo, Chipre (incluídos no “Yarbook” no grupo Ásia), Portugal e Espanha.   | 14,4             | 47,7                   | 301                      | 1,2                | 1,7            | 75                              |
| 13. América Latina (inclui todos os países do Hemisfério Ocidental, exceto Estados Unidos e Canadá).   | 58,9             | 199,7                  | 295                      | 5,1                | 6,9            | 74                              |
| 14. Oriente Médio (inclui o Egito – no Yearbook aparece incluído na África), Aden, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Líbano, Muscat e Omam, Arábia Saúdita, Síria, Turquia, Iêmen e a restante Ásia, que aparece dominada pelo Kuwait e por Bahrain.    | 17,7             | 100,7                  | 176                      | 1,5                | 3,5            | 44                              |
| 15. Ásia Índia<br>“(É o que mostra o “Yearboob”, excluindo o Japão, Chipre e os países asiáticos mencionados nas notas à linha 14, mais o total indicado para a Oceânia, excluindo a Austrália e a Nova Zelândia (com uma população de 2,2 milhões). | 57,7<br>(27,6)   | 762,6<br>(411,9)       | 76<br>(67)               | 5,0<br>(2,4)       | 26,4<br>(14,3) | 19<br>(17)                      |
| 16. África (Total indicado, excluindo o Egito).  | 26,5             | 218,6                  | 121                      | 2,3                | 7,6            | 30                              |
| 17. Total, linhas 12-16  | 175,2            | 1.329,2                | 132                      | 15,1               | 46,1           | 33                              |
| I -Países Desenvolvidos – Não comunistas -<br>Total, linhas 1-5  | 719,7            | 550,8                  | 1.307                    | 62,2               | 19,1           | 326                             |
| II - Países Comunistas<br>Total, linhas 7-10   | 262,1            | 1.003,3                | 261                      | 22,7               | 34,8           | 65                              |
| III- Países subdesenvolvidos não-comunistas<br>Total, linhas 12-16   | 175,2            | 1.329,2                | 132                      | 15,1               | 46,1           | 33                              |

FONTES: O produto interno bruto total e per capita foi tirado das Nações Unidas, do *Yearbook of National Accounts Statistics*, 1962.

NOTA: "A única alteração feita foi nas estimativas do produto Per Capita e total para o Japão, pois chamou-nos a atenção o fato de que a estimativa Per Capita para 1958, \$285, comparada com \$464 para 1964, subestimava as realizações econômicas do Japão; por isso situamos em \$400. Os totais para a população foram calculados dividindo o PIB total pelo produto per capita".

Pela tabela apresentada, Simon KUZNETS demonstra o panorama econômico mundial do Pós-Guerra e as divisões ocorridas. Percebe-se que os países desenvolvidos detinham 62,2% da riqueza mundial. E conclui que os países desenvolvidos detinham um menor número populacional, mas com maior concentração de renda.

Salienta ainda, que os países desenvolvidos com a retenção do poderio econômico passaram de certa forma a ditar as regras de mercado, em relação aos países menos desenvolvidos.

Em 1945, na Inglaterra conforme Perry ANDERSON abre-se uma discussão provocada por Friedrich Hayek<sup>268</sup>, que apoiava o Partido Trabalhista Inglês, por sua obra “O Caminho da Servidão”, escrita em 1944, que esclarecia porque o Estado não podia ser um limitador nas relações do mercado, cuja consequência poderia ser “letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. Esse movimento atacava frontalmente o “Estado intervencionista e de bem-estar”, ou seja, a luta pela liberdade do mercado sem intervenção do Estado.<sup>269</sup>

Hayek transmitia a seguinte mensagem: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”.<sup>270</sup>

Em 1947 promoveu uma reunião na estação de Mont Pèlerin, na Suíça, contando com a presença daqueles que compartilhavam da sua ideologia neoliberalista como “Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eucken, Walter Lipman, Michael Polanyi, e Salvador de Madariaga. Desafiando o consenso oficial da época, argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si - pois disso precisavam as sociedades ocidentais”. Estas reuniões ocorriam a cada dois anos, a fim de debater e criticar as idéias keynesianas e de solidariedade. O grupo objetivava formar a base futura do capitalismo selvagem desprovidos de qualquer regra.<sup>271</sup>

Perry ANDERSON argumenta que somente em 1973 o neoliberalismo

---

<sup>268</sup> Friedrich Von Hayek: “Nascido e educado em Viena. Morou na Inglaterra e Estados Unidos. Em 1974 ganhou o Prêmio Nobel de Economia. Formado na Escola Austríaca, realizou Estudos sobre as flutuações econômicas e a teoria da moeda, sendo que sua principal contribuição reside na crítica do sistema de planificação central. Defende os valores de Economia Liberal. O seu estudo é o marco jurídico indispensável para criação e desenvolvimento de uma economia livre de mercado”. (Clássicos da Economia. Hayek. Disponível em: <http://www.planeta.terra.com.br>).

<sup>269</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo, p.9.

<sup>270</sup> ANDERSON, Perry. Idem.

<sup>271</sup> ANDERSON, Perry. Idem. Ibidem.10.

ganhou espaço devido à recessão gerada pelo sistema econômico adotado no pós-guerra. Não havia crescimento, altas taxas de juros e desemprego. Hayek e seus simpatizantes atribuíam esses problemas ao poder que detinha os sindicatos em sua luta por melhores salários, levando o Estado a gastar mais na parte social. Frente a esse cenário, o Estado tomou uma posição enérgica, tornando-se mais forte, combatendo o poder dos sindicatos, diminuindo radicalmente os gastos sociais, reduzindo a taxa de desemprego, “ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos”.<sup>272</sup>

Fritjof CAPRA, analisa que após “várias décadas” da nefasta Segunda Guerra Mundial, o modelo “keynesiano da economia capitalista”, surtiu efeitos bastante satisfatórios nas economias de vários países. Porém a partir de 1970 este modelo confrontou-se com diversas crises instaladas nas relações econômicas:

Os economistas keynesianos concentraram-se na economia internacional de cada país, desconsiderando os tratados econômicos internacionais e a rede comercial global que se tornava cada vez maior; esqueceram-se do imenso poder das empresas internacionais, que se tornaram os elementos principais da cena econômica mundial; e por último, mas não menos importante, ignoraram os custos sociais e ambientais das atividades econômicas, como ainda estão acostumados a fazer a maioria dos economistas. Quando a crise do petróleo abateu-se sobre os países industrializados no fim da década de 1970, junto com uma inflação galopante e um desemprego gigantesco, o impasse da economia keynesiana tornou-se evidente.<sup>273</sup>

Frente a essas crises era necessário tomar medidas para assegurar a estabilidade econômica e repensar o modelo keynesiano, continuando os estudos de Fritjof CAPRA, esse pensador descreve que :

O processo de reestruturação do capitalismo foi marcado pela gradativa anulação do contrato social entre o capital e o trabalho, pela desregulamentação e liberalização do mercado financeiro e por muitas mudanças empresarias criadas para incentivar a flexibilidade e a capacidade de adaptação. Realizou-se de modo pragmático, por tentativa e erro, e teve efeitos muito diferentes nos diversos países do mundo – desde os efeitos desastrosos da “*Reaganomics*” sobre a economia do EUA até a bem sucedida economia japonesa, passando pela resistência ao sucateamento do bem-estar social na Europa Ocidental. Mas, por fim a reestruturação do capitalismo impôs uma disciplina econômica comum aos países da nova economia global, através da atividade dos bancos centrais e do Fundo Monetário Internacional.<sup>274</sup>

Nascia e se desenvolvia lentamente para as décadas que viriam, um novo

<sup>272</sup> ANDERSON, Perry. Ob. Citada, p.11.

<sup>273</sup> CAPRA, Fritjof. As Conexões Ocultas: ciência para uma vida sustentável, p. 147.

<sup>274</sup> CAPRA, Fritjof. Idem.

sistema econômico afetando sobremaneira a sociedade. O primeiro país a praticar esse modelo foi a Inglaterra no ano de 1979, com o governo de Margareth Thatcher. Em 1980 pelo Presidente Reagan, em 1982 na Alemanha a queda de Helmut Schimidt por Khol acabando com o regime social liberal e em 1983 foi a vez da Dinamarca que entrou para o regime de direita do governo Schluter, desencadeando processos semelhantes nos demais países do norte da Europa, exceto Suécia e Áustria.<sup>275</sup>

Essa análise a respeito desse novo cenário econômico, remete ao mundo contemporâneo, na era da velocidade, e das informações. Seguindo os ensinamentos de Fritjof CAPRA: “No fim das contas, a Revolução da informática ajudou a trazer à luz uma nova economia global – um capitalismo rejuvenescido, flexível e enormemente ampliado”.<sup>276</sup>

Milton SANTOS caracteriza a contemporaneidade da seguinte maneira: “O mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade”, e argumenta:

Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade.

Do outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia, insuficientes. É a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel que vive a nossa era globalizada.<sup>277</sup>

Para Robert KURZ, o que impulsionou as transformações econômicas e sociais “não foi nem uma conciliação assimiladora de mercado e Estado nem um processo de transformação ontológica das sociedades industriais marcadas pelas ciências naturais, mas sim um colapso histórico”.<sup>278</sup> Esse pesquisador procura esclarecer que existe “uma base comum ameaçada” e que deve ser “procurada tanto além do paradigma da sociedade industrial como além da relação de mercado e Estado”.<sup>279</sup>

<sup>275</sup> ANDERSON, Perry. Idem. Ibidem.

<sup>276</sup> CAPRA, Fritjof. Ob Citada, p. 148.

<sup>277</sup> SANTOS, Milton. Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal, p. 17.

<sup>278</sup> KURZ, Robert. O Colapso da Modernização, p.20-21.

<sup>279</sup> KURZ, Robert. Idem,

Seguindo ainda a linha de raciocínio de Robert KURZ, identifica-se na modernidade a “*crise da sociedade de trabalho*”, que ao longo dos anos foi se formando e acrescenta: “Em sua forma especificamente histórica o trabalho nada mais é do que a exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas”.<sup>280</sup> Assim, esse pensador conduz à conclusão que o homem, na linha do tempo, passou pelas crises sociais devido à exploração do trabalho humano e as crises<sup>281</sup> materiais devido às explorações da natureza para obtenção de produtos, impulsionadas pelas relações econômicas estabelecidas em cada época. Pode-se dizer que, atualmente, além dessas crises que perduram no tempo, estamos enfrentando as crises tecnológicas com a exploração da manipulação individual.

Domenico de MASI em “A sociedade Pós-Industrial”, apresenta o pensamento de Edward Shils exposta em sua obra “*Mass Society and its Culture*”, de 1959, no qual defende o processo industrial, o qual segue transcrito:

Esta sociedade industrializada ou em via de rápida industrialização é “de massa” no sentido de que permitiu que a massa dos cidadãos se incorporasse à coisa pública e à gestão do poder em um grau jamais realizado anteriormente. Nela o cidadão é mais solidário com a coletividade e sente-se mais afim aos seus concidadãos; a autoridade perdeu todo o caráter carismático; a tradição exerceu sua influência em formas mais abertas a interpretações divergentes; os indivíduos gozam de maior dignidade; as minorias, os jovens, as mulheres adquirem maior destaque no contexto social; a “civilização” se realiza mais plenamente graças a formas de igualitarismo moral avançado; a cidadania plena atinge toda a população adulta; a tecnologia libertou o homem da fadiga física, fornecendo-lhe novos recursos “graças aos quais tornaram-se possíveis novas experiências sensoriais, de convivência e de introspecção”; as capacidades cognitivas, estéticas e morais dos indivíduos estão livres para realizar, já libertas do jugo da tradição, da escassez e da autoridade; a participação no poder é garantida graças à exigência de consenso nas decisões.<sup>282</sup>

No contraponto do pensamento de SHILS, têm-se outros críticos como C. MANUCCI, “*La Società di Massa*”, publicado em Milão no ano de 1967, que faz lembrar do poder de manipulação dessa sociedade de massa, por aqueles que detêm os avanços tecnológicos e a comunicação. A perda da “solidariedade privada dos filtros e das censuras necessárias para se defenderem das exigências dos consumidores de massa”:

<sup>280</sup> KURZ, Robert. Ob. Citada, p. 20-21.

<sup>281</sup> Crises econômicas para Jean Fourastié: “estado de constrangimento que resulta da ruptura de um certo ritmo na evolução de um fenômeno. Em matéria econômica esta ruptura afeta a produção e o consumo, isto é, o trabalho, as rendas, o nível de vida, etc”. (A Grande Esperança do Século XX, p.157).

<sup>282</sup> MASI, Domenico De. A Sociedade Pós Industrial. Tradução, p.20-21.

A manipulação estende-se progressivamente a zonas antes deixadas à privacidade do indivíduo ou do grupo; o isolamento e o caráter amorfo das relações sociais ameaça constantemente a liberdade individual; as comunicações entre os indivíduos passam com frequência cada vez maior pelo monopólio das elites; a sociedade atomizada e alienada está cada vez mais disponível para novas ideologias e cada vez mais vulnerável a novas formas de totalitarismo.<sup>283</sup>

Apesar dessa manipulação não se pode deixar de observar o que preleciona SHILS, conforme descrito acima. Após décadas de lutas travadas pelas classes operárias, houve outras conquistas como a redução da jornada de trabalho, respeito aos menores e às mulheres em relação às atividades laborativas, melhoria na qualidade de vida, a idade média de vida aumentou. Porém essa melhoria na condição social está atrelada ao mal do nosso século, que é o desemprego.<sup>284</sup>

Segundo Jean FOURASTIÉ além da crise da invasão do individualismo, o nosso tempo vive a crise do desemprego desencadeada pela automação e o fluxo crescente das comunicações. Vivemos os “excedentes de produção”.<sup>285</sup>

Pode-se observar que a civilização da era contemporânea passa a se defrontar com novos paradigmas econômicos e sociais, e para tanto se faz necessário buscar alternativas de enfrentamento das crises instaladas.

Marcos ARRUDA apresenta essas crises sociais, e os principais atores da seguinte forma:

Nos países que são chamados de “economia de mercado”, dois atores têm se alternado no poder: o setor privado e o Estado. O primeiro continua sendo o agente dominante da economia. Na forma de corporações transacionais, é também o ator mais dinâmico da globalização. E o mundo por elas liderado está em crise, uma crise maior que a que é sinalizada por meros indicadores econômicos. A busca de identidade e de um sentido para a existência humana, no plano subjetivo, caminha lado a lado com a busca de formas de organizar a economia e as trocas nacionais e internacionais que promovam o ser humano, respondam às (sic) suas necessidades fundamentais e gerem um equilíbrio dinâmico com o meio ambiente. Se espalha pelo mundo o sentimento sempre enraizado de que o setor privado hegemônico não consegue gerar um mundo de bem-estar e felicidade para todos e cada um dos cidadãos, povos e nações.

Por outro lado, a tentativa de colocar nas mãos do Estado a hegemonia das decisões e o controle total sobre a economia e a sociedade também se provou historicamente inviável e indesejável. Prova disso foi a implosão dos estatismos da Europa Central e Oriental entre 1989 e 1990.<sup>286</sup>

Identificando-se os novos paradigmas da era contemporânea, passa-se no último capítulo para a análise do Brasil que também enfrenta crises sociais e econômicas.

<sup>283</sup> MASI, Domenico De. Ob. Citada, p. 24-25.

<sup>284</sup> FOURASTIÉ, Jean. A Grande Esperança do Século XX, p.235.

<sup>285</sup> FOURASTIÉ, Jean. Idem, p.161.

<sup>286</sup> ARRUDA, Marcos. A outra economia, p. 220.



## CAPÍTULO 4

### O BRASIL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

#### 4.1 O BRASIL

##### 4.1.1 Colonização e Sistema de Governo

Desde o início deste trabalho procurou-se abordar as evoluções históricas religiosas, econômicas e das relações de trabalho, apresentando-se alguns fatos que influenciaram na formação social e econômica, como base para compreensão da era contemporânea.

Esse tópico vai seguir a mesma linha metodológica histórica, identificando os principais momentos históricos brasileiros.

A Europa foi escolhida propositalmente, uma vez que a Coroa Portuguesa foi a primeira a ocupar as terras brasileiras.

Raymundo FAORO recapitulando os anais históricos posiciona Portugal geograficamente no extremo oeste da Europa, localizada na Península Ibérica e banhada pelo Oceano Atlântico.

Portugal nasceu de várias batalhas de conquistas ocorridas na Península Ibérica, desde 300 anos antes de Cristo, e acrescenta:

Das ruínas do império visigótico, disciplinado e enriquecido pela cultura dos vencidos, dilacerado em pequenos reinos, gerou-se um mundo novo e ardente, que transmitiu sua fisionomia aos tempos modernos. Do longo predomínio da espada, marcado de cicatrizes gloriosas, nasceu, em direção às praias do Atlântico, o reino de Portugal, filho da revolução, da independência e da conquista.<sup>287</sup>

As lutas armadas perduraram do final do Século XI ao final do Século XIII, contra o “sarraceno e o espanhol”, quando finalmente Henrique de Borgonha casou-se com Dona Teresa, recebendo o Condado Portucalense, ainda submisso pelo sistema feudal do Reino de Leão e Castela.

---

<sup>287</sup> FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder, p.5.

Ainda FAORO:

A amálgama dos dois fragmentos – o leones e o sarraceno - ambos conquistados com esforçada temeridade, criou a nova monarquia, arrancada, pedaço a pedaço, do caos. Do elemento leones lhe vieram a armadura e a fisionomia, ao elemento sarraceno impôs seu molde, recebendo, de seu lado, vestígios guardados no caráter e no espírito.<sup>288</sup>

De acordo com Nelson SODRÉ, Portugal conquistou autonomia em 1140, por Afonso Henriques, descendente de Henrique de Borgonha e Dona Teresa. E foi este povo marcado por cinco séculos de conflitos armados, que aportou e tornou-se dono das terras brasileiras.<sup>289</sup>

Mary PRIORI e Renato VENANCIO contam que em 1494 o Papa ajustou a divisão das áreas entre a Coroa Portuguesa e Espanha, que foi chamada de Tratado de Tordesilhas, estabelecendo uma linha imaginária, que passava 370 léguas a oeste das Ilhas do Cabo Verde. Portugal ficou com as terras a leste da linha, localização geográfica das terras brasileiras e a Espanha; a oeste. Em 1498, Duarte Pacheco, antes mesmo da data oficial do descobrimento do Brasil, em missão secreta de reconhecimento, determinada pela Coroa Portuguesa, já havia aportado nas terras brasileiras. Pedro Álvares Cabral oficialmente declarou posse das terras brasileiras em 22 de abril de 1500 (Século XVI). Sua missão no Brasil tinha dois objetivos: o primeiro era implantar um posto de coleta de explorada especialmente as especiarias<sup>290</sup>.

<sup>288</sup> FAORO, Raymundo. Ob. Citada, p. 5.

<sup>289</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil, p.6.

<sup>290</sup> As necessidades das colonizações européias por Nelson Werneck Sodré: “A Europa do Século XV iria assistir, realmente, à especialização de zonas geográficas inteiras e extensas, e distanciadas umas das outras. Para compreender com clareza o caráter daquela ampliação, é necessário ter em conta as características que o ocidente europeu apresentava, na época: A Europa produzia, então, os gêneros indispensáveis a subsistências de suas populações, os produtos da terra quase não eram objeto de troca. A resposta que deve ser dada a tais características, para que elas não entravam a ampliação que vai ter lugar, e que condiciona o alargamento do mercado mundial e a divisão ampla do trabalho no campo, consistiria em: Proporcionar ao mercado europeu o que a Europa, por condições ecológicas, não podia produzir, ampliar o mercado de consumo para os produtos da terra, desenvolvendo a sua participação nas correntes de troca. Esse mecanismo é que permite o desenvolvimento do comércio de especiarias, abrindo perspectivas ao de alimentício e ao de matérias-primas. Trata-se, em primeiro lugar, de aproveitar as condições ecológicas das zonas ultramarinas conquistadas para o comércio direto ou apossadas ou colonizadas.” (Formação Histórica do Brasil, p.28).

E, a segunda missão em solo brasileiro era a propagação da fé católica junto aos povos que habitavam essas terras, denominados indígenas<sup>291</sup>.

Por essa segunda missão, pode-se verificar a influência da Igreja Católica em Portugal, país favorável à “Contra-Reforma” estabelecida pela Igreja Católica, sendo esta a doutrina religiosa pregada em solo brasileiro.

Os portugueses, durante trinta anos, procuraram manter a forma de vida dos indígenas inalterada para que pudessem contar com a colaboração na extração das riquezas naturais. Estabeleciam com os indígenas uma relação de troca dessas riquezas por utensílios agrícolas ou artefatos de pequeno valor.<sup>292</sup>

Em dezembro de 1530, a Coroa Portuguesa decidiu oficializar a colonização<sup>293</sup> do Brasil com a vinda de portugueses que deveriam fundar as cidades e modificar a relação amigável mantida até então com os indígenas,

---

<sup>291</sup> Narrativa de Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio sobre os povos que habitavam as terras brasileiras antes da chegada da esquadra portuguesa: “Especulações arqueológicas recentes, com base em restos de fogueiras pré-históricas, sugerem que, há cinquenta mil ou quarenta mil anos, grupos humanos adentraram a serra da Capivara, no Piauí. Outras datações, mais aceitas, avançam esse limite para dez ou nove mil anos antes de Cristo. Qualquer que seja o marco cronológico escolhido, vestígios materiais indicam a existência de uma cultura indígena instalada em solo brasileiro milhares de anos antes da chegada de Cabral, cultura que soube adaptar-se aos recursos naturais disponíveis, desenvolvendo grande variedade de artefatos capazes de garantir sua sobrevivência” (O Livro de ouro da História do Brasil, p.26).

<sup>292</sup> PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. Ob. Citada, p.30.

<sup>293</sup> Raymundo Faoro esclarece as reais intenções da Coroa Portuguesa em relação à colonização do Brasil: “A colonização foi obra do Estado, como as capitânias representaram delegação pública de poderes sem exclusão da realeza. Na verdade, o açúcar aparece palidamente nos preparativos e debates acerca da colonização. A famosa carta do Dr. Diogo de Gouveia, escrita em 1532, faz supor que a colonização não se vincula aos engenhos, mas aponta para a defesa do pau-brasil, o mais importante aspecto do comércio da coroa, cobiçado belicosamente pelos franceses. “Mas não era só a defesa ocasional da colônia ameaçada”. – escreveu equivocadamente Paulo Merea – “que a Coroa deste modo garantia, era a sua exploração e aproveitamento, o seu desenvolvimento econômico e a formação de uma nova sociedade, ideal, que alguns anos atrás não se antolharia ao espírito dos governantes, mas que nesta altura, sobretudo depois do ensaio magnífico de Martim Afonso, se oferecia com irresistível sedução. O que se conhecia do país era já mais que suficiente para convencer os nossos estadistas de que, em vez de uma simples série de feitorias para o tráfico de artigos de somenos valor, o futuro de grande colônia estava no seu povoamento em larga escala e desde já no seu aproveitamento agrícola pela transplantação dos processos experimentados nos arquipélagos adjacentes”. Na mesma seqüência, o processo revelaria outra tradição, duvidosamente feudal: “A descoberta do Brasil enquadra-se no grande programa marítimo e comercial inaugurado pela viagem de Vasco da Gama. A colonização da vasta terra americana afastou-se, porém, das normas comerciais e burguesas do primeiro século do imperialismo português para reviver os métodos de como que autocolonização aristocrática e agrária, aplicados no próprio Portugal ao território reconquistado aos mouros. ...Só em nova fase de atividade portuguesa – a propriamente colonizadora, a do fim do século XVI e parte do Século XVII – o Brasil teria força de trunfo no jogo das competições imperialistas das nações européias. Essa transformação, em virtude de repentina valorização do açúcar nos mercados aristocráticos e burgueses da Europa. A colonização brasileira – especialmente o regime das donatárias – traria a revivescência de métodos anteriores à revolução de Avis, métodos empregados e revigorados nas ilhas atlânticas”. (Ob. Citada, p. 92-93).

nascendo com a colonização outro sistema social, com imposições da cultura européia.

A fundação da cidade de São Vicente em 22 de janeiro de 1532, por Martin Afonso, cidade atualmente localizada no litoral do Estado de São Paulo, é considerada o marco inicial desse período de colonização.

Conforme os anais históricos, no período de 1534 a 1536, fundam-se as Capitanias Hereditárias, em número de 15. Cada Capitania doada representava 60 (sessenta) léguas de costa. Os homens<sup>294</sup> agraciados pela Coroa Portuguesa ao recebimento das Capitanias recebiam dois documentos oficiais legais da Coroa Portuguesa. O primeiro documento era uma Carta de Doação de 10 de março de 1534, que concedia a esse possuidor o direito de transmiti-la a seus filhos, porém não tinha a permissão de venda, que continuava sob o julgo monárquico. O segundo documento era a Carta Floral de 24 de setembro de 1534, que estabelecia os direitos e os deveres sobre as terras. A esse possuidor era concedido todo o direito legal de mandatário, porém também tinha o dever de fazer com que as terras se tornassem prósperas. As Capitanias foram oficialmente extintas no ano de 1759. Essa extinção ocorreu porque várias das capitanias não conseguiram o objetivo de produzir cana-de-açúcar, devido até a problemas de solo. Outro fator era a distância entre as Capitanias que dificultava a comunicação.<sup>295</sup>

De acordo com Nelson SODRÉ a colonização trazia o grande problema de quem iria realizar o trabalho. Era necessária a mão-de-obra para exploração das terras, conforme exigido na Carta Floral, e acrescenta:

Do ponto de vista da mão-de-obra, o problema apresentava as saídas seguintes:

- A colonização não tinha condições para apoiar-se no trabalho assalariado, por impossibilidade originária e pelo alto custo que acarretaria à produção,
- A colonização poderia enfrentar a hipótese da escravização dos elementos locais, os indígenas, embora esses não fossem numerosos e agrupados,

---

<sup>294</sup> Os homens indicados por D. João III, rei de Portugal, para serem os donatários das Capitanias por Mary Del Priori e Renato Pinto Venâncio: "Aqueles eram selecionados entre funcionários da Coroa, veteranos ou negociantes, que tinham feito fortuna no Oriente. Dentre seus direitos e deveres, constavam não lesar a população, aceitar impostos em espécie, pagar a Coroa o quinto sobre pedras preciosas e ouro encontrados e pertencer à religião Católica. Deviam prover prosperidade para suas capitanias, beneficiando, ao mesmo tempo, a Coroa. Vinham para cá com seus parentes e afins, como foi o caso de Duarte Coelho, em Pernambuco. As capitanias também recebiam degredados, alguns condenados pela justiça secular, outros pela Inquisição. Embora tenha havido alguns que respondessem por nome nobre, a maioria recebia alcunhas, o *Cobra*, a *Cavala*, a *Má Carne*, evocando sua rude condição de artesãos, agricultores e domésticos. Eram os "indesejáveis do Reino", sobretudo, bígamos e feiticeiras. Vir sentenciado para a América portuguesa era considerado pena árdua, era destino malfadado". (Obra Citada, p.31-32).

<sup>295</sup> História do Brasil. Revista do CD-Rom, nº 106, *compact disc*.

- A colonização encontrava no tráfico negreiro, como atividade organizada, a solução natural, pela coação ao deslocamento que a situação de escravo trazia implícita.

A solução do indígena acalentada pelos que sabiam das relações cordiais entre europeus e silvícolas, na fase da feitoria, mostrou, na prática, a sua inviabilidade para a produção em grande escala. Foi tentada, entretanto, de início, alterou a base em que se mantinham aquelas relações e atravessou os tempos, em zonas secundárias de produção ou em períodos transitórios nas demais. Desde que a exploração colonial atingiu nível compatível com a compra de escravos africanos, o tráfico representou a saída para o problema da mão-de-obra.<sup>296</sup>

Os primeiros negros conforme demonstram os estudos de Raymundo FAORO foram trazidos da África para serem usados como mão-de-obra escrava em abril de 1549, por Tomé de Souza. Os negros eram trazidos de diversas regiões africanas como Guiné, Congo e Moçambique. Os negros no Brasil permaneceram escravos até o estabelecimento da Lei Áurea em 1888. No ano de 1887 os negros, inflados pelos movimentos abolicionistas, iniciaram fugas dos cativeiros, em especial no interior do Estado de São Paulo. Os donos das fazendas recorreram ao governo imperial para que os militares reouvesssem as suas propriedades humanas negras, porém, nessa época, os militares iniciavam tranquilamente a queda da monarquia. Marechal Deodoro ansiava em participar das eleições para o Senado no Rio de Janeiro em 17/07/1887. O fim da escravidão era eminente, vindo em direção a novos interesses políticos e também agrários. A elite agrária via o negro como uma carga dispendiosa, era necessário alimentá-lo, mantê-lo vivo. Para as futuras lavouras de café, o melhor era uma mão-de-obra livre e auto-sustentável:

A abolição fazia-se de cima para baixo, não pelo ofício dos Senadores, Conselheiros e Viscondes, mas pela espada. Rui Barbosa reconhecia que o regime servil fora extinto pelas" forças indisciplinadas e extraleais, sob a proteção das baionetas, que identifica a nação mobilizada.<sup>297</sup>

A Coroa Portuguesa interessada em manter um maior controle sobre a Colônia, já que os Capitães possuidores de terra eram detentores de grande poder, instalou em 1548 o Governo-Geral, tendo indicado como primeiro governador Geral Tomé de Souza (1549-1553) e no período de (1553-1558), Duarte da Costa.

Em 1822 o Brasil tornou-se independente de Portugal, porém com o governo nas mãos do príncipe regente D. Pedro I. A independência declarada em 07 de setembro de 1822 na verdade nada alterou nas dominações instaladas pelos aristocratas proprietários de grandes glebas de terras. Na verdade, "O Dia do Fico",

<sup>296</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Ob. Citada, p.46.

<sup>297</sup> FAORO, Raymundo. Ob. Citada, p.92-93.

foi estrategicamente articulado pelos homens que garantiram ao Príncipe Regente a manutenção do seu poder. Esse fomento político já vinha se instalando desde 1812 com a abertura dos portos, eclodindo novas necessidades para a economia.

Em 1889 o Brasil, frente às crises produzidas pela monarquia desde 1880, não conseguiu sustentar as pressões políticas geradas pelos abolicionistas e militares e as econômicas impulsionadas pelos cafeicultores.

Surgem novos ideais econômicos que não coadunavam com o regime monárquico. Além desse fator, os militares também tinham grande interesse na derrocada da monarquia. Havia ainda a necessidade da substituição da mão-de-obra escrava pelos imigrantes, rompendo uma nova forma de relação de trabalho. Todos esses eventos levaram, finalmente, ao fim do regime monárquico.<sup>298</sup>

Também nesta linha evolutiva far-se-á um breve resumo pelo quadro retratando os principais fatos da governabilidade brasileira a partir de 1889:

---

<sup>298</sup> História do Brasil. Revista do CD-Rom, nº 106, *compact disc*.

| <b>1889</b><br><b>Nem a elite aceita</b><br><b>sucessor</b><br><b>estrangeiro</b>  | <b>1930</b><br><b>Cisão no poder,</b><br><b>desmanche café</b><br><b>com leite.</b>  | <b>1937</b><br><b>Farsa de Getúlio</b><br><b>afasta dissidentes.</b>   | <b>1945</b><br><b>Vargas busca apoio</b><br><b>de baixo, mas é</b><br><b>golpeado.</b>   |
|--|--|--|--|
| <p>- A crise do escravismo tirou a base de sustentação da Monarquia.</p> <p>- Os favores do governo aos fazendeiros fluminenses e nordestinos levaram os cafeicultores paulistas à oposição.</p> <p>- O impasse sucessório, devido ao casamento da princesa Isabel com um francês, agravou o quadro: o Império não resistiu.</p> <p>De volta, Getúlio adota medidas nacionalistas (criação da Petrobrás) e populares (aumento de 100% no salário mínimo). A UDN, com Lacerda à frente, lidera a oposição. A campanha anti-Vargas está no auge: é acusado de corrupção. Lacerda sofre atentado. Juarez Távora e generais exigem a renúncia do Presidente. Getúlio se suicida.</p> | <p>- República Velha. Domina a política um acordo entre as oligarquias de São Paulo e Minas que se revezam no poder.</p> <p>- A crise econômica dificulta a acomodação dos interesses.</p> <p>Washington Luis impõe o paulista Julio Prestes como sucessor, preterindo os mineiros. Desmorona o “café com leite”.</p> <p>A direita não conseguiu impedir a posse de Goulart, mas obtém o parlamentarismo. No poder, Jango restaura o presidencialismo e tenta um governo nacionalista e de reforma sociais. Sofre forte oposição conservadora. A paralisação dos investimentos leva a crise. Jango acelera as reformas. É deposto.</p> | <p>O medo de comunismo é explorado pelo governo desde a frustrada insurreição de 1935. Getúlio guarda uma constituição ditatorial. O Plano Cohen, forjado pelo capitão integralista Olympio Mourão.</p> <p>Os militares monopolizam o poder, até civis que participaram do golpe estão alijados, como Carlos Lacerda. A mobilização estudantil, os focos da luta armada contra o regime e a resistência da Câmara em suspender imunidades parlamentares são pretextos para o AI-5, que consolidara a ditadura.</p> | <p>Com o fim da Segunda Grande Guerra, crescem no Brasil os movimentos democráticos, que conquista anistia, liberdade de imprensa e de organização partidária. Getúlio tem ainda apoio popular e tenta prolongar seu governo. Para contrabalançar a influência americana, aproxima-se da esquerda. Mais um pretexto para o golpe.</p> <p>Inflação de 200% ao ano, dívida externa de US\$ 100 bilhões, 4 milhões de desempregados, o regime enfrenta enormes dificuldades. Encerrado o ciclo dos presidentes militares, quatro civis do partido governista disputam a sucessão. As oposições controlam dez governos estaduais e querem eleições diretas para a Presidência,</p> |

FONTE: Retrato do Brasil. Política/História: As grandes crises da República (1889-1984), p. 14-16.

Continuação do quadro (1985-2004)

| <b>1985</b><br><b>Fim do regime militar</b>  | <b>1988</b><br><b>Promulgada a 7ª Constituição do Brasil</b>  | <b>1990</b><br><b>Governo de Fernando Collor de Mello</b>  | <b>1994</b><br><b>Plano Real, eleição de Fernando Henrique Cardoso</b>  | <b>1995 até 2004</b><br><b>Reeleição de Fernando Henrique e o Governo Lula</b>   |
|--|---|--|---|--|
| Tancredo morre, e assume a presidência José Sarney. Termina a ditadura militar e se inicia um período de transição, quando dois problemas se apresentam: o combate à inflação e a redemocratização do País. Do ponto de vista político foi organizada uma assembleia constituinte, que retomou os princípios de liberdade, e garantia de direitos individuais. | A Constituição aprovada em 1988 e considerada a mais moderna na história do Brasil, garantindo um conjunto de direitos sociais e trabalhistas, assim como os direitos políticos, passou a ser chamada de "Constituição Cidadã". | O seu curto período no governo (1990-1992), foi determinante para a inserção do Brasil nos quadros da globalização, com a adoção do modelo neoliberal, caracterizada entre outras coisas pelo processo de privatização. Com um discurso de modernização, mais uma vez a economia do país se viu subordinada à política do FMI. | Com o Impeachment de Collor em 1992, assumiu a presidência Itamar Franco. Procurou combater a inflação que não surtiu efeito. O ministro Fernando Henrique instituiu o Plano Real reduzindo a inflação e instituiu uma moeda equiparada ao dólar. Essas medidas foram os principais fatores para a sua eleição. | Fernando Henrique foi reeleito para o período de 1998 até 2002. Esse período é marcado pela política de desvalorização do real frente ao dólar. O país fecha acordo com o FMI e obtém empréstimo de 41,5 bilhões de dólares. Luiz Inácio Lula da Silva, na sua 4ª tentativa, chega à Presidência da República. |

FONTE: Retrato do Brasil. Política/História: As grandes crises da República (1889-1984), p. 14-16.

A retrospectiva histórica brasileira conduz à reflexão sobre os nossos antepassados que aportaram no Brasil carregados da cultura medievalista que estava em franco declínio na Europa. Este legado maléfico contribuiu na formação da cultura social brasileira bem como para a governabilidade do país.

Nelson SODRÉ retrata o Brasil, a partir de 1929, dizendo que ocorre uma troca de "mãos"; já que o Brasil em 1824 solicita o seu primeiro empréstimo no valor de três milhões de libras e não parou mais. No final do regime monárquico o seu endividamento era de 30,4 milhões de libras:

Os Estados Unidos vinham sendo já os fornecedores dos empréstimos externos. A política brasileira consiste em acompanhar as orientações norte-americanas. Os capitais americanos dominam, desde então, a comercialização, sendo já absolutos na distribuição. Os bancos são agências de especulação financeira, controlando a exportação, uma vez que retêm a massa de cambiais. Instalados no interior, os capitais estrangeiros voltam-se agora para



novas matérias-primas.<sup>299</sup>

Euclides MANCE seguindo a retrospectiva do endividamento brasileiro conclui as conseqüências geradas para o país principalmente na área social:

Com efeito, como as reservas cambiais do país haviam diminuído nas últimas décadas, as várias equipes econômicas que se sucederam no Governo Brasileiro recorreram ao FMI, que concedeu empréstimos ao país exigindo a geração de superávits primários, isto é, que o Governo gastasse menos do que o arrecadado para, com a diferença, saldar progressivamente o pagamento da dívida pública. A fim de assegurar-se esses superávits, os sucessivos governos vieram, nas últimas décadas, cortando despesas, inclusive nas áreas sociais. No último período, embora tenha-se intensificado o volume em pagamentos da dívida, as reservas cambiais do país cresceram ultrapassando a casa dos US\$ 50 bilhões.<sup>300</sup>

Pode-se então dizer que o endividamento brasileiro é um dos fatores que contribuíram para a geração de desigualdades sociais.

Tarcisio ARAUJO e Roberto LIMA analisam que “uma questão-chave no ambiente socioeconômico do país se situa no lado distributivo”, nessa perspectiva esses pensadores destacam como fontes principais geradoras das desigualdades sociais brasileiras os seguintes eventos históricos:<sup>301</sup>

a) em decisões alocativas concernentes a terra, trabalho e subsídios ao capital na era colonial, na expansão cafeeira de meados do século XIX, na arrancada industrial a partir de 1930, e em estratégicos momentos de planejamento do desenvolvimento industrial brasileiro; b) na implantação de um modelo para o campo que, sem alterar a estrutura fundiária, impediu a criação de um segmento rural de pequenas e médias propriedades que constituísse uma agricultura moderna, ao lado do grande empreendimento agrícola voltada para o mercado interno ou para exportação; c) na forma descompromissada como segmentos das elites se relacionam com o Estado e com a coisa pública. Sobre tal base, a interligação entre desigualdade e crise social no Brasil se cristaliza em um quadro de crescimento nos termos de uma industrialização tardia, em que o Estado teve de assumir papel central para consolidar a industrialização brasileira em cinco décadas. Refém de uma matriz tecnológica originada nos países centrais e poupadora de mão-de-obra num contexto de abundante oferta de trabalho – sem que o Estado empreendesse reformas estruturais básicas de natureza distributiva – a economia brasileira manteve seu dinamismo com um modelo essencialmente concentrado. Num contexto em que – mesmo nas melhores experiências de planejamento – sempre predominou a visão de curto prazo, distribuição sempre foi algo a ser enfrentado de forma tópica, via políticas assistencialistas que redundam em programas de caráter essencialmente compensatório.

Nas próximas sessões passa-se a analisar algum desses fatores que contribuíram para as crises sociais brasileiras, principalmente o desemprego.

<sup>299</sup> SODRE, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil, p.215.

<sup>300</sup> MANCE, Euclides André. Fome Zero e Economia Solidária, p. 55.

<sup>301</sup> ARAUJO, Tarcisio Patrício de; LIMA, Roberto Alves. Política Social Preventiva, p. 85.

#### 4.1.2 As Relações Trabalhistas

Primeiramente analisa-se o processo de industrialização<sup>302</sup> brasileira propiciando o trabalho subordinado.

Láudio FABRETTI ensina que as atividades comerciais só passaram a ter regulação legal a partir da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 com a publicação do Código Comercial. Anteriormente a mercancia era subordinada as legislações portuguesas, “ou seja, as Ordenações do reino, que foram, sucessivamente, as Ordenações Manuelinas e, por último, as Filipinas”.<sup>303</sup>

As indústrias no período colonial de acordo com Maria LEOPOLDI compreendido entre 1881 e pós-colonialismo, 1931, eram dotadas de um “associativismo privado”, isto é, as empresas estavam sendo formadas por associações industriais, mais especificamente em São Paulo e Rio de Janeiro, com caráter “protecionista” e esclarece as aspirações desses empresários:

Querem um Estado que defenda a indústria nascente através da política tarifária. Inspiram-se nos modelos de industrialização dos Estados Unidos e da Alemanha. É nessa fase que se dá a construção progressiva da identidade de classe, a partir da conscientização dos conflitos interclasse (com o comércio importador) e do aprendizado de convivência com um mercado de trabalhadores livres e imigrantes. Esse é também o momento de familiarização das indústrias com os corredores do poder, especialmente com o Congresso, onde era decidida a política tarifária.<sup>304</sup>

Ainda neste seara Werner BAER identifica que no ano de 1820 o Brasil importava produtos dos Estados Unidos e de outros países europeus. Essas importações implicavam um alto custo tarifário, como se observa em 1828, cuja taxa era de 15%. Em 1840 as taxas praticamente dobraram impulsionando o Brasil

---

<sup>302</sup> Wilson Cano explica o termo industrialização: “Em primeiro lugar, o termo industrialização significa o resultado de um processo de acumulação de capital através do qual a economia passa a contar com as bases especificamente capitalistas de produção, isto é, que produz não somente os meios de reprodução da força de trabalho, mas também produz os meios de produção necessários à reprodução de seu sistema produtivo. Quando isso se dá, dizemos também que efetivamente é essa indústria que comanda o processo de acumulação, e que o investimento autônomo é o principal determinante da renda e do emprego”. (Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil, p.77).

<sup>303</sup> A história do Direito Comercial no Brasil, por Láudio Camargo Fabretti: “A verdadeira história de nosso Direito Comercial inicia-se com a vinda para o Brasil da família real portuguesa e a decretação da Lei de Abertura dos Portos ao comércio internacional: até então, só se podiam importar e exportar mercadorias para Portugal, a fim de resguardar o monopólio do colonizador”. (Direito de Empresa no Novo Código Civil, p19).

<sup>304</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Repensando o Estado Novo, p.124.

a criar várias indústrias têxteis.<sup>305</sup>

Werner BAER argumenta que frente a esse surto industrial, o Governo implantou uma política que beneficiava os industriais que tinham interesse em trazer máquinas e matérias-primas de outros países com a prática de isenção ou redução de impostos. E demonstra pelo quadro o número de fábricas da indústria têxtil algodoeira instaladas no Brasil timidamente a partir de 1853 e chegando a um número considerável de indústrias em 1948.<sup>306</sup>

| ANO  | Numero de fábricas | Operários | Produção<br>(1.000 Metros) |
|------|--------------------|-----------|----------------------------|
| 1853 | 8                  | 424       | 1.210                      |
| 1866 | 9                  | 795       | 3.586                      |
| 1885 | 48                 | 3.172     | 2.595                      |
| 1905 | 110                | 39.159    | 242.087                    |
| 1915 | 240                | 82.257    | 470.783                    |
| 1921 | 242                | 108.960   | 552.446                    |
| 1925 | 257                | 114.561   | 535.909                    |
| 1929 | 359                | 123.470   | 477.995                    |
| 1932 | 355                | 115.550   | 630.738                    |
| 1948 | 409                | 224.252   | 1.119.738                  |

FONTE: Stanley Stein. *The Brazilian cotton manufacture*. Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1957, p.191.

Werner BAER analisando o quadro demonstra o alto crescimento no período compreendido entre 1853 até 1948, intensificando-se no início de 1905, devido à mão-de-obra imigrante que se instalou no Brasil a partir do momento em que os escravos foram libertados. Os cafeicultores propiciaram o desenvolvimento com essa nova relação de trabalho: a troca da colheita nas plantações cafeeiras por dinheiro. A mão-de-obra livre imigrante, como a população que se desenvolvia, necessitava de bens de consumo como os “produtos têxteis, roupas, calçados, e indústrias alimentícias”.<sup>307</sup>

Werner BAER destaca que o Brasil não teve fortes declínios industriais nos períodos das duas grandes guerras ocorridas em 1914-1918 e 1939-1945:

O efeito exercido pela Primeira Guerra Mundial não foi o de expandir e mudar a capacidade

<sup>305</sup> BAER, Werner. *A Economia brasileira*, p.41.

<sup>306</sup> BAER, Werner. *Idem*, p.42.

<sup>307</sup> BAER, Werner. *Idem*. *Ibidem*, p.43.

produtiva do Brasil, mas sim de aumentar a utilização da capacidade de produção de artigos têxteis e alimentícios originados antes da guerra. O aumento da produção serviu principalmente para suprir a economia doméstica carente de importações, mas alguns produtos têxteis eram exportados para Argentina e África do Sul e vários países latino-americanos receberam açúcar e carnes congeladas. A quantidade dessas exportações, entretanto, era muito pequena, principalmente se comparada com as realizadas durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>308</sup>

Milton FURTADO também nesta análise apresenta os efeitos do período da Primeira Guerra Mundial para o Brasil, da seguinte forma:

A conflagração mundial interrompeu o surto de crescimento da economia brasileira, iniciado em 1903 e mais intenso no período de 1910-1912. A eclosão do conflito provocou, de início, déficit da balança comercial e interrupção da entrada de capitais estrangeiros. Apesar das dificuldades financeiras de restrições internas e das limitações impostas pela guerra, o governo conseguiu executar as obras essenciais à infra-estrutura econômica, principalmente nos setores ferroviário e portuário, com emissões de moeda.<sup>309</sup>

No século XIX, o Governo implantou políticas monetárias para que fossem valorizadas as taxas cambiais por medidas de contenções dos gastos públicos e “expansão da moeda”, o que gerou uma “forte recessão” no período de 1897-1905. Essa valorização da taxa cambial tinha como objetivo sanear as indústrias que procuravam impulsionar a queda da moeda nacional, com isso gerando preços mais competitivos frente aos produtos importados.<sup>310</sup>

Na década de 30, o setor cafeeiro viveu a sua depressão devido à produção de outros países. O café não conseguia mais ser exportado pelo preço até então praticado, como esclarece Milton BRAGA:

... atingindo um terço do preço médio, motivando um alto desequilíbrio nas exportações. O governo implantou uma política de ajuda aos cafeicultores. Uma das normativas governamentais de apoio era a redução das importações: a contínua demanda interna, causando escassez de bens manufaturados e conseqüente aumento em seus preços relativos, o que agiu de 1897-1905. Esta valorização da taxa cambial tinha como objetivo sanear as indústrias que procuravam impulsionar a queda da moeda nacional, com isso gerando preços mais competitivos frente aos produtos importados.<sup>311</sup>

Partindo-se para o Século XX, Maria LEOPOLDI identifica que o Estado era extremamente intervencionista nas relações econômicas e sociais, solidificadas

---

<sup>308</sup> BAER, Werner, Ob. citada, p.47.

<sup>309</sup> FURTADO, Milton Braga. Síntese da Economia Brasileira, p.238.

<sup>310</sup> FURTADO, Milton Braga. Idem, p.236.

<sup>311</sup> FURTADO, Milton Braga. Idem. Ibidem.

pela era Getulista a partir de 1930.<sup>312</sup>

Wilson CANO indo mais além discorre que vinte anos depois do impulsionamento da indústria brasileira logo após a Segunda Guerra Mundial, o período de 1950-1962, é marcado pela restrição de importações incentivando a abertura de várias indústrias.

É a partir da década de 50 que se pode dizer que ocorre de fato o fenômeno da industrialização com a entrada dos “principais segmentos produtores de insumos industriais e de bens de capitais”, Wilson CANO ainda faz as seguintes ponderações:

Entre 1930 e meados da década de 1950, a acelerada industrialização se manifesta na maioria dos países latino-americanos, constituídos basicamente de bens de consumo e de uma incipiente gama de bens de produção. Por isso, alguns autores denominaram-na de *industrialização restringida*. Restringida, pois ainda não completou a montagem de suas bases técnicas, e, assim, é ainda fortemente dependente das divisas, do mercado e do excedente gerado pelo setor primário exportador.<sup>313</sup>

Ainda nesse diálogo Werner BAER acrescenta que as restrições às importações continuaram presentes no período de 1968-1981, principalmente dos equipamentos para as “indústrias pesadas”, também porque o país passava a exportar os seus próprios produtos. E, novamente pelo quadro analisa as mudanças ocorridas na estrutura industrial do Brasil, no período de 1949-1992, com o valor bruto agregado (distribuído percentualmente):<sup>314</sup>

---

<sup>312</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Repensando o Estado Novo, p.115.

<sup>313</sup> CANO, Wilson. Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil, p.77.

<sup>314</sup> BAER, Werner, Ob. Citada, p.364.

| <b>Indústrias por atividades</b> | <b>1949</b>  | <b>1963</b>   | <b>1975</b>   | <b>1980</b>   | <b>1992</b>   |
|----------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Minerais não metálicos           | 7,4          | 5,2           | 6,2           | 5,8           | 4,7           |
| Produtos de Metal                | 9,4          | 12,0          | 12,6          | 11,5          | 11,9          |
| Maquinário                       | 2,2          | 3,2           | 10,3          | 10,1          | 12,5          |
| Equipamento Elétrico             | 1,7          | 6,1           | 5,8           | 6,3           | 6,8           |
| Equipamento de transportes       | 2,3          | 10,5          | 6,3           | 7,6           | 7,1           |
| Produtos de Madeira              | 6,1          | 4,0           | 2,9           | 2,7           | 1,2           |
| Móveis                           | -            | -             | 2,0           | 1,8           | 0,9           |
| Produtos de papel                | 2,1          | 2,9           | 2,5           | 3,0           | 3,7           |
| Produtos de Borracha             | 2,0          | 1,9           | 1,7           | 1,3           | 1,4           |
| Produtos de couro                | 1,3          | 0,7           | 0,5           | 0,6           | 0,5           |
| Produtos químicos                | -            | -             | 12,0          | 14,7          | 13,0          |
| Farmacêuticos                    | 9,4          | 15,5          | 2,5           | 1,6           | 2,3           |
| Perfumes, sabonetes, velas       | -            | -             | 1,2           | 0,9           | 1,1           |
| Produtos Plásticos               | -            | -             | 2,2           | 2,4           | 2,2           |
| Têxteis                          | 20,1         | 11,6          | 6,1           | 6,4           | 4,6           |
| Vestuário e calçado              | 4,3          | 3,6           | 3,8           | 4,8           | 3,2           |
| Produtos alimentícios            | 19,7         | 14,1          | 11,3          | 10,0          | 13,6          |
| Bebidas                          | 4,3          | 3,2           | 1,8           | 1,2           | 2,1           |
| Fumo                             | 1,6          | 1,6           | 1,0           | 0,7           | 1,4           |
| Impressão e material gráfico     | 4,2          | 2,5           | 3,6           | 2,6           | 2,6           |
| Diversos                         | 1,9          | 1,4           | 3,7           | 4,0           | 3,2           |
| <b>TOTAL</b>                     | <b>100,0</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: IBGE. Censos Industriais e Perspectivas da Economia Brasileira 1993, Rio de Janeiro: IPEA, 1993, p.709.

De acordo com as análises de Werner BAER o perfil industrial brasileiro a partir de 1853 modificou-se, pois as indústrias têxteis que eram as grandes empregadoras na década de 50 até 90, sofreram redução. Outras indústrias como a de materiais elétricos, químicos e plásticos passaram a ficar em primeiro lugar nas produções internas. E conclui que os bens domésticos e alimentícios que predominavam passaram a não ter a importância de outrora.<sup>315</sup>

Esta mudança no perfil industrial brasileiro trouxe conseqüências para a mão-de-obra operária, a partir da década de 80 com a paralisação do crescimento industrial como identificam Tarcisio ARAUJO e Roberto LIMA:

<sup>315</sup> BAER, Werner, Ob. Citada, p.366.

Duas constatações se tornariam evidentes a partir da longa crise de estagnação e inflação iniciada na década de 1980. A primeira é que o crescimento, nos termos em que se processava, não erradicava a pobreza e ainda gerava ou aprofundava outros desequilíbrios. A segunda é que a ausência de crescimento e um relativamente elevado nível de desemprego e de precarização das relações de trabalho, combinado com altas taxas de inflação, davam à pobreza e à desigualdade uma dimensão ainda maior.<sup>316</sup>

Após esta breve análise do cenário industrial brasileiro, de forma resumida, passa-se a apresentar a mão-de-obra operária brasileira e o regime legalista implantado no Brasil.

Evaristo MORAES e Antonio MORAES ensinam que no Século XIX o Brasil implantou a primeira “Constituição liberal” com os ideais trazidos pela Revolução Francesa, em 25 de março de 1824 e acrescentam que a Constituição Federal Brasileira no Artigo 179, alíneas 24,25 e 26:

“...proclama a liberdade de trabalho, indústria e comércio; a abolição das corporações de ofícios e assegura o privilégio de invenção”.<sup>317</sup>

De acordo com Julio LOBOS a partir da República Federativa do Brasil instalada em 1889, fora das garras da monarquia portuguesa, era necessário dar um novo rumo às relações econômicas do país. Procurar alternativas que não fossem eminentemente rurais, cujas primeiras foram as indústrias têxteis, fazendo nascer o “espírito capitalista” e um declínio nos ideais do “Estado intervencionista”.<sup>318</sup>

Ainda Julio LOBOS identifica que a fase propriamente dita da industrialização brasileira é compreendida a partir da década de 30 e mais intensamente a partir de 1950; períodos que ficaram conhecidos como a “Era Vargas”. Vargas foi reeleito para Presidente para cumprir o segundo mandato no período de 1950 até 1954.<sup>319</sup>

Esta fase industrial para Mary PRIORI e Renato VENANCIO traz como primeiro impacto da industrialização o processo de urbanização das cidades que ficavam próximas das indústrias como São Paulo e Rio de Janeiro:

Em 1920, por exemplo, apenas dois em cada dez brasileiros residiam em cidades; vinte anos mais tarde essa mesma relação era de três para dez; nos anos de 1940, tal proporção tornara-se equilibrada: quatro em cada dez brasileiros moravam em áreas urbanas. A formação de novas cidades e o crescimento das já existentes estimulavam, por sua vez, a

<sup>316</sup> ARAUJO, Tarcisio Patrício de; LIMA, Roberto Alves. Ob. Citada, p. 86.

<sup>317</sup> MORAES, Evaristo Filho de; MORAES, Antonio Carlos Flores. Introdução ao direito do Trabalho, p.83.

<sup>318</sup> LOBOS, Julio. Sindicalismo e negociação, p.72.

<sup>319</sup> LOBOS, Julio. Idem.

multiplicação de trabalhadores não-vinculados às tradicionais atividades agrícolas e de industriais não-fazendeiros; empresários como Roberto Simonsen, fundador do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – embrião da FIESP – tipo raro nos anos de 1920, que se tornaram cada vez mais comum na década seguinte.<sup>320</sup>

Julio LOBOS caracteriza que a força de trabalho mesclava-se com os camponeses e os imigrantes que entraram no Brasil logo após a abolição da escravidão entre 1890 e 1900, em sua maioria vindos da Itália e Alemanha, que representavam “4/5 da força de trabalho paulista e 2/5 da força de trabalho do Rio de Janeiro”. Estes imigrantes traziam suas culturas locais, influenciando nas relações de trabalho no Brasil:

Ao contrário da Europa, a presença dos intelectuais nas lutas do movimento operário é quase insignificante. O mesmo não acontecia com os anarquistas, que eram operários e eles próprios constituíam um grupo coeso e ativo. Essencialmente, eles possuíam idéias claras que postulavam uma sociedade sem governo e sem leis, sem dinheiro e sem prisões; enfim um mundo sem restrições, baseado na autonomia das pessoas e da comunidade.<sup>321</sup>

José PASTORE e Hélio ZYLBERSTAYN acreditam que essa cultura, originária da Europa trazida pelos imigrantes para o solo brasileiro, incitara os operários a deflagrar movimentos revolucionários provocadas pelo ativismo dos imigrantes anarquistas. O conflito aberto entre os operários e os patrões era visto como algo nefasto. Havia receio por parte do governo que estas disputas trabalhistas se transformassem em lutas de classes.<sup>322</sup>

Neste início de Século já eram evidentes as desigualdades sociais e as distinções políticas que, no entender do governo, eram os ingredientes ideais para uma trajetória revolucionária.<sup>323</sup>

José PASTORE e Hélio ZYLBERSTAYN também argumentam que o sonho do governo brasileiro foi, desde o início do século, criar um sistema de relações do trabalho capaz de suprimir os efeitos do conflito entre capital e trabalho. Havia uma firme crença de que esse sonho poderia ser realizado por leis e pela ação intervencionista do Estado.<sup>324</sup>

Ainda na linha de raciocínio de José PASTORE e Hélio ZYLBERSTAYN,

<sup>320</sup> PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. Ob. Citada, p.321.

<sup>321</sup> LOBOS, Julio. Idem.

<sup>322</sup> PASTORE, José; ZYLBERSTAYN, Helio. A Administração do Conflito Trabalhista no Brasil, p.42.

<sup>323</sup> PASTORE, José; ZYLBERSTAYN, Helio. Idem.

<sup>324</sup> PASTORE, José; ZYLBERSTAYN, Helio. Idem. Ibidem.



voltavam-se os olhares para a Europa buscando ajuda nas legislações já estabelecidas. Porém, as legislações européias não conseguiam resolver o que se procurava para o Brasil, pois o sistema europeu buscava na legislação social os meios de eliminar as desigualdades sociais e até revolucionar o sistema capitalista, se necessário, enquanto o nosso país procurava encontrar um modo de conviver com as desigualdades e com o sistema já estabelecido. Pretendia-se a criação de uma legislação que estabelecesse algumas concessões satisfazendo os operários e com isso garantir-se a paz social e o efetivo desenvolvimento industrial. A estratégia era a de abafar o conflito e não a de administrá-lo.<sup>325</sup>

Nesta trilha Amauri NASCIMENTO observa que o governo não pôde ignorar as manifestações incitadas pelos operários, desencadeando inúmeras greves no fim de “1800 e início de 1900”:

O surto industrial, efeito da Primeira Guerra Mundial com elevação do número de fábricas e de operários – em 1919 havia cerca de 12.000 fábricas e 300.000 operários; e a política trabalhista de Getúlio Vargas (1930).<sup>326</sup>

Este fator de acordo com Amauri NASCIMENTO influenciou a necessidade da criação do direito do trabalho. O outro fator decisivo foi o Brasil firmar compromisso e passar a fazer parte da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada pelo Tratado de Versalhes no ano de 1919. Esta adesão comprometia o Brasil a verificar as regras trabalhistas<sup>327</sup>.

José PASTORE e Hélio ZYLBERSTAYN ainda prelecionam que no final do Século XIX haviam sido criadas inúmeras medidas governamentais como o Decreto 359 de 1890 que revogava a legislação anterior que, desde meados do século, exigia a conciliação nas soluções de causa cíveis e comerciais. O Decreto 213, também do mesmo ano, revogava a legislação que obrigava o contrato escrito de trabalho nos serviços agrícolas. Também foram escritas as legislações sociais protecionistas como os Decretos 221 e o 405 do ano de 1890 que criavam a aposentadoria para os empregados das estradas de ferro; Decreto 942-A do mesmo ano que implantava o sistema de montepio, Decreto 1.541-6 de 1893 que regulamentava os vários fundos de pensões, e o Decreto 1.313 de 1891 que proibia

<sup>325</sup> PASTORE, José; ZYLBERSTAYN, Helio. Ob. Citada, p.47.

<sup>326</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho, p.32.

<sup>327</sup> NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Idem, p.32.

o trabalho dos menores de 12 anos.<sup>328</sup>

Assim, concluem estes teóricos que vários outros decretos foram elaborados na esperança desse protecionismo “abafar” os descontentamentos das classes operárias.

Getúlio Vargas, pelo Decreto-Lei 5.452 de julho de 1943, cria a Consolidação das Leis do Trabalho<sup>329</sup> contendo disposições com inspirações “fascistas”<sup>330</sup>, objetivando solucionar os conflitos, porém inteiramente preso à lei e ao governo.<sup>331</sup>

José PASTORE e Hélio ZYLBERSTAYN acreditam que com base nessa ideologia criou-se um sistema “estatutário de corporação na área de relações de trabalho no Brasil”. O sindicalismo estabelecido não firmaria reforma social nem a luta de classes. “Ele seria um sindicalismo profissional, corporativo e cristão” (Oliveira Vianna – consultor jurídico do Ministério do Trabalho – 1951). O sistema corporativo foi formado da seguinte forma: Ministério do Trabalho, com poderes de conceder e organizar a vida sindical; Previdência Social, prestando assistência social e médica aos trabalhadores e a Justiça do Trabalho, responsável por dirimir conflitos individuais e coletivos.<sup>332</sup> Na outra esfera, os Sindicatos de empregados e empregadores com participação direta nos colegiados tripartites do sistema corporativo criado pelo Estado. Estava estabelecido o sistema brasileiro de convivência entre empregadores e empregados e o Estado na outra extremidade liderando, por meio da Lei, as relações trabalhistas.<sup>333</sup>

Parecia que o sonho estatal havia sido conquistado, mas os anos seguintes denunciariam que o modelo legalista não conseguiria impedir os inúmeros movimentos trabalhistas que se seguiram e nem suprir as necessidades da classe trabalhadora.

---

<sup>328</sup> PASTORE, José; ZYLBERSTAYN, Helio. Ob.Citada. p.45.

<sup>329</sup> Esclarecimentos sobre a CLT, por Amauri Mascaro: “A Comissão que elaborou a CLT foi presidida pelo Min. Alexandre Marcondes Filho. A consolidação não é um código, porque, não obstante a sua apreciável dimensão criativa, sua principal função foi a de reunião das leis existentes e não a criação, como num código de leis novas”. (Iniciação ao Direito do Trabalho, p.33).

<sup>330</sup> Duarte Pereira explica que: “Benito Mussolini, primeiro-Ministro italiano de 1922 a 1943, foi o criador da doutrina e do movimento fascistas. Surgido após a Primeira Guerra Mundial e depois da vitória da Revolução Socialista de 1917, o fascismo pretendia ser uma alternativa para o capitalismo individualista e o socialismo coletivista e internacional. Preservava a propriedade privada dos meios de produção, a liberdade de iniciativa das empresas e o princípio do lucro, mas se propunha a evitar os excessos das empresas ou das reivindicações trabalhistas, subordinando os interesses individuais e de classe aos interesses da Nação, representados e defendidos por um Estado caracterizado como supraclassista”. (Retrato do Brasil, n.18. p.208).

<sup>331</sup> PASTORE, José; ZYLBERSTAYN, Helio. Ob. Citada, p. 54.

<sup>332</sup> PASTORE, José; ZYLBERSTAYN, Helio. Idem, p. 54.

<sup>333</sup> PASTORE, José; ZYLBERSTAYN, Helio. Idem. Ibidem

Este intervencionismo estatal desencadeou ainda mais a necessidade de adotar-se o *Estado de bem-estar social*, onde a função estatal emerge para o sentido das necessidades sociais da população em todas as esferas sociais, não somente da melhoria de salários e empregos.

Conforme passa-se a estudar no tópico seguinte, este Estado de bem-estar não agüentou a missão de provedor social, sendo necessário pensar em uma nova alternativa em resposta à falência do Estado.

## 4.2 FUNÇÃO ESTATAL E FUNÇÃO SOCIAL DAS EMPRESAS PRIVADAS

### 4.2.1 A Função Estatal

As duas grandes Guerras mundiais, conforme exposto no capítulo anterior, não deixam dúvidas quanto às seqüelas nefastas produzidas na sociedade humana, emergindo a necessidade premente de busca de alternativas para se evitar novos confrontos mundiais, estabelecendo-se medidas preventivas e regulação dos poderes Estatais, por Leis Internacionais.

Logo após a Segunda Guerra Mundial no ano de 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) que, anteriormente, após a primeira Guerra Mundial, em 1919, era chamada de Liga das Nações Unidas, contudo não logrou êxito devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial.<sup>334</sup>

A ONU veio com a missão de tornar clara a sua relevância em manter a paz mundial, conforme esclarece Alberto JUNIOR:

A carta da ONU, no afã de eliminar as incongruências e as imperfeições da Liga, engendrou um novo modelo regulatório, fundado na soberania estatal, na restrição ao uso da força, na solução pacífica dos litígios e no respeito aos cidadãos que vivem no interior das fronteiras nacionais. O direito internacional, instrumento do modelo regulatório adotado, inicia um período de grandes mudanças que irão culminar nas transformações desencadeadas pelo advento da globalização. As conseqüências destas transformações atingiram os sujeitos e o escopo do direito internacional.<sup>335</sup>

<sup>334</sup> JUNIOR, Alberto do Amaral. O Direito de Assistência Humanitária, p.73-74.

<sup>335</sup> JUNIOR, Alberto do Amaral. Idem.

Eric HOBSEBAWM destaca que a década de 80 marcou algumas regiões do mundo como na “África, na Ásia e na América Latina”, onde parte das pessoas se tornou mais pobre com a crise do desemprego.<sup>336</sup>

A discussão do neoliberalismo que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial se defronta com os Keynesianos na busca de alternativas de recuperação do mercado econômico, porém as duas ideologias ainda não conseguiram os resultados que a sociedade espera, e leciona o mesmo autor:

Os Keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão e que bombear mais demanda na economia era melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiros motores do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. De qualquer modo, afirmavam que a “mão oculta” smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da “Riqueza das Nações”, e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os Keynesianos negavam. Contudo, a economia nos dois casos racionalizava um compromisso ideológico, uma visão *a priori* da sociedade humana. Os neoliberais desconfiavam e sentiam antipatia pela social-democrata Suécia, uma espetacular história de sucesso econômico do Século XX, não porque ela ia ter problemas nas Décadas de Crise – como tiveram outros tipos de economia –, mas porque se baseava no “famoso modelo econômico sueco, com seus valores coletivistas de igualdade e solidariedade” (*Financial Times*, 11/11/90). Por outro lado, o governo da Sra. Thatcher na Grã-Bretanha era impopular na esquerda mesmo durante seus anos de sucesso econômico, porque se baseava num egoísmo associal, na verdade anti-social.<sup>337</sup>

As ideologias liberais e neoliberais não previam o alto desenvolvimento tecnológico com o qual o mundo passou a conviver, fazendo com que a mão humana cada vez mais fosse trocada pelas máquinas.<sup>338</sup>

Toda esta discussão segundo Juergen HABERMAS leva a refletir que o Estado ocupa, dentro da sociedade, função fundamental nas garantias dos direitos individuais e coletivos:

Enquanto o planejamento global manipula as condições de limite das decisões, feitas pela empresa privada a fim de corrigir o mecanismo de mercado e em relação aos efeitos disfuncionais secundários do mercado, o Estado de fato substitui o mecanismo de mercado, sempre quando crie e melhore as condições para realização do Capital: através “do fortalecimento da capacidade competitiva na nação”, ao organizar blocos econômicos supranacionais, assegurando-lhe estratificação internacional, por meios de imperialistas etc.; através de consumo governamental improdutivo (por exemplo, armamentos, explorações espaciais); através da condução de acordo com a política estrutural, do fluxo do capital rumo aos setores negligenciados por um mercado autônomo; através da melhoria da infra-

<sup>336</sup> HOBSEBAWM, Eric. Era dos Extremos, p.394.

<sup>337</sup> HOBSEBAWM, Eric. Idem, p.399.

<sup>338</sup> HOBSEBAWM, Eric. Idem, Ibidem, p.404.

estrutura material (transporte, educação, saúde, recreação, planejamento urbano e regional, construção imobiliária etc); através da melhora da infra-estrutura material (promoção geral das ciências, investimentos e pesquisa e desenvolvimento, estabelecimento de patentes etc); através da elevação da produtividade do trabalho humano (sistema geral de educação, escolas vocacionais, programas para treinamento e reeducação etc); através do alívio de custos sociais e materiais resultantes da produção privada (compensação de desemprego, previdência social, reparação de danos ecológicos).<sup>339</sup>

J. LAVILLE também defende que a função estatal ocupa na sociedade preponderante papel na ação econômica, enfatizando que os investimentos públicos no planejamento dos territórios e das indústrias têm que estar à frente para adequar da melhor maneira possível a estabilidade entre os interesses individuais, os custos dos produtos em detrimento dos interesses de toda a coletividade; que o Estado deve Intervir financeiramente e monetariamente.<sup>340</sup>

Retomando os estudos para o enfoque brasileiro, no que concerne à função estatal, Eros GRAU reflete que esta função depara-se também com as crises econômicas e com os confrontos trabalhistas que se instalaram no Brasil. Independentemente de toda regulação legal estabelecida como estudado no tópico anterior, demonstram que o liberalismo brasileiro também não logrou êxito. Diante desse cenário se fez necessária a busca de uma nova diretriz para o âmbito estatal.<sup>341</sup>

A crise de desemprego dos anos 80 afetou drasticamente nosso país. As indústrias automobilísticas, principalmente instaladas em São Paulo, desencadearam o “efeito dominó” para o resto do país.<sup>342</sup>

A partir de 1988, o Brasil proclamou uma “Constituição-Cidadã” desde o seu preâmbulo, conforme denominou Gisele CITTADINO:

os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como os valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social...<sup>343</sup>

Miguel PINEROS percebe a preocupação dos constituintes brasileiros a partir do Século XX, em comungar a volta dos valores de cidadania, expressamente previstos na Constituição de 1988. A Constituição anterior a 1988 estabelecia um

<sup>339</sup> HABERMAS, Juergen. A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio, p.40.

<sup>340</sup> LAVILLE, J.L. L'Economie Solidaire et Sociale, p.42.

<sup>341</sup> GRAU, Eros. A Ordem Econômica na Constituição de 1988, p.15.

<sup>342</sup> Retrato do Brasil. Emprego: a crise dos anos 80, n.23, p.265.

<sup>343</sup> CITTADINO, Gisele. Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva, p.44.

marco divisor entre o direito privado e o direito público, não abrindo a possibilidade das relações entre a esfera pública e o particular, ou seja, a sociedade civil.<sup>344</sup>

A Constituição Federativa do Brasil abre-se de imediato na guarda dos direitos fundamentais, bem como estabelece um “constitucionalismo moderno”<sup>345</sup>, como se vislumbra no Artigo 1º :

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos”:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

O Brasil, portanto, acabou por acatar um “modelo econômico de bem-estar”, como bem definiu Eros GRAU.<sup>346</sup>

Márcia RIBEIRO nesse seara argumenta que:

O Estado contemporâneo de modo geral e, conforme já se pode identificar, também o modelo pátrio, optou por um ideal de realização que transcende a intervenção sancionadora de abusos atingindo a atividade promocional e de produção. O Estado e a ordem jurídica buscam a realização da justiça social almejando uma qualidade de vida condizente com a dignidade do indivíduo. Desse modo, fica ampliada a competência que lhe é originariamente atribuída para incluir a distribuição de rendimentos e investimentos públicos em equipamentos. Um Estado Social, ativo e provedor, capaz de garantir o acesso do sujeito de direito a um mínimo de bens materiais e culturais, preparado a sanar situações extremas de miséria e crise, até mesmo pela oferta de serviços permanentes.<sup>347</sup>

A abertura conquistada pela população civil na esfera pública é um marco importante das relações de cidadania. O cidadão passa a ter acesso e participar dos “Conselhos” estabelecidos pelos órgãos públicos como esclarece Fabiane

<sup>344</sup> PIÑERO-Rodrigues, Miguel. Constituição, Direitos Fundamentais e Contratos de Trabalho, p.24.

<sup>345</sup> O que representa os direitos fundamentais da Constituição Federal Brasileira para a sociedade na concepção de Miguel Rodrigues-Piñero: “Os direitos fundamentais procuram facilitar e tornar possível o desenvolvimento integral da pessoa e o exercício real e efetivo da sua liberdade, a concretização da liberdade genérica em autodeterminação e em auto-realização. Para manter a coerência interna da ordem jurídica, estes direitos devem influenciar todo o ordenamento jurídico em seu conjunto e em sua totalidade. Não basta conseguir a liberdade e a segurança em face do Estado, pois também nas relações entre os particulares podem ocorrer atentados à dignidade humana, aos seus direitos e à liberdade (Kahn-Freund, *Trabajo y Derecho*, Madrid, 1987). Uma democracia exige a irradiação dos direitos fundamentais em todo o conjunto do ordenamento jurídico e no seio da sociedade civil”. (Ob. Citada, p.24-25).

<sup>346</sup> GRAU, Eros Roberto. Ob. Citada, p.37.

<sup>347</sup> RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. A Derrocada da Sociedade de Economia Mista e a ascensão do aspecto funcional da Empresa Privada, p.222.

BESSA.<sup>348</sup>

Mas a participação popular vem sendo objeto de disposição legal e conquistando espaços institucionais, como nos conselhos – formas de participação reivindicadas e efetivamente conquistadas pelos movimentos sociais ante sua expressa previsão na Constituição de 1988 - que vem sendo introduzidas em inúmeros programas governamentais, e o Orçamento Participativo, cuja adoção é crescente em diversos municípios do país, e que recebeu destaque no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da ONU, como “prática que auxiliou na reformulação da despesa, fazendo-a incidir em prioridades críticas de desenvolvimento humano”. Tais iniciativas vêm frutificando em novas dinâmicas de interação entre sociedade e Estado no âmbito das políticas públicas. E são sempre aprendizados.

Assim, observa-se que governo brasileiro tem procurado medidas que possam tanto modernizar a atual legislação brasileira, como propiciar a participação da sociedade no enfrentamento das mazelas provocadas pelo seu conteúdo histórico. No próximo tópico passa-se a analisar a função social da empresa privada, que também ocupa importante papel nas relações de responsabilidade social na sociedade.

#### 4.2.2 Função Social da Empresa Privada

Antes de adentrar-se na questão da Função social das empresas privadas, retorna-se aos escritos de Karl Marx que identificava a empresa capitalista da seguinte maneira:

Se pusermos de lado o conteúdo material da circulação das mercadorias, a troca dos diferentes valores-de-uso, para considerar apenas as formas econômicas engendradas por esse processo de circulação, encontraremos o dinheiro como produto final. Esse produto final da circulação das mercadorias é a primeira forma em que aparece o capital.<sup>349</sup>

Karl MARX, apresenta a sua tese a respeito da “mais-valia”, representante do “Capital excedente”, ou seja, o lucro, culpando os empresários porque vivem na riqueza, esbulhando o proletariado para maior obtenção do lucro.<sup>350</sup>

Concorda-se com MARX que o lucro é algo inerente às empresas capitalistas

<sup>348</sup> BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. Responsabilidade Social das Empresas: Práticas Sociais e Regulação Jurídica, p.251.

<sup>349</sup> MARX, Karl. O Capital, p.177.

<sup>350</sup> MARX, Karl. Idem, p.693-695.

e detentoras de poderes. Que, no entanto se submetem aos riscos do empreendimento.

Márcia RIBEIRO preleciona a respeito da questão do lucro e risco empresarial da seguinte forma:

A noção de empresa não tem como pressuposto o resultado lucrativo, mas a perspectiva lucrativa é que justifica o risco assumido pelo empreendedor privado quando se lança na atividade de organização dos meios de produção.<sup>351</sup>

Antony Giddens conceitua o capitalismo como:

O Capitalismo é um sistema de produção de mercadorias. Centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes. O empreendimento capitalista depende da produção para mercado competitivos, os preços sendo sinais para investidores, produtores e consumidores.<sup>352</sup>

Para Juergen HABERMAS o capitalismo liberal estabelece uma relação entre as classes empregador e empregado pelo mercado de trabalho e portanto desprovido do caráter político, já que se cria uma dependência salarial, e ensina:

Desde que a fonte de riqueza social, isto é, a força de trabalhador, torna-se numa (sic) mercadoria e o capital social é reproduzido sobre condições de trabalho assalariado, processos de trabalho de troca assumem o duplo caráter analisado por Marx: ao produzir valores de uso, processos de trabalho servem para produzir valores de troca. Ao regular a locação de força de trabalho de bens através do mecanismo monetário, os processos de troca servem à formação e auto-realização do capital. O mercado assume assim uma dupla função: de um lado, sua função enquanto mecanismo condutor num sistema de trabalho social, que é controlado por intermédio da moeda; por outro lado, institucionaliza relações de poder entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores assalariados. Porque o poder social do capitalista é institucionalizado enquanto uma relação de troca na forma de contrato de trabalho privado e a extração do valor excedente disponível privadamente substituiu a dependência política, assumindo o mercado, ao lado da sua função cibernética, numa função ideológica. A relação de classe pode assumir a forma anônima apolítica de dependência salarial.<sup>353</sup>

No cenário brasileiro a Constituição Federal estabelece em seus artigos 170 a 181 o conceito fundamental da atividade Econômica como ensina Láudio FABRETTI:

Analisando o art. 170 da CF, verifica-se que, no pacto social representado pela Constituição, foi reconhecido que a atividade econômica fundamenta-se na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa. Por valorização do trabalho humano entende-se, em primeiro lugar, criar empregos e dar condições para o trabalho ser realizado com dignidade e

<sup>351</sup> RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Ob. Citada, p.55.

<sup>352</sup> GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade, p. 61.

<sup>353</sup> HABERMAS, Juergen. A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio, p.40.



remunerado de forma justa. Qualquer forma de trabalho com ou sem vínculo empregatício.<sup>354</sup>

Portanto, o legislador constituinte definiu como razão de ser da ordem econômica assegurar a existência digna a todos, conforme ditames da justiça social.

Os princípios constitucionais da atividade econômica estão enunciados nos incisos I a IX do art. 170 da Constituição Federal:

- I. Soberania Nacional;
- II. Propriedade privada;
- III. Função social da propriedade;
- IV. Livre concorrência;
- V. Defesa do consumidor;
- VI. Defesa do meio ambiente;
- VII. Redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII. Busca do pleno emprego;
- IX. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

Idevan LOPES, posiciona o caráter relevante da função social da Empresa Capitalista:

A função social da empresa opera como um limite à livre iniciativa econômica, principalmente em razão da busca do lucro, passando cada dia a ter uma maior importância na sociedade em que vivemos, pois não é mais a Igreja, a família ou mesmo o Estado que nos dão a “proteção” necessária para uma vida melhor, mas sim, a empresa que nos fornece o bem-estar. As empresas estão cada vez mais preocupadas com a qualidade de vida de seus empregados, incentivando para tanto um equilíbrio entre a vida profissional e a familiar, entre o trabalho e o lazer.<sup>355</sup>

Sabe-se que nem todas as empresas privadas cumprem com o seu papel social, bem como não dão conta de resolver toda a problemática dos altíssimos níveis de desemprego como avalia Eros GRAU no cenário atual econômico brasileiro:

As taxas de crescimento são inferiores às do período “intervencionista”. Além disso, o capitalismo falha escandalosamente em sua capacidade de gerar empregos, de oferecer segurança aos que consegue empregar e de alentar os empregados com as perspectivas de melhores salários.<sup>356</sup>

<sup>354</sup> FABRETTI, Láudio Camargo. Direito de Empresa no Novo Código Civil, p.24-25.

<sup>355</sup> LOPES, Idevan César Rauen. Empresa & Exclusão do Sócio, p.64.

<sup>356</sup> GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988, p.42.

Mas a noção de empresa está muito além de prover somente a geração de empregos. A empresa, no contexto atual e dentro dos princípios constitucionais pátrios, vem revestida do que se chama mundialmente de “Cidadania Corporativa”.<sup>357</sup>

Pode-se concluir que, conforme os Capítulos anteriores, verificam-se algumas crises provocadas pela sociedade humana. A Igreja, as Guerras e a Revolução Industrial interferindo nas relações econômicas sociais. O Brasil por sua vez carrega as influências européias impregnadas das crises apontadas; o alto intervencionismo estatal e os abusos políticos abalaram também estas relações econômicas sociais. Essas crises também trouxeram algumas alterações no regime capitalista.

Em uma outra análise simplista, confrontando-se a função estatal e a função social das empresas privadas, respeitando-se o núcleo objeto existencial de cada uma, verifica-se que o Estado abriu lacunas para que a sociedade participasse mais ativamente dos problemas econômicos sem deixar de exercer a função legal reguladora. As empresas privadas por sua vez também participam com a criação de postos de trabalho e responsabilidade social.

Márcia RIBEIRO sustenta que:

Talvez fosse possível fazer-se substituir a atuação direta do Estado na atividade econômica – como na hipótese acima lembrada – por um novo pacto social em que o indivíduo não desconhecisse o que precisa ser alterado para o estabelecimento de uma sociedade mais equilibrada mas, também, não relegasse ao ente público o ônus exclusivo de buscar este equilíbrio.<sup>358</sup>

No último tópico passa-se a discorrer a respeito do histórico cooperativista que teve origem logo após o advento do capitalismo industrial, contribuindo para o

---

<sup>357</sup> Cidadania Corporativa uma abordagem dos seguintes autores: Malcolm McIntosh, Deborah Leipziger; Keith L. Jones; Gill Coleman. “A cidadania corporativa, assim como a individual, é uma idéia que possui dimensões tanto éticas quanto práticas. Encerra preocupações básicas de negócios, tais como: evitar riscos e proteger a reputação; assegurar o futuro; desenvolver competências aumentadas em negócios, através da: gestão da diversidade e da complexidade em uma economia global; estabilização do relacionamento entre os negócios e a sociedade; criação de parcerias que atravessem fronteiras; abordagem integrada e consistente à estratégia corporativa; aplicação de novas medidas e divulgação do progresso no alcance de objetivos. Também inclui: fazer a coisa certa; um reflexo da crença de muitas pessoas que organizações de negócios devem expressar aquilo que é bom para a humanidade e ser lugares onde as pessoas gostem de trabalhar. Um aspecto-chave da cidadania é que ela envolve um relacionamento mutuamente reforçado entre indivíduos e comunidades: os indivíduos cumprem as responsabilidades da cidadania porque algumas de suas necessidades pessoais somente podem ser atendidas através da ação comunal”. (Cidadania Corporativa, p.27).

<sup>358</sup> RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Ob.Citada, p.207.

enfrentamento das crises instaladas nas relações econômicas e sociais naquela época.

E finalmente passa-se para a análise da Economia Solidária no atual cenário brasileiro como uma das alternativas para o enfrentamento do desemprego.

### 4.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

#### 4.3.1 O Cooperativismo

Não se pretende demonstrar neste tópico que o cooperativismo é a solução para todos os problemas enfrentados tanto pelo regime capitalista ou respostas para a falência estatal. Esta modalidade de relações de trabalho será estudada como um sistema alternativo a ser adotado pela sociedade a fim de contribuir com esta no enfrentamento dos problemas econômicos motivados pelo alto nível de desemprego.

Ao se estudar a evolução econômica social fica claro o papel do homem na sociedade; produzindo, desenvolvendo e criando as relações sociais e culturais. O homem transforma a natureza para o seu bem-estar garantindo a perenidade de seus descendentes e da espécie humana.

A cooperação de acordo com Diva PINHO sempre esteve aliada à construção social das relações produtivas humana.

A Cooperação, no sentido de ação conjugada entre duas ou mais pessoas, em razão de um fim comum, é tão antiga quanto à própria vida humana. Em todos os tempos os homens têm se auxiliado mutuamente para remover um obstáculo ou se defender das intempéries, por exemplo.<sup>359</sup>

Nesta linha de reflexão Walmor FRANKE diz que o cooperativismo nasce da necessidade da união entre pessoas para obterem um fim desejado. É como dizer a “união faz a força” ou “um por todos e todos por um”; imbuídos de solidariedade.<sup>360</sup>

Gilvando RIOS percebe que esse movimento aparece em grupos que se solidarizam em momentos de maiores dificuldades quando não se consegue mais pelas vias sistematizadas a obtenção dos meios de sobrevivência. Pode-se vislumbrar esse fenômeno em vários países:

<sup>359</sup> PINHO, Diva Benevides. O que é Cooperativismo, p.17.

<sup>360</sup> FRANKE, Walmor. Direito das Sociedades Cooperativas, p.1.

Em situações econômicas e culturais tão diferentes como na Nicarágua sandinista e na América de Reagan se fala e se trabalha em cooperativas. Há cooperativas em Israel e nos países árabes, na Hungria socialista e na França Capitalista, nos países dependentes da periferia como nos países centrais metropolitanos, em países de cultura ocidental como nos países de outras configurações culturais (China, Índia, Senegal etc.).<sup>361</sup>

Diva PINHO no contexto histórico cooperativista informa que este movimento deflagrou-se na Inglaterra em resposta ao alto desemprego que assolou os artesãos com o advento das máquinas – período da Revolução Industrial<sup>362</sup>, aliado à exploração dos grandes empresários da classe trabalhadora e “os desequilíbrios econômicos e sociais resultantes do liberalismo econômico”.<sup>363</sup>

Ressurge neste grupo a preservação humana frente à tecnologia industrial que não abre espaços para todos, despertando a ética de ajuda, e nesse momento unem-se em volta de um objetivo comum.

Paul SINGER contextualizando o cooperativismo relata que o primeiro idealizador desse movimento foi Robert Owen<sup>364</sup>, no Século XIX (1815-1833), empresário de uma grande indústria têxtil. Owen era contra as explorações realizadas nas classes operárias. Em sua indústria os tratava de forma equânime, o que lhe rendia muito mais retorno financeiro do que às demais empresas.<sup>365</sup> Owen idealizava uma sociedade de trabalhadores e empregadores trabalhando em regime de igualdade, portanto foi considerado um socialista utópico.

O movimento industrial capitalista, somado ao advento da Revolução Francesa que resultou em várias guerras, e do fracasso de Napoleão frente à Inglaterra em 1815, em Waterloo, desencadeou fortes impactos na economia mundial. Na Grã-Bretanha eram visíveis esses impactos, havia uma imensidão de

---

<sup>361</sup> RIOS, Gilvando Sà Leitão. O que é Cooperativismo, p.8.

<sup>362</sup> Ver Infra, p. 52-64.

<sup>363</sup> PINHO, Diva Benevides. A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico, p.18.

<sup>364</sup> Por Friedrich Engels: “Robert Owen havia assimilado o ensinamento dos pensadores materialistas do século XVIII, segundo o qual o caráter do homem é, por um lado, o produto da sua organização inata, e por outro o fruto das circunstâncias que rodeiam o homem durante a vida, especialmente durante o período do seu desenvolvimento. A maioria dos homens da sua classe não via na revolução industrial senão caos e confusão, uma ocasião propícia para pescar no rio revolto e enriquecer depressa. Owen, porém, viu nela o terreno adequado para pôr em prática a sua tese favorita, introduzindo ordem no caos. Já em Manchester, dirigindo como sócio-gerente uma fábrica de mais de quinhentos operários, tentara, não sem êxito, aplicar praticamente sua teoria. De 1800 a 1829 chamou à causa, no mesmo sentido, se bem que com muito maior liberdade de iniciativa e com sucesso que lhe valeu fama na Europa, a grande fábrica de tecidos de algodão de New Lanark, na Escócia, da qual era sócio e gerente”. (Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, p.61).

<sup>365</sup> SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. p.24-25.

pobres devido à falta de emprego.

Roberto Owen apresentou propostas cooperativistas para minimizar estes conflitos, porém, o governo Britânico não acolheu suas idéias, pois concluiu que as idéias de Owen resultariam na extinção do regime capitalista e a criação de uma nova economia com divisão igualitária.<sup>366</sup>

Owen, apesar de decepcionado porque não conseguia levar a termo os seus ideais, contou com grandes aliados formados pelos sindicatos que nasciam em auxílio aos empregados contra os desmandos dos empresários capitalistas.

Aliados a esta nova força surgem os primeiros movimentos cooperativistas: George Mudie criou a cooperativa de jornalistas, publicando o primeiro jornal “The Economist” em 1821 e 1822; Comunidade de Orbiston, de 1826, criada por Abram Combe, tinha como objetivos a educação e a repartição de ganho igual de acordo com as horas trabalhadas. Entretanto com a morte do seu criador a comunidade foi desfeita. Em 1827 surgiu em Brighton a Associação Cooperativa de Trocas de Brighton, onde a maioria dos sócios era constituída por operários, cujo idealizador foi o Dr. William King, com base nos ideais de Owen. Em 1828, Dr. King, publicou um periódico com o nome “The Co-operator”, teve curta duração mas de grande repercussão por todo o País. Esta associação perdurou até o ano de 1832.<sup>367</sup>

Essa deflagração do movimento Cooperativista propiciou que a sua ideologia ganhasse muitos adeptos, principalmente pelos sindicalistas, nascendo, assim a primeira central sindical do mundo em 1833-34. A luta dos trabalhadores mudou de foco: ao invés de lutarem por melhores salários e condições de trabalho, passaram a lutar para um tipo de administração autogestionária e pela libertação da gestão capitalista.<sup>368</sup>

Em 1833 Owen toma a frente junto com os sindicalistas da Construção Civil pela luta contra o capitalismo e a “disputa do mercado econômico”, retirando dos capitalistas o poder sobre essa classe e formando uma “cooperativa nacional da construção”. Nesse mesmo ano, por pressão das classes sindicais e cooperadas, surgem leis protecionistas aos trabalhadores das empresas capitalistas, porém a classe empregadora nada estava satisfeita com estas interferências. Em julho de 1833, os empreiteiros resolveram fechar as suas portas, denominado de “Lock-

---

<sup>366</sup> SINGER, Paul. Ob. Citada, p. 24-25.

<sup>367</sup> SINGER, Paul. Idem. Ibidem.

<sup>368</sup> SINGER, Paul. Idem. Ibidem.

Out”, realizando a demissão de todos os trabalhadores que fizessem parte do Sindicato da Construção. Essas revoltas tiveram início em Liverpool, sendo deflagradas em outros locais como Manchester. Os empresários das indústrias têxteis em novembro desse mesmo ano também fizeram parte do movimento. Essa ação por parte dos empresários causou o desemprego de milhares de trabalhadores, bem como ao enfraquecimento da classe sindical e das cooperativas, o que levou muitos Cooperados a deixarem de lado o sonho do trabalho autogestionário e retornar ao jugo administrativo capitalista.<sup>369</sup>

Valdiki MOURA também entende que os “Pioneiros de Rochdale” foram os desencadeadores do sistema cooperativista, formado pela classe artesã, da cidade Inglesa de Manchester, que resolveram-se unir. Permaneceram durante o ano de 1843 juntando dinheiro entre os associados para que em 21 de dezembro de 1844, inaugurassem o “Armazém do Beco do Sapo”, objetivando a venda de produtos alimentícios, vestuário, materiais de construção em prol dos associados. Além disso, pretendiam encontrar uma atividade a ser desenvolvida pela cooperativa, para fins de sobrevivência dos associado:

Daquele modesto armazém originou-se um Movimento que tomou toda a Inglaterra, e é representado pela União Cooperativa de Manchester, entidade que possui dez milhões de famílias associadas, sistemas próprios de produção industrial (comestíveis, vestuários, quinquilharias, artigos de uso doméstico etc.), rede de estabelecimento bancário, explorações agrícolas (na metrópole, na Ásia e na África), institutos de cultura e de assistência social largamente disseminados, e imprensa própria que veicula e defende os interesses da massa consumidora.<sup>370</sup>

De acordo com Wilson POLONIO estes primeiros cooperados estabeleceram sete princípios que são os norteadores das Cooperativas até os dias de hoje:

1. adesão livre;
2. administração democrática;
3. retorno na proporção das compras;
4. juro limitado ao capital;
5. neutralidade política e religiosa;
6. pagamento em dinheiro a vista; e
7. fomento de educação cooperativa.<sup>371</sup>

<sup>369</sup> SINGER, Paul. Ob. Citada, p.32-35.

<sup>370</sup> MOURA, Valdiki. ABC da Cooperação. Uma iniciativa doutrinária. Edições S/A, Estudos e Ensaio, n. 23, p.1.

<sup>371</sup> POLONIO, Wilson Alves. Manual das Sociedades Cooperativas, p. 20.

Gilvando RIOS sustenta que o Cooperativismo não conseguiu contrapor-se ao Capitalismo inglês, mas conseguiu garantir seu espaço na economia britânica:

O movimento passou a ter peso na economia nacional britânica e tornou-se um fator decisivo no abastecimento do país, influenciando na política de preços. Sua estrutura modernizou o comércio, além de que, politicamente, o cooperativismo está associado à formação do Partido Trabalhista.<sup>372</sup>

Assim como a Grã-Bretanha teve Owen como o idealizador do movimento cooperativo, outros utópicos também lançaram suas idéias de uma sociedade perfeita, como contextualizou Friedrich ENGELS:

O postulado da igualdade não se limitava aos direitos políticos, mas se estendia às condições sociais da vida dos homens; já não se tratava de abolir apenas os privilégios de classe, e sim de destruir as próprias diferenças de classe. Espécie de comunismo ascético, espartano, que renunciava a todos os gozos da vida, tal a primeira forma de manifestação da nova teoria. Atrás dela, vieram os três grandes utopistas: O Francês Saint-Simon (1760-1825), em quem a tendência burguesa continua ainda a se afirmar, até certo ponto junto à tendência proletária; Fourier e Owen, que, num país onde a produção capitalista estava mais desenvolvida e sob a impressão dos antagonismos por ela engendrados, expuseram sistematicamente numa série de medidas destinadas a abolir as diferenças de classe, em relação direta com o materialismo francês. Nota comum aos três é o não atuarem como representantes do proletariado, que entretanto havia surgido como produto histórico. Da mesma maneira que os enciclopedistas, não se propõem, em princípio, a emancipar determinada classe, e sim ao mesmo tempo, a toda a humanidade. E, como aqueles, pretendem igualmente instaurar o império da razão e da justiça eternas.<sup>373</sup>

Saint-Simon nasceu da Revolução Francesa e propunha uma união entre a “ciência e indústria, unidas por novo laço religioso, chamado a restaurar a unidade das idéias religiosas, destruída desde a reforma – um “novo cristianismo”. A ciência era a classe formada pelos intelectuais.<sup>374</sup>

Gilvando RIOS apresenta outro utópico Charles Fourier (1772-1837), estimulado pelo sonho de retorno aos antigos estilos camponeses, em oposição ao estilo de vida urbana emergente da Revolução Industrial, projetou um sistema de produção igualitária a ser praticada pela sociedade.<sup>375</sup>

De acordo com o entendimento de Paul SINGER esse sistema previa que todos tinham de sentir prazer nas atividades desempenhadas, o que provocaria a

<sup>372</sup> RIOS, Gilvando Sà Leitão Rios. Ob. Citada, p.22.

<sup>373</sup> ENGELS, Friedrich. Do Socialismo utópico ao Socialismo Científico, p.50-51.

<sup>374</sup> ENGELS, Friedrich. Idem, p.56.

<sup>375</sup> RIOS, Gilvando Sà Leitão Rios. Ob. Citada, p.23.

geração de uma maior produção. Surge **assim** o termo “falanstério”: um grande número de pessoas que escolheria a atividade que mais gostasse de desempenhar e o “resultado do trabalho de todos seria repartido de acordo com as proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento”.<sup>376</sup>

Era a solução para que não houvesse a geração de classes desiguais (pobres e ricos), era um sistema de “redistribuição”: todos teriam uma renda mínima, “modesta, mas muito decente”, mesmo que não trabalhassem. A tese de Fourier é que o trabalho deve ser realizado por paixão e não por necessidade.<sup>377</sup>

A sua idéia central é que todos deveriam viver em sociedades “autogeridas”, o que faria afastar a figura do Estado, que nesse tipo de sociedade se torna inútil. Esse idealizador foi o antecessor do anarquismo.<sup>378</sup>

Gilvando RIOS também destaca que no Século XX os nacionalistas judeus que lutavam pelo restabelecimento do Estado de Israel na Palestina adotaram o sistema de Fourier. As cooperativas fundadas sob esse sistema foram chamadas de *Kibutz*:

Cooperativas onde não circula a moeda, a organização do trabalho sendo feita em parte em função das aptidões de cada um por livre escolha. Finalmente, num *Kibutz*, a função de direção (eleita em assembléia) não implica em nenhuma “mordomia” ou prestígio, trata-se apenas de uma divisão (rotativa) técnica do trabalho.<sup>379</sup>

Paul SINGER, concluindo essa parte histórica do aparecimento das cooperativas, afirma:

Owen e Fourier foram, ao lado de Saint-Simon, os clássicos do socialismo utópico. O primeiro foi, além disso, grande protagonista dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha nas décadas iniciais do Século XIX. O cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro.<sup>380</sup>

Por esse histórico observa-se que na sociedade humana surgiram ideologias e utopias na busca de uma sociedade perfeita, entretanto pode-se dizer que Owen

<sup>376</sup> SINGER, Paul. Introdução a Economia Solidária, p.36.

<sup>377</sup> SINGER, Paul. Idem, p 37.

<sup>378</sup> SINGER, Paul. Idem. Ibidem.

<sup>379</sup> RIOS, Gilvando Sà Leitão Rios. Ob. Citada, p.23.

<sup>380</sup> SINGER, Paul. Idem. Ibidem, p.38.



conseguiu concretizar a sua utopia, deixando as marcas do cooperativismo que culminou em um modelo utilizado por vários países, como é o caso do Brasil.

#### 4.3.2 A Economia Solidária no Brasil

Nesse último tópico aborda-se rapidamente o surgimento das Cooperativas no Brasil e a relevância atual no cenário nacional, iniciando com um breve resumo sobre o desencadeamento deste fenômeno.

Segundo Carlos QUEIROZ as primeiras manifestações dos princípios do cooperativismo no Brasil ocorreram em 1610 com a instalação das casas assistenciais pelos Jesuítas, por meio de trabalhos coletivos, visando a melhoria de vida daqueles que faziam parte da comunidade religiosa. Posteriormente em 1847 pelo médico francês Jean Maurice Faivre junto com um grupo de franceses fundaram a Colônia Tereza Cristina, também utilizando as premissas cooperativistas.<sup>381</sup>

Em 1903 surge no Brasil o primeiro Decreto o de número 979, estabelecendo ordenamento legal para as cooperativas agrícolas, rurais, produção e consumo. Em 1937 novamente pelo Decreto 1.637 trazem novas regulamentações para o Cooperativismo brasileiro.<sup>382</sup>

Durante os anos seguiram-se vários outros decretos, mas longe de atender as reais necessidade deste tipo de sociedade.

Finalmente em 16/12/1971, é promulgado o novo estatuto geral do cooperativismo, pela Lei 5.764, que vigora até os dias de hoje, fazendo a seguinte definição conforme estabelece o artigo 4º: “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados...”

Conforme estudos de Noelle LECHAT a expressão “Economia Solidária”, em nosso país surgiu em 1993, na obra do Chileno Luiz Razeto *Economia de Solidariedade e Organização Popular*.

---

<sup>381</sup> QUEIROZ, Carlos Alberto Soares. Manual da Cooperativa de Serviços e Trabalho, p. 24.

<sup>382</sup> QUEIROZ, Carlos Alberto Soares. Idem

No Brasil o termo ainda é controvertido, uns referem-se à Economia Solidária como uma “economia popular solidária, ou cooperativismo popular”.<sup>383</sup>

Paulo SINGER conceitua a Economia Solidária da seguinte forma:

Economia Solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.<sup>384</sup>

Ainda Paul SINGER discorre a respeito deste movimento no Brasil a partir da década de 80, como alternativa ao grande índice de desemprego já registrado desde a depressão de 30, fazendo renascer os princípios da Economia Solidária. A partir da segunda metade dos anos 90, com a abertura do mercado interno ao mercado internacional pelas importações, levou-se as indústrias nacionais a não suportarem as concorrências das empresas multinacionais, culminando em inúmeras falências. A fim de evitar o desemprego em massa, muitos trabalhadores, assessorados pelos seus sindicatos de categoria profissional, transformaram as massas falidas em cooperativas, passando a ser geridas por seus empregados.<sup>385</sup>, surgindo, por volta de 1993-1994, a Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária).

Outro movimento na luta contra a “exclusão” é o (MST) O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a finalidade de assentar famílias que não têm onde morar, nas terras improdutivas.

Também no período de 1992 a 1994, devido ao problema da fome, desencadeiam vários movimentos nacionais fazendo surgir as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITPC), cujas sedes encontram-se nas universidades.<sup>386</sup>

Várias outras organizações foram surgindo como: Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) formada pela união das organizações CUT, Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e

<sup>383</sup> LECHAT, Noelle Marie Paule. As raízes históricas da Economia Solidária. Pelestra proferida na Unicap em 20/03/2002.

<sup>384</sup> A Outra Economia. Org. Antonio David Cattani. Economia Solidária, Paul Singer, p. 116.

<sup>385</sup> SINGER, Paul; SOUZA, Ricardo André de. A Economia Solidária no Brasil, p.25.

<sup>386</sup> SINGER, Paul; SOUZA, Ricardo André de. Idem, p.25.

Econômicos (Dieese). Também deve ser mencionada a Cáritas do órgão do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Unisol formada pelos sindicatos dos Metalúrgicos do ABC de São Paulo.

Paul SINGER ainda observa a existência atual dos vários movimentos de interesses solidários que têm surgido no Brasil. Esses grupos estão se desenvolvendo de forma vertiginosa impulsionados pelo alto índice de desemprego e a exclusão de milhares de pessoas do mercado de trabalho. A exclusão atinge a faixa etária dos que se encontram acima de quarenta anos, jovens sem experiência, e aqueles com baixa escolaridade. O mercado de trabalho, portanto, é altamente seletivo.<sup>387</sup>

O Brasil no ano de 2003<sup>388</sup> tem um novo Presidente no poder, para o qual o Plano Diretor de Desenvolvimento tem como principal objetivo minimizar os efeitos provocados pela Economia. Criou em junho de 2003, no Ministério do Trabalho e Emprego a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

O Professor Paul Singer foi empossado no cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária, pelo então Ministro do Trabalho Jaques WAGNER.

No discurso o ministro destacou:

A nova Secretaria Nacional de Economia Solidária é a única existente em nível de governo federal no mundo. Com a falência do atual modelo econômico, que não resolve os problemas da população, a criação da nova Secretaria Nacional da Economia Solidária abre espaço para que a sociedade batalhe suas próprias formas de superar a exclusão social. Essa é a cara da economia solidária. E como disse o professor Paul Singer, temos a tarefa que é o símbolo do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A de que a melhor política social é a inclusão pela via do trabalho, emprego e da renda.<sup>389</sup>

Pelo discurso do Ministro pode-se concluir que se pretende com a Economia Solidária buscar novas alternativas para o atual modelo econômico. Paul SINGER,

---

<sup>387</sup> SINGER, Paul, SOUZA, Ricardo André de. Ob.Citada, p.26.

<sup>388</sup> Euclides André Mance identifica o atual Governo Brasileiro, na questão Economia Solidária da seguinte forma: A gestão atual do Governo Brasileiro (2003-2006) experimentou, em seu primeiro ano, uma certa indefinição quanto à centralidade que a economia solidária poderia ter na estratégia de desenvolvimento do país. Constituído por uma aliança que buscou integrar as forças produtivas frente aos interesses do capital financeiro, reduziu progressivamente as taxas de juros e privilegiou os setores exportadores como forma de entrada de divisas. Neste contexto, entretanto a maioria das principais propostas apresentadas à sociedade, até então, não expressou em políticas públicas os acúmulos recentes da economia solidária, que se manifestam em práticas internacionalmente bem sucedidas." (Fome Zero e Economia Solidária, p. 65).

<sup>389</sup> Ministério do Trabalho e Emprego. Documento eletrônico:  
<<http://www.mte.gov.br/noticias/conteudo/1612.asp>>

em sua posse, expôs a perspectiva que pretende alcançar:

Segundo Singer, a economia solidária é um projeto de uma nova sociedade, mais livre, justa, democrática e igualitária. “A sua construção não segue um plano preconcebido, mas se faz na luta diuturna de mulheres e homens por uma vida digna. A Economia Solidária tem valores, traduzidos em princípios, para cuja aplicação não dispomos ainda de roteiros seguros ou receitas comprovadas. Ela exige esforços inovadores, pois a economia solidária revivida após longa dormência, ainda precisa de muitas tentativas e erros para encontrar a organização economicamente eficiente e socialmente igualitária, adequada às condições do Século XXI.”<sup>390</sup>

Paul SINGER, na obra “Introdução a Economia Solidária” antes da sua posse já defendia que para existir economia solidária será necessário que não haja influência competitiva entre as relações, e sim uma ajuda mútua entre as pessoas. Isso influenciaria uma mudança no cenário econômico, as necessidades de realizações das atividades produtivas, para a satisfação da sociedade, ao invés de competirem, propiciariam a união:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez de contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões.<sup>391</sup>

E conclui que se existissem nas relações econômicas a solidariedade e a ajuda mútua, a sociedade não sofreria tanta desigualdade, pois o capitalismo tem como princípio basilar o individualismo e o poder da propriedade e da liberdade na mão de uma única pessoa, em detrimento daquelas que emprega para a transformação da matéria-prima em bem para venda. Acaba por criar duas classes sociais: a dos detentores do capital e a daqueles que realizam a venda da sua força de trabalho, trazendo por fim esta divisão influenciada pela competição, gerando as desigualdades.<sup>392</sup>

A economia solidária também é uma forma de produção, porém diferente da estrutura capitalista, pois na economia solidária existe a propriedade de forma

<sup>390</sup> Ministério do Trabalho e Emprego. Ob. Citada.

<sup>391</sup> SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. p.9.

<sup>392</sup> SINGER, Paul. Idem, p.10.

coletiva e a liberdade dos sujeitos.<sup>393</sup>

A Secretaria Nacional de Economia Solidária elaborou uma cartilha onde estabelece os seus objetivos, conforme destaca-se abaixo:

a) viabilizar as pequenas e microempresas através da formação de cooperativas de compras e vendas e cooperativas de crédito, formatando cadeias produtivas de empreendimentos; b) contribuir para a formação de cooperativas de produção, formadas em assentamentos de reforma agrária ou através de reabilitação de empresas em crise ou falidas por parte de seus ex-empregados tornados cooperadores; c) fomentar sistematicamente a formação de cooperativas por jovens que deixam os bancos escolares, inclusive incorporando nelas um certo número de trabalhadores desempregados mais velhos, experientes no ramo de negócios escolhido. Tudo isto poderia engendrar a criação e a preservação de milhares de postos de trabalho.

Nesse contexto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) tem como desafio fortalecer experiências de autogestão como resposta ao desemprego, fortalecendo as potencialidades emancipatórias da Economia Solidária e tornando-se referência política pública implementada com participação social.<sup>394</sup>

Ainda existem muitas dúvidas a respeito desta nova Secretaria e a instituição do modelo de Economia Solidária, que estão propiciando inúmeros debates. Abaixo seguem transcritos alguns destes diálogos.

Carlos VAINER, e Paul SINGER, participaram do debate sobre “Sindicalismo & Cooperativismo, A Economia Solidária em Debate”, realizado pela Unitrabalho, e analisaram o termo “Economia Solidária” da seguinte forma, o que se transcreve para um melhor entendimento, iniciando por Carlos VAINER:

Em primeiro lugar, gostaria de chamar atenção para o caráter paradoxal da expressão. Numa linguagem sofisticada, eu diria que “economia solidária” é um oxímoro, é um paradoxo em si. O mundo da economia, tal como ele existe, o mundo da sociedade onde a economia domina é, sobretudo, na representação dos economistas, mas não apenas – sejam eles clássicos ou neoclássicos - o mundo natural da guerra de todos contra todos. (...) A economia é o lugar da competição e da guerra. Os espaços de solidariedade são aqueles dominados por outros fins, por outros valores e por outras práticas. Daí a perplexidade frente à expressão “economia solidária”.<sup>395</sup>

Em seguida, Paul SINGER procurou esclarecer a Carlos VAINER, a questão do nome “Economia Solidária”:

Acontece, e acho que o Carlos Vainer sabe disso, que a economia não é apenas a economia da guerra de todos contra todos. Isto é uma visão ideológica da economia, a visão

<sup>393</sup> SINGER, Paul. Ob.Citada.

<sup>394</sup> Economia Solidária em Desenvolvimento. Ministério do Trabalho e Emprego, p.4.

<sup>395</sup> VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. Sindicalismo & Cooperativismo – A Economia Solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho, p.46-47.

liberal. (...) Então, voltando à questão do conceito de economia solidária, a economia capitalista é uma mistura de confortáveis oligopólios para tornar imensas massas de capital rentáveis relativamente seguros. O grande capital não suporta a livre concorrência, na prática, só na teoria. Na teoria, óbvio, somos todos concorrentes, cada um sobe pelos seus próprios méritos. Na prática, tão logo o mercado mundial se abre há um furacão competitivo, um processo de competição violentíssimo que acaba se transformando num processo fabuloso de centralização de capital. Não há nenhum dia que não se leia manchetes dos noticiários econômicos dos jornais, televisões e rádios sobre grandes fusões em todas as áreas. (...) Este processo de fusão vai novamente reorganizar o mundo do grande capital de forma não competitiva. É isto que eles estão fazendo, fusões; é racional que façam, não tenho nenhuma objeção. A Brahma e a Antarctica se uniram no Brasil; nós temos a primeira – quem sabe – multinacional brasileira. É uma chance, não acho má idéia. (...) O que isto tem a ver com a economia solidária? Tem a ver, pelo seguinte: dentro da empresa existe uma mistura muito estranha de competição, colaboração e cooperação. A empresa não consegue reproduzir, dentro dela, a guerra de todos contra todos. Isto seria a morte da empresa. A grande empresa faz um enorme esforço para criar o que eles chamam de espírito de equipe. Os japoneses vão longe nisto: de manhã, fazem ginástica juntos e depois cantam o hino da empresa, hasteiam a bandeira da empresa. Desenvolvem nos empregados uma noção de que eles estão juntos, são uma equipe e estão lutando feito leões contra outras equipes desconhecidas pelo mundo afora, e sem união não se vence. É uma imposição da tecnologia. É uma imposição de uma vastíssima divisão tecnológica de trabalho: se as pessoas não colaborarem, não abrirem informações, não se ajudarem mutuamente, a empresa desaba, acaba sem produtividade. Então, é uma mistura de concorrência e ideologia – e se algumas vezes há competição entre partes da empresa, há também toda uma ideologia de cooperação, de fraternidade e do ideal de família-empresa. A economia solidária é menos inconsistente do que a economia capitalista. Porque ela coloca, aberta e diretamente, a solidariedade como princípio organizador da economia social em lugar da competição. A idéia da economia solidária é coletivista – e eu não estou falando isto porque inventei o termo, o conceito, aliás, existe há 200 anos, começa em Roberto Owen, com Fourier, e passa por muita gente interessante que pensou a respeito disto, caso de Marx e Engels. As pessoas se ajudam, são solidárias umas com as outras, se unem e com isto, ficam mais forte. Na economia solidária a competição é basicamente negativa, embora, em certas circunstâncias, seja inevitável. Não dá para deixar a competição inteiramente de lado, pelo menos no mundo em que vivemos. Quero deixar claro que estou falando em termos extremamente míopes, de curto prazo; pode ser que meus netos tenham outra mentalidade. Mas tenho de falar das pessoas como são hoje, como pensam, como foram educadas, como se formaram.<sup>396</sup>

Armando LISBOA do Departamento da Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Seminário de Economia Solidária, promovido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, apresentado nos dias 06/07 e 07/07 do ano de 2003, posicionou-se sobre a Economia Solidária da seguinte forma:

O objetivo é a junção da eficiência do sistema capitalista de produção com as emoções. Parece ambíguo, mas é uma forma de produção que busca a cidadania, felicidade e emancipação humana.<sup>397</sup>

Euclides MANCE entende que a economia solidária vem atender as

<sup>396</sup> SINGER, Paul. Desafio à solidariedade. Ob. Citada, p. 63-69.

<sup>397</sup> Jornal Diário da Manhã. Seminário apresenta nova via de produção. <http://www.diariodamanha.com.br/economia1>.

“necessidades e vontades dos setores majoritários da população nacional (particularmente dos setores excluídos dos mercados), necessidades essas a serem satisfeitas com o trabalho realizado pelos setores igualmente majoritários e excluídos”, e esclarece como atender essas “necessidades”:

a) implementando uma estratégia que permita a tais setores à passar condição de agentes produtivos sob parâmetros de sustentabilidade econômica, ecológica e social; b) desenvolvendo tecnologias adequadas à diversidade regional do país; c) reduzindo-se progressivamente as jornadas de trabalho de todos; d) promovendo-se uma integração econômica internacional soberana, voltando-se, secundariamente, ao intercâmbio internacional, visando equilibrar os fluxos de valores, produtos e serviços com outras nações. Para alcançar o conjunto desses objetivos foram desenvolvidos, sob esta concepção, vários instrumentos de organização solidária das finanças, produção, comercialização e do consumo que melhor aproveitam os recursos humano e social dos territórios, constituindo redes de inovação, visando reorganizar o conjunto de cadeias produtivas e os fluxos econômicos, considerados em suas dimensões, nacionais e internacional.<sup>398</sup>

Jean LAVILLE em palestra proferida no Brasil na cidade de Salvador em 2003, sobre Economia Solidária, convoca a sociedade a realizar uma quebra nos paradigmas econômicos, ou seja, de pararmos de pensar que “só existe uma forma de empresa: a sociedade de capitais”. E continua sustentando:

Em todas as sociedades há várias formas de empresas: associações, ONGs, cooperativas e outras. Conhecemos, por exemplo, na Europa, nos anos 90, um desenvolvimento muito importante em diversos países como Itália, Espanha, Portugal, França e Bélgica, de novas formas legislativas de empresas sociais, que limitam a remuneração do capital em pró de outras partes, são as empresas sociais. Não há um único princípio de mercado; não há um único tipo de empresa; não há uma única motivação humana, baseada no material e no lucro. Existem outras motivações que podem estar incluídas, como a solidariedade que pode representar um fator organizador da produção. Se nós conseguirmos sair desse pensamento que reduziu a economia a uma economia de mercado tanto em termos conceituais como práticos, poderemos ter a possibilidade de ter uma economia que, realmente, dê lugar a todo mundo e que não crie problemas de desigualdades, de pobreza, de exclusão no nível que conhecemos hoje.<sup>399</sup>

Jean LAVILLE também chama a sociedade a participar com as estruturas econômicas quando ressalta que o mercado deve ir além do Estado, o povo também tem o poder de contribuir e participar, deve expressar o que deseja, não deve ficar restrito aos planos econômicos elaborados somente pelos organismos

<sup>398</sup> MANCE, Euclides André. Fome Zero e Economia Solidária, p. 56-57.

<sup>399</sup> LAVILLE, Jean Louis. Economia Solidaria, p.17-18.

estatais, é uma forma de realizar o Estado social em conjunto.<sup>400</sup>

Podemos ainda acrescentar, como ensina Euclides MANCE, com a “colaboração solidária”, pode ser utópico este posicionamento, mas se fazem necessárias novas alternativas para a superação das exclusões sociais e a economia solidária abre oportunidades para este enfrentamento, e acrescenta:

Sem a colaboração solidária não existe rede social que possa promover o bem-viver do conjunto das coletividades. A colaboração solidária somente existe onde a dignidade humana de cada um é respeitada e ninguém é tomado como objeto, mas sempre considerado como sujeito de sua própria história, de sua própria libertação, sujeito de sua palavra, de seu trabalho e de seu consumo, sujeito das decisões de sua vida em relação permanente com as outras pessoas, sujeito participante das decisões coletivas sobre os destinos de sua comunidade, de sua cidade e de seu país. A colaboração solidária é, igualmente, elemento indispensável ao sucesso do desenvolvimento sustentável, quando considerado do ponto de vista social e econômico.<sup>401</sup>

Pode-se concluir que a Economia Solidária é uma das alternativas para as crises instaladas nas relações econômicas para o enfrentamento das desigualdades e oportunidade de empregos.

Também se destacam as quebras dos paradigmas históricos que contribuem para formação de um novo modelo estatal e capitalista.

Finalmente o presente estudo conclui que se os entes sociais Estado, Empresas Privadas e a Economia Solidária estiverem equânimes e fortalecidas, poderão cumprir com o fim objetivo das funções sociais que lhe são inerentes, e portanto poderão em conjunto ou individualmente fomentar ações concretas a fim de minimizar as crises econômicas e sociais.

---

<sup>400</sup> MACHADO, Zaira. Il Ciranda. Edição 239. 2002 Documento Eletrônico: [www.uol.com/cadenos/pesquisa/public/cadernos/cadernos](http://www.uol.com/cadenos/pesquisa/public/cadernos/cadernos).

<sup>401</sup> MANCE, Euclides André. Ob. Citada, p. 57.



## CONCLUSÃO

Com base nos estudos realizados sobre o processo evolutivo da sociedade humana e das relações econômicas, tendo como ponto de partida as civilizações primitivas, e posteriormente o estudo das sociedades organizadas, é possível chegar-se às conclusões seguintes.

Primeiramente, o homem procurou responder indagações interiores sobre a existência espiritual e exteriores de relacionamentos familiares e tribais. Nessa fase primitiva a relação com o trabalho trata-se meramente da extração dos bens da natureza necessários à sobrevivência individual e familiar.

Ainda nesse período o homem toma consciência da racionalidade, percebe o mundo em que vive e essa razão leva ao poder de transformação.

Apesar de perceber o poder dominador, o homem defronta-se com a impossibilidade de dominar os fenômenos da natureza, bem como não consegue prever a morte. Diante desse fato, a fim de responder ao que não pode dominar, passa a criar seres imateriais e rituais simbólicos.

Seguindo-se esta trilha, conforme as sociedades se organizam, as religiões vão tomando forma conforme as necessidades culturais e organizacionais de cada região. Assim é possível concluir que as religiões são as primeiras manifestações de formações de comunidades, propiciando a interação entre pessoas que estão ligadas por uma mesma crença.

O marco crucial da manifestação secular localiza-se no Oriente Médio, com o nascimento de Jesus Cristo em 27 a.C. Esse evento foi extremamente importante devido aos traços culturais que permanecem até os dias de hoje mais intensamente nas sociedades ocidentais.

Delimita-se o campo do estudo para a Europa com a pretensão de mostrar a relevante cultura religiosa e econômica que influenciou a construção do pensamento humano dos países que fazem parte desse continente durante o período medieval.

Nas questões divinas fica patente o dogma venerado pelo maior número de adeptos, o Cristianismo, que conquistará um dos maiores espaços de influência na formação cultural ocidental, com o privilégio de impor normativas pelo estabelecimento de código de condutas a serem seguidas, como ocorreu na Idade Média pela Igreja Católica.

Contudo, deve-se destacar que o Cristianismo pregado pelo fundador Jesus Cristo tinha como fundamento principal o amor ao próximo, trazendo mensagem de esperança de uma vida melhor no reino dos céus. A primeira e maior casta conquistada por esse dogma eram os pobres e marginalizados, já que nessa época, Roma era extremamente desorganizada socialmente e economicamente.

Outro ponto a ser destacado é que o Cristianismo cria uma fissura nas crenças até então idolatradas, pois acreditavam-se em deuses bons e ruins. Com o advento dessa nova dogmática, surge a mensagem de um Deus bom e misericordioso.

Jesus Cristo também é visto como um revolucionário, pois representava uma ameaça para as autoridades da época devido à presença material no mundo terreno, enquanto que os Deuses até então idolatrados encontravam-se em um plano transcendental, podendo ser manipulados da maneira que aprouvesse aos governos locais.

Com a morte de Jesus Cristo, os 12 apóstolos que o seguiram durante o período em que viveu entre os homens, deram continuidade à mensagem desse novo reino. Apesar de terem sido duramente perseguidos, finalmente, os soberanos, como o imperador Constantino, renderam-se à fé cristã. Nasceu posteriormente a Igreja que ficou considerada como universal, a Igreja Católica.

Percebe-se que a Igreja tomou para si nesse primeiro momento a responsabilidade de cuidar dos menos afortunados, dos doentes e necessitados, pelos donativos recebidos das castas que detinham o poder e riqueza. Posteriormente também ficou-lhe destinado ministrar cursos para as crianças, o desenvolver pelas artes e o ensino religioso. Portanto, a Igreja dividiu com as organizações imperialistas as responsabilidades estatais. Ao governo competia ditar as legislações das relações econômicas e civis, enquanto a Igreja ditava as normativas relacionais sociais e espirituais.

Na Europa ocidental, a cultura religiosa Católica estabeleceu dogmáticas pós-vida, na vida terrestre criando também divisões nas classes sociais : a nobreza, clero e servos.

Dessa forma estavam também dispostas as relações de trabalho nas quais aos servos competia o trabalho árduo de cultivo das grandes glebas de terras pertencentes aos nobres e à Igreja.

A Igreja Católica Romana conquistou alguns espaços estatais, inclusive possuía um exército próprio rompendo com guerras que ficaram conhecidas como guerras santas e as cruzadas, e um conselho de sentença com o poder soberano de condenar as pessoas à morte.

Os movimentos religiosos e as rupturas que aconteceram no decorrer da Idade Média aliada ao desenvolvimento econômico da sociedade, a partir do Século XV d.C, é a marca central da passagem para a era da modernidade.

No Século XI surgia uma nova classe social, a burguesia, desencadeando o desenvolvimento comercial e novas relações de trabalho.

A Igreja nessa fase se concentra no campo das realizações assistenciais para todos aqueles que sejam necessitados, fazendo emergir uma classificação entre produtivos e improdutivos. Para os governantes era melhor que os improdutivos fossem amparados pela Igreja, que continuava recebendo altos donativos para a construção de casas assistenciais. Para os burgueses, os improdutivos eram uma classe desnecessária, onde a Igreja não estava de forma alguma contribuindo para que se tornassem produtivos, uma vez que recebiam ajuda gratuitamente.

Assim, percebe-se a mudança do pensamento e da conduta humana em relação ao trabalho, pois até o período moderno ainda continuava-se trabalhando para uma economia de sobrevivência e familiar, como nos deparamos na fase primitiva. Somente com o desencadeamento das organizações sociais e o nascimento das cidades, percebe-se a necessidade do trabalho numa escala de transformação dos bens de consumo maior que até então praticado, a fim de satisfazer os cidadãos.

Outra consequência que se verifica é o afastamento do homem das relações espirituais, enfraquecendo as relações comunitárias, ocupando o lugar as relações individualistas.

Surge também a possibilidade da mobilidade social até então estamental, era possível qualquer homem tornar-se rico, mas, não lhe era permitido ocupar o lugar de um nobre.

No campo econômico a busca incessante do lucro preconiza um novo tipo de ordenação nas relações entre o público e o privado. A Europa no Século XV até XVIII, presencia o indivíduo mercantilista se opondo a qualquer tipo de intervenção estatal, o fundamento do “laissez faire, laissez passer”.

Assim o Estado deixa de ser meramente intervencionista, ocupando um novo lugar na sociedade, propiciando a garantia dos interesses comerciais.

Esse liberalismo econômico é atestado pelo próprio Estado como sendo extremamente benéfico para o desenvolvimento das organizações sociais. E mais, acreditava-se, assim como os fisiocratas e Adam Smith, que o crescimento industrial e comercial decorrente da realização da produção dos bens de consumo propiciaria emprego e condições de vida digna para todos.

Contudo, a Revolução Industrial desencadeada no Século XVII e XVIII provou que as premissas fundamentais dos fisiocratas e smithiana acima expostas teriam de ser reavaliadas diante desse novo cenário de relações econômicas.

A Revolução Industrial trouxe como conseqüências o término do sistema de corporações de ofício, ou seja, com o desenvolvimento automatizado da máquina não eram necessários operários especializados para os novos postos de trabalho.

As indústrias mecanizadas necessitavam de um grande número de operários e dessa forma criava-se também um tipo de concorrência entre os operários, a grande maioria advinda do sistema feudal, acostumados com o trabalho do campo. Surgem milhares de indústrias e também a concorrência entre elas, impulsionando os industriais a satisfazerem no preço, qualidade e quantidade os produtos a serem comercializados aos clientes.

Diante desse novo cenário concorrencial, as despesas consideradas supérfluas tinham de ser descaracterizadas e quem mais sofria era a mão-de-obra. O Industrial sabia que quanto menos despendesse em salários e exigisse mais horas de trabalho, conseqüentemente maior seria a produção e poderia sobreviver frente à concorrência. Nasce, desta forma, o sistema denominado capitalista.

A relação de trabalho sofre mudanças drásticas já que o trabalhador começa a perceber que o grande detentor do valor econômico é o dono do negócio. Percebe-se ainda que o operário não sabe mais qual será o final do produto, pois passa apenas a executar uma pequena parcela.

Assim esse período também é novamente marcado por uma crescente desigualdade social.

Essas crises se alastraram pelo Século XIX até chegar o Século XX com o crescente poder econômico que ficou adstrito em alguns países europeus, asiáticos e os EUA, que ficaram conhecidos como as grandes potências.

A industrialização exigia cada vez mais a necessidade de mão-de-obra, bem como de matéria-prima, sendo necessária a colonização de outros povos, o que gerava grandes disputas entre os países hegemônicos.

Ao poder estatal competia propiciar condições para o domínio irrestrito econômico, o que acabou findando em disputas armadas entre vários países e, com isso, arrastou o mundo para duas grandes guerras mundiais.

No curso da história pós-guerra confronta-se com o mundo sendo dividido em blocos socialista e democrático capitalista, bem como o surgimento de desigualdades de classes entre os países, os denominados desenvolvidos e os subdesenvolvidos, de acordo com o número populacional e a concentração de renda.

Essa divisão delega aos países desenvolvidos a ditarem as regras econômicas das relações de mercado aos países subdesenvolvidos.

Em 1947, logo após a Segunda Guerra Mundial, na Inglaterra surgem os primeiros sinais de incitações para adoção de um sistema neoliberal, ou seja, o afastamento do Estado intervencionista e do bem-estar-social. Proclamavam que o Estado não agüentaria sustentar pelos seus organismos as necessidades sociais da população.

Mas, tão-somente no ano de 1973 é que o neoliberalismo ganhou forças, devido às inúmeras recessões econômicas pelos quais os países se confrontaram a partir do pós-guerra.

A Inglaterra, no ano de 1979, foi o primeiro país a adotar essa postura neoliberal com a diminuição drástica dos gastos sociais, reduzindo o poder dos sindicatos que, com o passar dos anos, deflagraram inúmeras greves exigindo melhores condições nas relações trabalhistas.

Vários outros países também adotaram esse sistema, fazendo com que o privado participasse das relações públicas, isto é, transferia a missão de Estado do bem-estar social para o privado e para a sociedade.

Apesar de todas as tentativas para se tentar chegar a um equilíbrio das relações econômicas e sociais, o século XXI ainda continua enfrentando os problemas de desemprego e desigualdades tanto de classes sociais no interior das sociedades como exterior entre países.

Dentro dessa evolução histórica inserem-se o Brasil e os países latino-americanos, que sofreram as conseqüências advindas das culturas sociais e econômicas européias.

A história colonizadora brasileira foi totalmente diferente da européia, até porque o Brasil pertence ao bloco dos países subdesenvolvidos, portanto, um país que segue as regras da economia de mercado ditado pelos países desenvolvidos.

Ainda pelo arcabouço histórico brasileiro, o Brasil depara-se com as mazelas produzidas pelos governantes imperialistas, republicanos e os ditos democráticos.

As relações de trabalho no Brasil seguiram os exemplos dos colonizadores europeus; primeiramente pela da mão-de-obra do índio e dos escravos negros e, posteriormente, por um tipo de servidão por contratos com os imigrantes que vinham para o Brasil em busca de paz devido as duas grandes guerras, e finalmente a mão-de-obra operária, com a implantação do sistema capitalista.

O Brasil no ano de 1930 adotou legislações no campo trabalhista extremamente intervencionistas, como também procurou coibir manifestações das classes trabalhadoras ocorridas em outros países. A esperança do governo brasileiro era, por inúmeras legislações, impedir os descontentamentos das classes operárias.

O intervencionismo estatal tinha como objetivo fortalecer o governo para que lhe competisse ditar as regras legais, sociais e econômicas.

Mas, apesar de todas essas medidas intervencionistas, não conseguiu impedir o alto índice de desemprego gerado pela primeira grande crise da década de 80.

O governo brasileiro, no ano de 1990, também adotou o modelo neoliberal, implantando diversas privatizações na estrutura organizacional estatal. Todavia, pode-se concluir pelo cenário que foi se delineando com o passar dos anos, que o Estado brasileiro faliu, não conseguindo ser um Estado provedor das necessidades da população.

Nesse ponto pode-se dizer que tanto a Europa como o Brasil alinharam-se, quer dizer, confluíram para o mesmo problema: a falência do Estado, e o modelo neoliberal que não surtiu os efeitos esperados para solucionar o problema do desemprego.

Portanto, é necessária a busca de soluções ao enfrentamento desse problema desencadeado aos longos dos anos, como se verificou em toda a retrospectiva histórica.

Uma alternativa que se vislumbra, de extremo significado para a problemática das relações econômicas, foi a adotada na Inglaterra no século XIX, no auge da Revolução Industrial pelos “Pioneiros de Rochdale”, pertencentes à classe artesã, da cidade inglesa de Manchester, que ficaram desempregados devido à mecanização industrial, mas que partiram para um sistema cooperativista. Esse modelo foi adotado por vários países, inclusive pelo Brasil.

No Brasil esse modelo ganhou espaço justamente a partir dos anos 80, devido ao alto índice de desemprego, o que fez nascer os princípios da Economia Solidária. Entretanto, somente no ano de 2003 com um novo Presidente, a Economia Solidária conquistou uma pasta junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, intitulada Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Em outra esfera se encontram as empresas privadas capitalistas, também no interior deste enfrentamento das relações sociais e econômicas, pois as empresas capitalistas têm como função o lucro, porém para consegui-lo é necessário ultrapassar o risco do empreendimento. A própria Constituição Federal Brasileira destaca a essencial participação desse sistema para a população. Sabe-se que na atualidade criam-se verdadeiros regimentos éticos entre as empresas capitalistas, procurando afastar aquelas empresas que não respeitam a mão-de-obra humana. E vão mais além procurando melhorar a qualidade de vida não somente daqueles que prestam diretamente os serviços, mas também da comunidade na qual se encontram inseridos.

As empresas privadas têm procurado, por meio da Responsabilidade Social, minimizar essas crises pelas ações sociais de cidadania.

Finalmente, conclui-se que a sociedade busca, e sempre buscou, soluções para o enfrentamento dos problemas econômicos e sociais.

O equilíbrio, fortalecimento e a interação desses entes fundamentais constituídos pelo Estado, Sociedade, Empresas privadas e Economia Solidária poderão, se quiserem por meio de funções a que se destinam, garantir melhores condições de vida, geração de empregos, bem como impedir a degradação moral e ética das relações econômicas e sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACO-CPO. Ação Católica Operária e comissão Nacional da Pastoral Operária. **A História do Povo de Deus**. 1º vol., 2ª ed., Rio de Janeiro: s.d.

**A História da Reforma Religiosa na Inglaterra**. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.dasp.org.br/santacruz/história/htm>> (Última atualização em 20/01/2004).

**A Outra Economia**. Antonio /David Cattani (Org.). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In GENTILI, Pablo; SADER, Emir. **Pós-Liberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

ANDRADE, Carolina. Os últimos 10 dias da II Guerra. **Revista Grandes Acontecimentos da História**. São Paulo: Editora Três, nº 24, p.13, maio/1973.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad.: Roberto Raposo. 10ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_, **O Conceito de Amor em Santo Agostinho**. Trad.: Alberto Pereira Dinis Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

ARRUDA, José Jobson de. **A História Moderna e Contemporânea**. 16ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

ATLAS DA HISTÓRIA DO MUNDO. São Paulo: Abril Nova Cultural, 2000.

AVRITZER, Leonardo. **A Moralidade da Democracia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. Trad.: Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 1996.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **A filosofia e a crise do homem**. São Paulo: LTr, 2002.

BECKER, Idel. **Pequena História da Civilização Ocidental**. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. **Responsabilidade Social das Empresas: Práticas Sociais e Regulação Jurídica**. (Tese de Mestrado) Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2003.

BETHECOURT, Francisco. **História das Inquisições**. Disponível em: <<http://www.planeta.terra.com.br/arte/sarmentocampos/Inquisição.htm>>



BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política. A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. Organizado por Michelangelo Bovero. Trad.: Daniela Beccacia Verisiani. 3ª Tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliensis, 1988.

BOFF, Leonardo. **Crise: Oportunidade de crescimento**. Botafogo-RJ: Verus, 2002.

BOSON, Gerson de Britto Mello. **Filosofia do Direito. Interpretação Antropológica**. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

BOWKER, John. O Livro de Ouro das Religiões. Tradução de Laura Alves de Aurélio Botelho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BURNS, Edward McNall; LERNER, Robert E.; MEACHAM, Standish. **História da Civilização Ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. V. 1 e 2, tradução Donaldson M. Garshagen. 42. ed, São Paulo: Globo, 2003.

CANO, Wilson. **Ensaio Sobre a Formação Econômica Regional do Brasil**. Campinas-SP: Unicamp, 2002.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas: Ciência para uma vida sustentável**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma crônica do salário**. 3ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de; BITTENCOURT, José Neves. **Armas: Ferramentas da paz e da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 2000.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2000.

Clássicos da Economia. Hayek. Disponível em:

**<<http://www.planeta.terra.com.br/educação/malaquetti/pagina1.htm>>**

Última atualização 27/03/2004. Acesso em 23 mai. 2004.

COBRA, Rubem Queiroz – Filosofia Moderna: Resumos Biográficos. Site [www.cobra.pages.nom.br](http://www.cobra.pages.nom.br), INTERNET, Brasília, 1997 ([www.geocities.com/cobra\\_pages](http://www.geocities.com/cobra_pages)) é "Mirror Site" de [www.cobra.pages.nom.br](http://www.cobra.pages.nom.br).

CONHECER 2000. **Enciclopédia Ilustrada de Pesquisa**. São Paulo: Editora Abril, 1995.

COTRIM, Gilberto; PARISE, Mário. **Fundamentos da Educação: História e filosofia da educação**. 6ª ed. São Paulo: Círculo, 1982.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho**: Estudo de psicopatologia do trabalho. Trad.: Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª ed. ampliada. São Paulo: Cortez Oboré, 1992.

DEMURGER, Alain. **Os Cavaleiros de Cristo: Templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média** (sécs. XI-XVI). Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DRUCKER, Peter F. **As Novas Realidades. No Governo e na Política, na Economia e nas Empresas, Sociedade e na Visão do Mundo**. Trad.: Enio Matheus Guazzelli. 2ª ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1991.

DURANT, Will. **A História da Filosofia. Os Pensadores**. Trad.: Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2000.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

Economia Solidária: Desafios para um novo tempo. **Cadernos da Fundação Luis Eduardo Magalhães**. Salvador: FLEM, 2003.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1945.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Direito de Empresa no Novo Código Civil**. São Paulo: Atlas, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. V.1, 10ª ed., São Paulo: Globo, Publifolha, 2000 – (Grandes nomes do Pensamento Brasileiro).

FERREIRA, Olavo Leonel. **Visita a Roma antiga**. Coleção Desafios. São Paulo: Moderna, 1997.

FOURASTIÈ, Jean. **A Grande Esperança do Século XX**. Trad.: Fernando dos Santos Fonseca. São Paulo: Perspectiva, 1971.

FRANKE, Walmor. **Direito das Sociedades Cooperativas**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Saraiva, 1973.

FROMM, Erich. **Análise do Homem**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

FURTADO, Milton Braga. **Sínteses da Economia Brasileira**. 7ª ed., Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2000.

GALBRAITH, John Kenneth. **O Desenvolvimento Econômico em Perspectiva**. Primeira edição brasileira: outubro de 1962. Traduzido de *Economic Development in Perspective*, Harvard University Press, 1962, Cambridge. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 8ª ed., São Paulo: Malheiros, 2003.

GOMES, Francisco José Silva. **A Igreja e o Poder. Representações e Discursos**. In Ribeiro, Maria Eurydice de Barros (Org.) *A vida na Idade Média*. Brasília: UnB, 1997.

GUIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUIMARÃES, Gonçalo (Org.) **Sindicalismo & Cooperativismo. A Economia Solidária em Debate. Transformações no mundo do trabalho**. São Paulo: Unitrabalho, s.d.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos. O Breve Século XX 1914-1991**. Trad.: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, John A. **A Evolução do Capitalismo Moderno. Um Estudo na Produção Mecanizada**. Série os Economistas. Apresentação de Maria da Conceição Tavares. Trad.: Benedicto de Carvalho. Copyright desta edição 1996, Círculo do Livro. São Paulo: Nova Cultural.

HABERMAS, Juergen. **A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. Trad.: Vamireh Chacon. 3ª ed., Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1999.

História do Brasil. Almanaque Ilustrado, com 504 anos de história. *Compact disc*. Revista do CD-Rom. Ficha Técnica: Programa Almanaque da História do Brasil – <[www.eropanet.com.br](http://www.eropanet.com.br)>. Nº 106, Rio de Janeiro: Europa, maio 2004.

HOORNAERT, Eduardo. Organização: PINSKI, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. **As Comunidades Cristãs dos Primeiros Séculos. História da Cidadania**. São Paulo: 2ª ed. Contexto, 2003.

HOOPYKAAS, R.A. **A Religião e Desenvolvimento da Ciência Moderna**. Trad.: Fernando Didimo Vieira. São Paulo: Editora UNB, 1988.

ISAAC, Jules. **Curso de História da Idade Média**. Paris: Hachette, 1933.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Ed. 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

JUNIOR, Alberto do Amaral. **O Direito de Assistência Humanitária**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

KON, Anita. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

KOSTMAN, Ariel. Trecho do livro a descendência do homem de Charles Darwin de 1871. Revista Veja n. 51. Editora Abril, São Paulo, 25/12/2002.

KURZ, Robert. **Os Últimos Combates**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Colapso da Modernização:** Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Trad.: Karen Elsabe Barbosa. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KUZNETS, Simon. **Crescimento Econômico Pós-Guerra.** Primeira edição brasileira: junho de 1966. Traduzida de "Postwar Economic Growth. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A.

LAVILLE, Jean Louis. ***L'Economie Solidaire et Sociale: Une perspective internationale.*** Paris, Desclée de Brouwer.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária.** Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. Professora de Antropologia do DCS - UNIJUI (RS). Doutoranda em Ciências Sociais, IFCH – UNICAMP. Orientadora, Professora Doutora Maria Suely Kofes.

LINS, Ivan. **A Idade Média. A Cavalaria e as Cruzadas.** Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: 1939.

LOBOS, Julio. **Sindicalismo e Negociação.** 3ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

LOPES, Idevan César Rauhen. **Empresa & Exclusão do Sócio: de acordo com o novo Código Civil.** Curitiba: Juruá, 2003.

MACEDO, Ubiratan Borges de. Direito Humanos e sua Teoria, in Mello, Celso de Albuquerque e Ricardo Lobo Torres (Org.). **Arquivo de Direitos Humanos.** V.I, Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

MANCE, Euclides André. **Fome Zero e Economia Solidária.** O desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil. Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação, Editora Gráfica Popular, 2004.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia dos Pré-socráticos a Wittgensten.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos.** Trad.: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** V.I., 20ª ed., Trad.: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Salário, Preço e Lucro.** Tradução Paulo Ferreira Leite, 4. ed, São Paulo: Centauro, 2002.

MASI, Domenico De. **A Sociedade Pós Industrial.** Trad.: Anna Maria Capovilla, Luiz Sérgio do Nascimento Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Maria Cristina Guimarães Cupertino e Renato Ambrósio. 2ª ed., São Paulo: Editora Senac, 1999.

MCINTOSH, Malcolm; LEIPZIGER, Deborah; JONES, Keith L.; COLEMAN, Gill. **Cidadania Corporativa. Estratégias Bem-sucedidas para Empresas Responsáveis.** Trad.: Bazán Tecnologia e Lingüística. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MEIRA, Rafael Côrrea de. **Curso de Direito Romano.** São Paulo: Saraiva, 1987.

MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo Antigo e Moderno.** Trad.: Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo Segundo a Tradição Clássica.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

MORAES, Evaristo Filho; MORAES, Antonio Carlos de. **Introdução ao Direito do Trabalho.** 9ª ed. São Paulo: LTr, 2003.

MOTA, Myriam Becho; BRAIK, Patrícia Ramos. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio.** 1ª ed. São Paulo: Nova Fronteira 2001.

MOUNIER, Emmanuel. **Manifesto ao Serviço do Personalismo.** Título original: Manifeste du Service Du Personnalisme. Trad.: Antonio Ramos Rosa. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

MOURA, Valdiki. **ABC da Cooperação. Uma iniciação doutrinária.** Estudos e Ensaio. Nº 23, Rio de Janeiro: Serviços de Informação Agrícola. Ministério da Agricultura, 1958.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho.** 19ª ed. rev. e atual. de acordo com a nova Constituição Federal. São Paulo: LTr, 1993.

NETO, Francisco Paulo de Melo; FROES, César. **Responsabilidade Social e Cidadania empresarial: a administração do terceiro setor.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

NUNES, A. J. Avelas. **Noção e Objecto da Economia Política.** Coimbra: Livraria Almedina, 1996.

OLIVEIRA, Juarez de; OLIVEIRA, Ana Claudia Ferreira de. **Constituição Federal de 1988.** (Atualizada até a EC 19/98). 2ª ed., São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

**Os Clássicos da Economia.** (Org.) Ricardo Carneiro. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

O PLANO BEVERIDGE. Com estudo do Prof. Marques Guedes. 2ª ed. A tradução desta obra foi autorizada pelo Controller do H.M. Stationery Office. Lisboa: Editorial Século. S.d.

PANDOLFI, Dulce. Organizadora. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, Hélio. **A Administração do Conflito Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1987.

PIÑERO, Rodriguez Miguel. Constituição, Direitos Fundamentais e Contratos de Trabalho. **Revista Jurídica Trimestral. Trabalho & Doutrina**. Nº 15. São Paulo: Saraiva, dezembro de 1997.

PINHO, Diva Benevides. **O que é Cooperativismo**. São Paulo: São Paulo: Editora, 1966.

**POLÍTICA SOCIAL PREVENTIVA: desafio para o Brasil**. Organizadores: Dieter W. Benecke; Renata Nascimento. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stifung, 2003.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. **O Livro de Ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos Soares. **Manual da Cooperativa de Serviços e Trabalho**. São Paulo: Editora STS, 1998.

RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do Direito**. Arménio Amado, Sucessor. Coimbra: 1997.

RECCO, Claudio B. **História: A Ordem da dominação medieval**. Disponível em: <[http://www.folha.uol.com.br/folha/educação/ult\\_305u13011.shtml](http://www.folha.uol.com.br/folha/educação/ult_305u13011.shtml)>

RÉMOND, René. **Introdução à História de Nosso Tempo. O Século XIX**. Trad.: Frederico Pessoa de Barros e Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1976.

Retrato do Brasil. Ciência e Política. **De Costas para a Pesquisa**. Nº 30. São Paulo: Política Editora de Livros, s.d.

RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. **A Derrocada da Sociedade de Economia Mista e a Ascensão do Aspecto Funcional da Empresa Privada**. Tese defendida na Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1998.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de Economia Mista & Empresa Privada: Estrutura e função**. Curitiba: Juruá, 1999.

RIOS, Gilvando Sà Leitão. **O que é Cooperativismo**. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROLLET, Henri. O Trabalho, os Operários e a Igreja. Trad.: Illidio Corrêa e J. Lamartine Corrêa. Sei e Creio **Enciclopédia do Católico no Século XX**. Nona parte Problemas do Mundo e da Igreja. São Paulo: Flamboyant, 1963.

ROTENBERG, Izrael. **História da Insensatez Humana**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2000.

RUSSELL, Bertrand. **Crimes de Guerra no Vietnã**. Trad.: Maria Helena Kuhner. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**, 5ª ed, Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul. **Uma utopia Militante. Repensando o Socialismo**. 2ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Revisão de Maria Luiza Alvarenga Correa. 8ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1973.

SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Délio; TEIXEIRA, Lima. **Instituições de Direito do Trabalho**. V.I, 19ª ed., 3ª Tiragem. Atualizada por Arnaldo Sussekkind e João de Lima Teixeira Filho. São Paulo: LTR, 2000.

TAYLOR, A.J.P. **A Segunda Guerra Mundial**. Traduzido do texto publicado em julho/outubro de 1977 pela revista The Listener, de Londres. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

**TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**. Celso de Albuquerque Mello e outros. Organizador: Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930, A Dominação Oculta**. Coleção Tudo É História, 42. 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1982.

UTUMI, Américo; PINHO, Marques Carlos; PINHO, Diva Benevides; RIOS, Gilvando Sà Leitão; LAMMING, Goodwin N; GERBER, Henry; MORAES, José Affonso de; MAGALHÃES, Maria Henriqueta de; JUNIOR, Theodoro Henrique Máurer; MOURA, Valdiki; BULGARELLI, Waldirio. **A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico**. Coletânea publicada com a colaboração da Fundação Friedrich Naumann, Bonn – Bad Godesberg (República Federal da Alemanha), São Paulo: 1973.

VIANA, Fernando. **Manual Didático de Pesquisas**. 2ª ed., São Paulo: Didática Paulista, 1997.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do Século XX**. 2ª ed. ampl., Porto Alegre: Novo Século, 2000.

WATSON, Carol. **O Que Sabemos Sobre o Cristianismo?** Trad.: Henrique Amar Rêgo Monteiro. São Paulo: Callis, 1998.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito Capitalista**. Tradução: Vinicius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 2001.

WHITE, Ellen G. **O Conflito dos Séculos Durante a Era Cristã**. 29ª ed., Santo André,-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1984.

WILGES, Irineu. **Cultura Religiosa: As religiões do mundo**. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1983.

ZANGRANDO, Carlos Henrique da Silva. **Resumo do Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 1993.

ZAIRA, Machado. Conferência sobre “Economia Solidária” do II FSM. II Ciranda. Disponível em : [www.uol.com/cadernos](http://www.uol.com.br/cadernos/pesquisa/public/cadernos/cadernos) pesquisa public/cadernos/cadernos. Edição n. 239, 2002. Última atualização em 05/12/2003. Data da Pesquisa: 15/01/2004 – 20h30.

[http://www.religiaocatólica.com.br/conteúdo/outras\\_religiões.asp#cristianismo](http://www.religiaocatólica.com.br/conteúdo/outras_religiões.asp#cristianismo).  
Portal religião.católica.com – formada por católicos.  
Última atualização em 01/01/04. Data da pesquisa 20/01/04 – 21h40.